



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

PATRICK COELHO VIEIRA

**O TRABALHO DO ADMINISTRADOR NA EPT – UMA ABORDAGEM A PARTIR
DO IFSUL**

Charqueadas
2025

PATRICK COELHO VIEIRA

**O TRABALHO DO ADMINISTRADOR NA EPT – UMA ABORDAGEM A PARTIR
DO IFSul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo câmpus Charqueadas do Instituto Federal Sul-rio-grandense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior

Charqueadas

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V658t Vieira, Patrick Coelho

O trabalho do administrador na EPT – uma abordagem a partir do IFSUL. / Patrick Coelho Vieira. – Charqueadas, RS, – 2025.
160 f.

Dissertação – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus Charqueadas, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT).

“Orientador: Prof. Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior”

1. Trabalho. 2. Princípios político-pedagógicos. 3. Administradores. 4. Institutos Federais. I. Título.

CDU 377

Catalogado por: Bibliotecário Fernando Scheid - CRB 10/1909

PATRICK COELHO VIEIRA

**O TRABALHO DO ADMINISTRADOR NA EPT – UMA ABORDAGEM A PARTIR
DO IFSul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 18 de julho de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior
Instituto Federal Sul-rio-grandense
Orientador

Profa. Dra. Maria Raquel Caetano
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschim
Universidade Federal de Santa Maria

PATRICK COELHO VIEIRA

**O TRABALHO DO ADMINISTRADOR NA EPT:
PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ADMINISTRADORES DA
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Sul-Rio-grandense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 18 de julho de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior
Instituto Federal Sul-rio-grandense
Orientador

Profa. Dra. Maria Raquel Caetano
Instituto Federal Sul-rio-grandense

Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschim
Universidade Federal de Santa Maria

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Nei Fonseca, por me acompanhar e incentivar ao longo desta jornada.

Agradeço aos professores e professoras do programa ProfEPT do IFSul, Câmpus Charqueadas, do Instituto Federal Sul-rio-grandense pelos ensinamentos.

Às Professoras Dra. Maria Raquel Caetano e Dra. Mariglei Severo Maraschim, por aceitarem fazer parte das bancas de qualificação do projeto de pesquisa e da defesa de dissertação. Agradeço também pelas provocações e sugestões de aprimoramentos desta pesquisa.

Às/aos colegas administradoras(es) que contribuíram enormemente ao responder o questionário da pesquisa e/ou o questionário de avaliação do produto educacional. Vocês foram peças fundamentais nesta pesquisa.

Agradeço de forma geral a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, torceram e contribuíram para a realização desta pesquisa. Este trabalho tem um pouco de cada um e cada uma de vocês.

Por último, agradeço e dedico esse trabalho aos meus filhos Murillo e Livia e à minha namorada Juliane Laguna que, além de namorada, foi minha colega e incentivadora nesta caminhada. Sem teu apoio certamente não seria possível.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral “Fortalecer o trabalho pedagógico do administrador na promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais”. Para tanto, partiu da contextualização histórica e política que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa no país, desde o século XIX até o momento da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Na sequência, analisou os princípios político-pedagógicos dos IFs, articulando conceitos que ganham centralidade neste estudo, tais como trabalho, educação e trabalho pedagógico, para sistematizar o trabalho do Técnico Administrativo em Educação (TAE) e, assim, poder investigar o trabalho do administrador. Buscou ainda compreender o contexto e o cotidiano das atividades desenvolvidas pelos Administradores a fim de contribuir com a formação da identidade profissional e conhecer a dimensão pedagógica do trabalho destes profissionais. O cargo de administrador faz parte da carreira dos técnicos administrativos em educação, do Plano de Carreira (PCCTAE) Lei nº 11.091/2005 e destina-se às instituições federais de ensino a fim de apoiá-las no processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão. Como percurso metodológico para atingir o objetivo geral, após realizado levantamento documental sobre os administradores e análises a partir de revisão de literatura e da legislação em vigor sobre o tema, realizou-se a aplicação de questionários enviados ao grupo de 28 servidores que atuam como administradores do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul. As respostas nos mostraram uma grande divergência de percepções a respeito do trabalho do administrador visto pelo viés pedagógico onde parte do público alvo percebe seu trabalho como um trabalho pedagógico ao passo que outra parte, afirma que seu trabalho não é pedagógico, mas sim um trabalho de apoio voltado para as chamadas atividades-meio. Como resultado desta pesquisa desenvolveu-se como produto educacional¹ uma proposta de formação continuada com base em três dimensões: Os referenciais teóricos da pesquisa, os resultados empíricos do questionário e os princípios institucionais dos IFs.

Palavras-Chave: Trabalho. Princípios Político-Pedagógicos. Administradores. Institutos Federais.

¹ O produto educacional foi depositado na plataforma Educapes e pode ser acessado em: <https://educapes.capes.gov.br/>.

ABSTRACT

This study had the general objective of "Strengthening the administrator's pedagogical work in promoting the political-pedagogical principles of Federal Institutes". To do so, it started from the historical and political context that Professional and Technological Education (EPT) occupies in the country, from the 19th century until the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs). Next, he analyzed the political pedagogical principles of IFs, articulating concepts that gain centrality in this study, such as work, education and pedagogical work to systematize the work of the Administrative Education Technician (TAE) and thus investigate the work of the administrator. It also sought to understand the context and daily activities carried out by Administrators, in order to contribute to the formation of professional identity and understand the pedagogical dimension of the work of these professionals. The position of administrator is part of the career of administrative technicians in education, of the Career Plan (PCCTAE) Law n.11.091/2005 and is intended for federal educational institutions in order to support them in the educational process, contributing to the development management, teaching, research and extension activities. As a methodological path to achieve the general objective, after carrying out a documentary survey on administrators and analyzes based on a literature review and current legislation on the subject, questionnaires were sent to the group of 28 employees who work as administrators. from the Federal Institute of Rio Grande do Sul - IFSul. The responses revealed a wide divergence of perceptions regarding the work of administrators from a pedagogical perspective. Some of the target audience perceives their work as pedagogical, while others claim that their work is not pedagogical, but rather a support role focused on so-called intermediary activities. As a result of this research, a continuing education proposal was developed based on three dimensions: the theoretical frameworks of the research, the empirical results of the questionnaire, and the institutional principles of the Ifs.

Keywords: Work. Political Pedagogical Principles. Administrators. Federal Institutes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição geográfica dos Câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense	81
Figura 2 – Desenvolvimento da análise (Inspirado na teoria de Laurence Bardin) .	888
Figura 3 – Apresentação do Produto Educacional	1244

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de resultados obtidos para os descritores indicados	22
Quadro 2 – Pesquisas selecionadas	24
Quadro 3 – Resumo dos Procedimentos Metodológicos	88
Quadro 4 – Cronograma	89
Quadro 5 – Unidade de análise: Trabalho	1077
Quadro 6 – Unidade de análise: Trabalho Pedagógico	1100
Quadro 7 – Unidade de análise: Contribuição para Atividade-Fim	1133
Quadro 8 – Unidade de análise: Atribuições dos Administradores	1155
Quadro 9 – Unidade de análise: Entendimento Ensino, Pesquisa e Extensão	1177
Quadro 10 – Unidade de análise: Desafios dos Administradores.....	11919
Quadro 11 – Estrutura do Caderno	1233
Quadro 12 – Comentários observados na questão 06	1277
Quadro 13 – Sugestões, comentários e críticas ao PE	12828

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição populacional dos participantes da pesquisa quanto ao gênero com o qual se identificam	91
Tabela 2 – Faixa etária dos servidores participantes da pesquisa	92
Tabela 3 –Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa	93
Tabela 4 – Local de lotação dos participantes da pesquisa	93
Tabela 5 – Impacto Graduação/Trabalho	95
Tabela 6 – Trabalho Administrador IFSul.....	96
Tabela 7 – Tempo de Trabalho na Instituição	98
Tabela 8 – Trabalho Administrador/Trabalho Pedagógico	98
Tabela 9 – Trabalho Administrador/Atividade-fim da instituição.....	99
Tabela 10 – Ocupação Cargo de Gestão	100
Tabela 11 – Cargos de Gestão Ocupados.....	1000
Tabela 12 – Cargos de Gestão – Tempo de Ocupação	1011
Tabela 13 – Função Principal dos Institutos Federais	1022
Tabela 14 – Você conhece os Princípios Político-Pedagógicos dos IFs?.....	1033
Tabela 15 – Princípios Político-Pedagógicos e o Trabalho do Administrador	1044
Tabela 16 – Graduação Habilitação Específica	1055
Tabela 17 – Setor Atual de Lotação.....	1066
Tabela 18 – Entendimento dos Servidores Sobre Trabalho	1077
Tabela 19 – Entendimento dos servidores sobre Trabalho Pedagógico	10909
Tabela 20 – Entendimento quanto à contribuição para atividade-fim	1133
Tabela 21 – Atribuições dos Administradores	1144
Tabela 22 – Entendimento Ensino, Pesquisa e Extensão	1177
Tabela 23 – Desafios dos Administradores.....	11919
Tabela 24 – Resultados da primeira seção do questionário de avaliação do PE ..	1255
Tabela 25 – Respostas das questões do eixo conceitual	1255
Tabela 26 – Respostas das questões do eixo conceitual	1266
Tabela 27 – Respostas das questões do eixo comunicacional.....	12828

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB – Câmara de Educação Básica

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEP-FURG – Comitê de ética em Pesquisa – Universidade Federal do Rio Grande

CNE – Conselho Nacional de Educação

EB – Educação Básica

EM – Ensino Médio

EMI – Ensino Médio Integrado

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETFPEL – Escola Técnica Federal de Pelotas

ETP – Escola Técnica de Pelotas

FaE UFMG – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FURG – Universidade Federal de Rio Grande

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IFSUL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGE Uninove – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho

PPGED UFS – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe

PPI – Plano Pedagógico Institucional

PROEJA – Programa de Educação para Jovens e Adultos

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROTEC – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SEB – Secretaria de Educação Básica

SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TAE – Técnico Administrativo em Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	19
1.3 OBJETIVOS	20
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.2 Objetivos Específicos	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO	21
2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL – DOS PRIMÓRDIOS AOS IFs....	28
2.2.1 Institutos federais de educação, ciência e tecnologia	33
2.3 O INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	38
2.4 PRINCÍPIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS	39
2.5 TRABALHO E EDUCAÇÃO	47
2.5.1 A relação entre trabalho e educação	544
2.6 TRABALHO E EDUCAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS.....	60
2.7 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E TRABALHO PEDAGÓGICO	622
2.8 ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO	70
2.8.1 A administração e a educação	70
2.8.2 O trabalho do técnico-administrativo em educação	711
3 METODOLOGIA	80
3.1 LÓCUS DA PESQUISA.....	80
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	82
3.3 QUESTIONÁRIO.....	88
3.4 CRONOGRAMA.....	89
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	90
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES DA PESQUISA	91
4.1.1 Percepção dos respondentes da pesquisa sobre trabalho	93
4.1.2 Percepção dos respondentes da pesquisa sobre gestão	99
4.1.3 Percepção dos respondentes sobre o IFSul	102
4.1.4 Análise das questões abertas	1044
5 PRODUTO EDUCACIONAL	1211

5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	1244
5.2 VALIDAÇÃO E REGISTRO DO PRODUTO EDUCACIONAL	12929
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	1300
REFERÊNCIAS.....	1355
APÊNDICES	1444
APÊNDICE A – TLCE E QUESTIONÁRIO ENVIADOS.....	1444
APÊNDICE B – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	1555
APÊNDICE C – APROVAÇÃO COMITE DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP FURG	1566
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL – PE	1577

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como propósito investigar a dimensão pedagógica do trabalho do administrador no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tomando como recorte empírico a realidade do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). A inquietação que motiva este estudo emerge da prática profissional vivenciada no Câmpus Camaquã, onde se percebe que a atuação administrativa transcende aspectos meramente burocráticos e adquire relevância na mediação dos princípios político-pedagógicos que norteiam a instituição. Partimos, assim, da pergunta norteadora: como fortalecer o trabalho pedagógico do administrador na promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais? O estudo visa a analisar como as atribuições administrativas podem ser ressignificadas em uma perspectiva educativa, contribuindo para a formação integral dos sujeitos da EPT.

O problema da pesquisa surgiu a partir da experiência profissional e das percepções deste autor quanto à forma como o trabalho do administrador é desenvolvido no IFSul. Sou bacharel em administração de empresas pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG), ocupo o cargo de administrador no Câmpus Camaquã do IFSul desde 2014 e, ao longo desse tempo, pude perceber a carência de produções acadêmicas que vinculassem o trabalho do administrador e a atividade fim da instituição.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e me apropriar mais dos princípios político-pedagógicos da instituição, vi que o trabalho do administrador no âmbito da educação vai além das diferenças organizacionais entre o setor público e a iniciativa privada. Há muito mais que isso. Os Institutos Federais vão além de uma instituição pública de ensino – muito além –; são instrumentos de transformação importantes para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Mas nós, servidores públicos agentes dessa transformação, sabemos disso? Percebemos isso? Percebemos a influência que o trabalho pedagógico do administrador tem na formação de nossos estudantes e na sociedade? É sobre esse conjunto de inquietações que este trabalho se propôs a falar.

O cargo de administrador está previsto na Lei nº 11.091/2005, que institui o quadro de cargos técnico-administrativos em educação. A generalidade da descrição do cargo, por si só, já chama a atenção. Não se sinaliza uma habilitação específica

ao administrador, tal como encontramos no administrador hospitalar ou no administrador de empresas; há somente a descrição generalizada de administrador, cujo requisito de ingresso na carreira é a formação superior em curso de administração, independente de habilitação específica. Por essa razão, é bastante comum que administradores com habilitação nas mais variadas áreas ingressem, mediante concurso, em instituições públicas de ensino, fato que por si só não representa um problema, mas, ao considerar os diferentes enfoques existentes entre um curso de administração de empresas, por exemplo, e o trabalho dentro de uma instituição pública de ensino, podemos pressupor que havia desafios para a compreensão da relação entre a identidade profissional do administrador com a intencionalidade do universo profissional que está inserido.

O IFSul, local onde se desenvolveu esta pesquisa, tinha em seu quadro um total de 29 administradores, conforme consulta realizada no Sistema Unificado de Administração Pública² (SUAP) em setembro de 2023. Os profissionais estavam distribuídos na instituição da seguinte forma: 09 na Reitoria; 04 no Câmpus Pelotas; 03 no Câmpus Sapucaia do Sul; 02 no Câmpus Visconde da Graça; 02 no Câmpus Bagé e 01 nos Câmpus Santana do Livramento, Passo Fundo, Sapiranga, Venâncio Aires, Gravataí, Camaquã, Jaguarão e Lajeado. Ainda, ocupavam as mais diversas funções dentro da Instituição. É sobre as questões que permeiam o trabalho pedagógico desse grupo específico de servidores da educação que trata este estudo.

As descrições apresentadas nos documentos que regem a educação federal parecem remeter a imagem do administrador para um “*especialista em generalidades*”, centrando o seu trabalho no desenvolvimento de atividades como coordenação, planejamento e organização dos processos. Não obstante, os mesmos documentos também optam pela generalização quando citam, como atribuições do cargo, “assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”, como é o caso do ofício enviado aos dirigentes de instituições federais de ensino no ano de 2005 (Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC), que antecipava a descrição dos cargos previstos na Lei nº 11.091/2005 e do edital 150/2018 do concurso público mais recente realizado pelo IFSul para o cargo de administrador, que traz como atribuições do cargo:

² O SUAP é o sistema utilizado pelos servidores do IFSul para realização de suas atividades de trabalho.

Planejar, organizar, controlar e assessorar as organizações nas áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras; implementar programas e projetos; elaborar planejamento organizacional; promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional; prestar consultoria administrativa. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (IFSul, 2018).

Descrições como a citada apontam para as atribuições do profissional administrador no âmbito organizacional e administrativo, mas não abordam a especificidade quanto ao trabalho desse profissional no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, seja do ponto de vista de gestores, da comunidade acadêmica ou até mesmo do próprio servidor, além de não favorecer a constituição de uma identidade profissional dos técnicos administrativos em educação, ocupantes do cargo de administrador.

Constituiu o propósito deste estudo investigar as relações entre o peculiar contexto dos administradores no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica e os sentidos atribuídos ao trabalho pelos sujeitos de estudo. Em linhas gerais, desde as primeiras teorias da administração, o conceito de trabalho para o administrador tem como premissa a separação entre as atividades de pensar e executar. Já na administração clássica, as funções do administrador listadas por Henri Fayol (1981) eram prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Estes princípios foram sendo adaptados, e, posteriormente, as funções do administrador foram aprimoradas por Peter Drucker (2002), que as definiu como planejar, organizar, dirigir e controlar.

Essas divisões e definições de trabalho são próprias do sistema capitalista em que vivemos. Enquanto as classes com melhores condições econômicas e sociais têm maior possibilidade de buscar um ensino intelectual voltado a formar lideranças para ocupar os cargos mais altos através da transmissão da cultura geral, as classes menos favorecidas financeiramente ficam à margem, restando para estas um ensino básico (e muitas vezes bem menos do que isso) e a busca urgente pela inserção no mercado de trabalho.

Saviani (2007) discorre sobre essa separação. Segundo o autor, após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o

trabalho intelectual. No entanto, a concepção de trabalho, sabemos, é muito complexa. Marx (1983) definiu o trabalho em seu sentido ontológico como:

Um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele, a ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1983, p. 149).

Já em um outro sentido, o trabalho pode ser compreendido como um processo educativo. Saviani, em “Educação: Do senso Comum à Consciência Filosófica” (2013), esclarece-nos que o trabalho não deve ser visto somente como uma atividade econômica, mas também como uma atividade que envolve a transformação da natureza e a produção de conhecimento. O trabalho é, portanto, um processo educativo por natureza. Já Frigotto (2005), por sua vez, ao discorrer sobre o trabalho enquanto princípio educativo, afirma que o trabalho não é uma técnica didática, mas sim um princípio ético-político, por ser ao mesmo tempo um direito e um dever:

Dever, por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos. Direito, por ser o ser humano um ser da natureza, que precisa estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural (Frigotto, 2005, p. 03).

Percebe-se, portanto, que a formação acadêmica do administrador não privilegia elementos suficientes para que se possa entender seu trabalho sob o ponto de vista pedagógico que passa a existir, entre outras situações, quando este passa a trabalhar em instituições de ensino. Soma-se a esse contexto a complexidade que a compressão a respeito do trabalho assume na Educação Profissional e Tecnológica. Dito isso, salienta-se que o estudo em tela buscou relacionar diferentes dimensões do trabalho do administrador.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com base na inquietação do mestrando e nas pesquisas empreendidas para a elaboração dessa pesquisa, chegou-se à seguinte indagação: como fortalecer o

trabalho do administrador à promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais?

1.2 JUSTIFICATIVA

A trajetória dos Institutos Federais revela um projeto educativo que integra trabalho, ciência, tecnologia e cultura, buscando a formação omnilateral dos estudantes (Brasil, 2008). Contudo, o trabalho do administrador educacional permanece frequentemente invisibilizado nos processos pedagógicos institucionais. A descrição genérica das funções administrativas, dissociada de um entendimento formativo, dificulta a concretização dos princípios que fundamentam a EPT. Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender e fortalecer a dimensão pedagógica do trabalho administrativo, visando a articular a história e os objetivos dos IFs com práticas institucionais mais conscientes, comprometidas e emancipadoras (Ramos, 2011; Ciavatta, 2012).

Colaborou para a escolha dessa temática o fato de não terem sido encontrados, durante a realização da pesquisa, estudos que abordassem especificamente o trabalho pedagógico do administrador nos Institutos Federais, o que evidencia a possibilidade de novas pesquisas. É relevante ainda destacar que este estudo pode contribuir para a instituição, pois, ao promover uma compreensão mais ampla dos princípios político-pedagógicos entre este grupo específico de servidores, pode aumentar o conhecimento desses servidores sobre os objetivos da instituição e a relevância de seu trabalho do ponto de vista pedagógico.

Cabe mencionar que este estudo emerge do Instituto Federal Sul-rio-grandense, em virtude de sua condição de instituição associada ao ProfEPT – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Esta pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, que abrange os fundamentos das práticas educativas e o desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas modalidades de oferta. O foco recai nas estratégias transversais e interdisciplinares, visando a uma formação integral e significativa dos estudantes, fundamentada no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais.

O estudo alinhou-se, sobretudo, ao Macroprojeto 3 – Práticas Educativas no Currículo Integrado, o qual abriga projetos que trabalham na perspectiva do currículo integrado que venham a contribuir para a qualificação das práticas pedagógicas e avaliativas integradas, em direção à superação da dualidade estrutural, nas diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Fortalecer o trabalho pedagógico do administrador na promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais.

1.3.2 Objetivos Específicos

- 1) Sistematizar os princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais por meio de diálogo com embasamento teórico e pesquisa documental;
- 2) Analisar as atribuições profissionais do administrador e sua articulação com os princípios político-pedagógicos da EPT;
- 3) Desenvolver um produto educacional direcionado ao trabalho pedagógico dos ocupantes do cargo de administrador no IFSul.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste trabalho organiza-se em três eixos: 1) A constituição histórica da Educação Profissional e Tecnológica, ancorada em Cunha (2005) e Pacheco (2007), situando a EPT como espaço de formação humana integral; 2) As relações entre trabalho e educação, abordadas a partir de Saviani (2008), Marx e Engels (2011) e Frigotto (2009), compreendendo o trabalho como princípio educativo e categoria fundante da formação omnilateral; e 3) As especificidades do trabalho administrativo na educação, dialogando com Paro (2011), Oliveira (2012) e Laval (2004), para refletir sobre o papel do administrador na mediação dos processos formativos institucionais. Essa tríade conceitual permite analisar criticamente o lugar do trabalho administrativo no projeto de formação da EPT.

Nesta seção, trazemos o estado do conhecimento a partir da análise de produções acadêmicas já publicadas que guardam relação com esta dissertação. Na sequência, apresentamos um breve histórico sobre a educação profissional no Brasil, partindo do final do século XIX e caminhando até a criação dos Institutos Federais.

Realizamos também uma apresentação sobre o histórico do Instituto Federal Sul-rio-grandense, local onde foi realizada esta pesquisa. Em seguida, realizou-se uma análise sobre a razão de ser dos Institutos Federais, suas concepções, diretrizes, natureza e singularidade. Posteriormente, problematizou-se a relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Com respaldo teórico, examinou-se os conceitos de trabalho, trabalho pedagógico e trabalho do técnico administrativo em educação, com foco no servidor administrador, sujeito dessa pesquisa.

2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO

Para a produção do estado do conhecimento, identificou-se aquilo que já fora produzido, em termos acadêmicos e científicos, e que guarda relação com o problema de pesquisa deste trabalho. De acordo com Morosini (2015):

Estado de conhecimento é a identificação, registro, categorização que leva à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses e dissertações sobre uma temática específica (Morosini, 2015, p.101).

Morosini e Fernandes (2014, p. 158) afirmam que “o estado do conhecimento possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver” e serve como base para os futuros passos dentro da pesquisa.

Para aprofundar o conhecimento daquilo que já foi produzido e que poderia contribuir para a continuidade dessa pesquisa, fez-se uso de uma plataforma específica: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³. A escolha dessa plataforma deve-se ao fato de ela integrar sistemas de informação sobre teses e dissertações de diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e concentrar quase um milhão de publicações.

O tema desta pesquisa é o trabalho pedagógico do administrador; dessa forma, buscou-se, a partir da promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais, fortalecer o trabalho deste profissional no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Por essa razão, durante a realização de consultas na plataforma BDTD, foram utilizados os seguintes descritores: “Trabalho”, “Administrador”, “Pedagógico”, “Princípios Político-pedagógicos”, “Rede Federal”. Os descritores foram combinados de diferentes formas, e as buscas foram realizadas sempre da forma mais abrangente, utilizando todos os campos disponíveis no repositório.

No Quadro 1 a seguir, é apresentado o demonstrativo do número de trabalhos encontrados de acordo com os descritores selecionados.

Quadro 1 – Quantidade de resultados obtidos para os descritores indicados

Palavras-chave	Número de trabalhos – BDTD
“Pedagógico”, “Administrador”	2.176
“Rede Federal”, “Trabalho”, “Administrador”	1.855
“Trabalho”, “Pedagógico”, “Administrador”	1.570
“Trabalho”, “Princípios Políticos”, “Administrador”	840
“Trabalho pedagógico”, “Administrador”, “Rede Federal”	489
“Trabalho pedagógico do administrador”	5
“Princípios Político-pedagógicos”, “Administrador”	3

Fonte: Elaborado pelos autores.

³ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/>. Acesso em: 08 de janeiro de 2024.

Da leitura dos títulos e dos resumos realizada em uma amostra dos trabalhos encontrados nas buscas, partindo-se da semelhança entre os termos constantes nos trabalhos encontrados e os objetivos desta pesquisa, constatou-se que a grande maioria dos trabalhos que surgem a partir do uso do termo “pedagógico” são focados na atividade docente, sem relação direta, portanto, com a atividade técnico-administrativa. Por outro lado, pôde-se perceber também que a grande maioria dos trabalhos encontrados com a utilização do termo “administrador” não tem relação com a atividade pedagógica, tampouco com o trabalho do administrador dentro da EPT; são, em suma, trabalhos voltados para a administração de forma geral.

Assim sendo, para que localizássemos trabalhos que pudessem auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário realizar uma busca mais detalhada. A combinação de mais de dois descritores, como “trabalho, princípios políticos e administrador”, por exemplo, possibilitou uma redução significativa no número de produções acadêmicas, mas ainda não indicou exatamente aqueles que possuíam maior afinidade com o tema. Fez-se, então, uma nova configuração na utilização dos descritores, em forma de frases curtas, para que se pudesse, enfim, obter uma maior aproximação com trabalhos relevantes para esta pesquisa.

É preciso pontuar que, embora se tenha conseguido encontrar trabalhos similares ao propósito deste estudo, não se encontrou nenhum trabalho que tratasse diretamente da atividade do profissional administrador no universo da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Por essa razão, optou-se por selecionar trabalhos que abordassem a atividade do técnico administrativo em analogia ao trabalho do administrador, que é, antes de tudo, também um técnico administrativo em educação. A partir dos filtros aplicados e das leituras dos títulos encontrados nas buscas, seguido de um aprofundamento maior naqueles que, entende-se, aproximaram-se mais do objetivo desta pesquisa, dentro dos critérios definidos, foram selecionados, então, seis (06) trabalhos que foram pertinentes e capazes de contribuir para este estudo, apresentados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Pesquisas selecionadas

Nº	Título/Ano	Tipo	Autor	Tema central
01	Educação e trabalho como pressupostos das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica – 2020	Dissertação	Matheus Silveira de Souza	Educação e Trabalho
02	A reforma da educação profissional de nível médio no Brasil – 2020	Tese	Camila Aparecida da Silva	As reformas da educação profissional
03	O trabalho do técnico em assuntos educacionais do Instituto Federal de Santa Catarina – Fazer e Sentidos – 2019	Dissertação	Caio Caselli Martins	A compreensão do trabalho do técnico em assuntos educacionais
04	Trabalho do técnico administrativo do IFSul câmpus avançado Jaguarão na Educação Profissional e Tecnológica: Uma ação formativa – 2020	Dissertação	Edson Viana Schuch	Formação em educação profissional para novos servidores
05	A criação dos Institutos Federais de educação ciência e tecnologia e o contexto do IFBA – 2018	Tese	Ricardo Torres Ribeiro	Os novos preceitos legais criados a partir do estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
06	A organização dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no conjunto da Educação Profissional Brasileira – 2013	Tese	Mônica Maria Teixeira Amorim	A expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica a partir dos Institutos Federais de Educação

Fonte: Elaborado pelos autores.

O trabalho 01, intitulado “Educação e trabalho como pressupostos das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica”, foi publicado no ano de 2020 pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo (USP). Esse trabalho foi selecionado por abordar as políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica a partir da sua base normativa e das transformações na sua institucionalidade ao longo dos anos. O trabalho ainda reflete sobre as intersecções entre educação e trabalho, analisando como a conjugação destes é uma característica constitutiva do ser humano que permite transformar a natureza de acordo com as suas necessidades, assim como modificar a sua própria natureza, criando seus meios de vida e transformando mundo natural em mundo cultural. Por abordar, então, temas como políticas públicas, trabalho e educação profissional, essa dissertação guarda semelhança com o objeto deste estudo.

O trabalho 02, intitulado “A reforma de educação profissional de nível médio no Brasil”, foi publicado em 2020 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da

Universidade Nove de Julho (PPGE Uninove) e foi selecionado por abordar a educação a partir das concepções de currículo que orientaram as reformas da educação profissional técnica de nível médio contemporâneas, especificamente os aspectos que definiram essas reformas: os conceitos de competências e o trabalho como princípio educativo. Essa tese teve relevância para esta pesquisa uma vez que tratou de temas fundamentais para a Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Como buscávamos enxergar o trabalho do administrador por um viés pedagógico, entender as mudanças que a educação profissional sofre ao longo dos tempos torna-se fundamental.

O trabalho 03 é a dissertação “O trabalho do técnico em assuntos educacionais do Instituto Federal de Santa Catarina – Fazeres e Sentidos”. Essa dissertação foi publicada no ano de 2019 pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). A dissertação foi destacada para ser utilizada nesta pesquisa por ser, dentre os trabalhos encontrados, o que mais se assemelha com o viés pedagógico que, pretendia-se demonstrar, é parte integrante do trabalho do administrador – embora estejamos falando de cargos e funções diversas (técnico em assuntos educacionais e administrador), ambos fazem parte do PCCTAE. São, portanto, cargos de carreira técnico-administrativa.

Essa dissertação teve como objetivo compreender o trabalho do técnico-administrativo analisando os contrapontos entre trabalho real e trabalho prescrito, outra semelhança com a pesquisa aqui realizada. Os sentidos atribuídos ao trabalho, remontando para a coexistência da dupla dimensão do trabalho – ontológica e histórica – no cotidiano desses profissionais, em que o trabalho ora parece aproximar-se de atividade vital e dotada de sentido emancipador ora parece restringir-se a meio de manutenção da Subsistência, também foram abordados.

O trabalho 04 chama-se “Trabalho do técnico administrativo do IFSul câmpus avançado Jaguarão na Educação Profissional e Tecnológica: Uma ação formativa” e foi publicado em 2020 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A dissertação tem como questão central de orientação analisar em que medida o trabalho do técnico administrativo em educação do IFSul Câmpus Avançado Jaguarão, na percepção dos próprios técnicos, concorre para as finalidades da educação. A fim de atender a esse questionamento, chegou-se ao objetivo geral do estudo, o qual consiste em analisar, a partir de uma ação formativa, em que medida

o trabalho do técnico-administrativo em educação, na concepção desse grupo de servidores, direciona-se para as finalidades da educação.

Por abordar temas como o trabalho do técnico administrativo, o modo como esse trabalho concorre para a finalidade da educação e por ter sido realizada em campus de Instituto Federal, a dissertação guarda bastante semelhança com esta pesquisa, pois promover os princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais e compreender a dimensão pedagógica do trabalho do administrador (ou dos técnicos administrativos como um todo, como é o caso desta dissertação) são objetivos afins.

O trabalho de número 05 é a tese de nome “A criação dos Institutos Federais de educação ciência e tecnologia e o contexto do IFBA”, realizada no ano de 2018 e publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED UFS). Essa tese tem como objetivo analisar e avaliar os preceitos legais criados a partir do estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil através do marco jurídico posto pela Lei nº 11.892/2008, propagados como referência na política de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, ao longo dos governos Lula e Dilma Roussef. A tese foi considerada relevante por tratar da criação da Rede Federal e das políticas de caráter social – como a expansão da educação pública profissional em um esforço para promover maior justiça social –, mas também fazer um atrelamento entre educação profissional e as políticas econômicas de organização e gestão burocráticas assentadas em uma concepção de estado impregnada de uma lógica de mercado típica do capitalismo.

O trabalho 06, último selecionado, chama-se “A organização dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no conjunto da Educação Profissional Brasileira”. Trata-se de uma tese publicada no ano de 2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE UFMG) que indica a política de organização dos Institutos Federais no Brasil. Para além da proposta de ampliar a oferta pública do ensino profissional de nível médio, representa a consolidação de uma rede de ensino destinada, especificamente, à educação profissional e organizada, em paralelo, à escola de tipo “secundária” e acadêmica. Por tratar da consolidação dos Institutos Federais, sua proposta e seus princípios, a tese tornou-se relevante para esta pesquisa.

Os trabalhos escolhidos e detalhados acima destacaram-se por conter, em seu cerne, as políticas, estruturas e princípios dos Institutos Federais, os conceitos de

trabalho e o trabalho do técnico administrativo com vistas à atividade fim dos Institutos. É fato que, como dito anteriormente, não foram encontradas pesquisas que tivessem como tema o trabalho do administrador dentro dos Institutos Federais; porém, se, por um lado, tivemos que trabalhar por analogia em alguns momentos (retratando o trabalho do técnico administrativo de forma mais ampla e não do administrador diretamente, por exemplo), por outro, fortaleceu-se a contribuição que esta pesquisa pode trazer para um campo pouco explorado, fazendo com que esse grupo específico de profissionais possa ter seus conceitos sobre trabalho e educação ampliados e seu trabalho dentro da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica fortalecido.

Foi possível evidenciar, portanto, a partir das buscas realizadas, que o cargo de administrador foi pouco explorado cientificamente dentro do universo da Rede Federal. Sabemos que, de forma geral, os cargos técnicos administrativos em educação parecem estar associados às atividades-meio – aquelas que não são diretamente ligadas à atividade fim – dentro do universo escolar. Sabemos, ainda, que o cargo de administrador, talvez por sua própria nomenclatura, pode parecer ainda mais distante do contexto pedagógico dentro da organização escolar e voltado para a administração de organizações de forma geral.

Todavia, é preciso enfatizar que há peculiaridades entre o papel desempenhado por esse profissional dentro e fora das instituições de ensino, assim como há diferenças importantes entre a administração voltada para o mercado de trabalho e a administração escolar. Paro (2011, p. 70) afirma que existe um equívoco na organização das escolas brasileiras, a saber: “A omissão da especificidade do trabalho escolar e a aplicação do modelo de gestão das organizações privadas, cujos objetivos são contrários aos da instituição educacional”.

Oliveira, Moraes e Dourado (2014, p. 01) afirmam que, na empresa privada, “[...] a função da administração é organizar os trabalhadores [...], otimizar o instrumental de trabalho e disponibilizar matérias primas, objetivando o controle das forças produtivas [...]”. Ainda segundo os autores, a escola é uma instituição onde as especificidades exigem uma administração diversa daquela aplicada na administração empresarial.

A natureza do processo pedagógico da escola impossibilita a generalização do modo de produção autenticamente capitalista, uma vez que o estudante é, ao mesmo tempo, objeto (beneficiário, estando presente no ato da produção) e sujeito do ato educativo, já que participa ativamente da atividade pedagógica (Oliveira; Moraes; Dourado, 2014, p. 02).

Fica claro, a partir do trecho citado, que, para os autores, é um grande erro tentar aplicar os mesmos princípios da administração empresarial na administração escolar, visto que as especificidades da escola exigem formas diferentes de administrar. Paro (2011) nos esclarece que as empresas têm, via de regra, o lucro como objetivo final. Por essa razão, podem se orientar pelos mesmos princípios administrativos. Já no universo escolar, os “produtos” são outros. Segundo o autor:

O mesmo não ocorre com a escola, cujo produto, o cidadão autônomo e sujeito do desenvolvimento de sua personalidade, não é apenas diferente do produto de qualquer empresa, mas o resultado da busca, pela escola, de objetivos antagônicos aos da empresa tipicamente capitalista (Paro, 2011, p. 37).

Percebe-se que, para o autor, o objetivo maior da escola, ou o seu “produto”, é a formação de sujeitos autônomos capazes de se desenvolver em todas as suas dimensões. O autor vai além e caracteriza como antagônicos os objetivos empresariais e escolares. Ainda de acordo com Paro, (2011), é preciso que se tenha, dentro da escola, um conceito mais rigoroso sobre a administração, visto que os fins não são meros produtos, mas sim sujeitos capazes de romper com a própria lógica mercadológica capitalista.

Desse modo, contribuiu para o sucesso desta pesquisa a compreensão da peculiaridade que o trabalho do servidor, ocupante do cargo de administrador, assume ao desenvolver suas atividades laborais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Com isso, foi possível estabelecer nexos entre o trabalho pedagógico do administrador e os princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais.

2.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL – DOS PRIMÓRDIOS AOS IFs

A educação profissional no Brasil passou por inúmeras transformações até chegar na realidade atual, em que os IFs assumiram, desde o começo deste século, papel importante. Sua origem remonta ao século XIX e tinha, inicialmente, um caráter intensamente assistencialista, buscando tirar da pobreza e da criminalidade crianças

e adolescentes ensinando-lhes alguma habilidade manual. A criação, em 1875, do Asilo dos Meninos Desvalidos, uma das instituições mais importantes de ensino de ofícios da época, dá-nos um exemplo claro da realidade da educação profissional daquele momento.

Tratava-se de uma escola destinada a crianças de 6 a 12 anos que viviam em um estado de extrema pobreza, por vezes mendigando pelas ruas. A autoridade policial que encontrasse essas crianças deveria encaminhá-las ao asilo, onde estas passavam a receber instrução primária e a aprender algum ofício – uma vez que lá havia ensino de funilaria, tornearia, marcenaria, carpintaria, entre outros. De acordo com Cunha (2000), após concluir a aprendizagem, o jovem permanecia mais três anos no asilo trabalhando nas oficinas a fim de pagar por sua aprendizagem. Havia também uma espécie de poupança: o artífice poderia acumular algum valor, que lhe seria entregue ao fim desse período.

Após a proclamação da República, em 1890, foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o qual passou a ter funções relacionadas à instrução e ao ensino profissional, o que revela já alguma mudança na orientação desse tipo de ensino. Começava a surgir uma certa preocupação com a qualificação dos trabalhadores para atender as demandas da indústria que começava, ainda a passos curtos, a crescer.

Outro passo importante foi dado em 1906, com Nilo Peçanha, à época presidente do estado do Rio de Janeiro, criando cinco escolas profissionais. Já em 1909, como Presidente da República, Nilo Peçanha, através do decreto nº 7.566 de 23 de setembro, deu origem a 19 escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada estado do país. Essas escolas possuíam metodologia, processo seletivo para ingresso e currículo próprios, que as diferenciavam de todas as demais instituições de escolas profissionais no Brasil. As escolas, todas sob responsabilidade da União, eram mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A criação das 19 escolas de Aprendizes e Artífices é apontada como o marco inicial da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Com a criação dessas escolas, embora ainda não abandonasse como um todo o caráter assistencialista, a Educação Profissional Brasileira caminhava diretamente ao encontro do atendimento das demandas da crescente industrialização do país. Era importante, agora, preparar a força de trabalho necessária às demandas dessa industrialização, e a exposição de motivos encontrada no Decreto nº 7566/1909, que

criou as escolas de Aprendizes e Artífices, demonstra claramente a funcionalidade do EPT para a época:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação: Decreta: (Brasil, 1909).

Pelo exposto, podemos perceber que a educação profissional durante a primeira república, embora tenha considerável avanço ao acrescentar a ideia de qualificação para o trabalho, mantinha um caráter assistencialista e de fragmentação da educação ao considerar que o preparo para o exercício de atividades manuais era função exclusiva das classes mais baixas. O decreto faz ainda uma associação entre as classes populares estarem inclinadas à “ociosidade ignorante e à escola do vício e do crime” (Brasil, 1909). A admissão dos indivíduos “filhos dos desfavorecidos” (Brasil, 1909), vinculada ao critério de escassez de recursos, também evidencia o público-alvo daquela educação.

Esse dualismo entre os ensinamentos oferecidos, essa fragmentação da população em classes sociais divididas economicamente está na gênese da educação no Brasil. Ciavatta (2013, p.45) afirma que a educação ofertada às classes menos favorecidas era limitada às “primeiras letras e ao trabalho manual para os órfãos e desamparados”, ao passo que, para as classes dirigentes, era destinada uma formação geral e propedêutica.

Portanto, enquanto às classes altas era oferecido um ensino “intelectual” através da transmissão da cultura geral e voltado a formar lideranças para ocupar os cargos mais altos, para os filhos dos trabalhadores, cujo objetivo era formar rapidamente mão de obra para produção em série e padronizada, era oferecido um ensino que tinha como base “adquirir hábitos de trabalho profícuo” a fim de buscar a inserção destes no mercado de trabalho. Em outras palavras, essa dualidade na distribuição da educação ajuda a intensificar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A partir da década de 1930, com o estado novo, instaurou-se no Brasil o modo de produção propriamente capitalista e, assim, o processo de industrialização ganhou

força. Instaurava-se, mesmo que de forma incompleta, o que se chamou de revolução burguesa. Esse processo de industrialização cresceu, inicialmente, às custas de desemprego e de baixos salários e, posteriormente, pela associação com o capital estrangeiro, especialmente o norte-americano. O capital estadunidense ingressou no país principalmente sob a forma de equipamentos e técnicas, associando-se a grandes unidades de produção que pudessem absorver uma tecnologia que, embora obsoleta nos Estados Unidos, não deixava de ser avançada no Brasil. Nesse período, a formação dos trabalhadores era cada vez mais tratada como uma necessidade, visando a atender a expansão industrial – porém, à parte da política educacional.

A Constituição Federal de 1937 apresentou, pela primeira vez, indicativos de uma organização sistêmica do ensino industrial; porém, não sem continuar perpetuando a divisão de classes:

O ensino pré-vocacional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhes dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especificidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (Constituição de 10 de novembro de 1937, art. 129).

Em 1942, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Médio, a qual acentuava a tradição de um ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático. A função propedêutica predominava, sendo voltada para o ensino superior. Essa lei, em conjunto com outras que regulamentaram o ensino profissional nos diversos ramos da economia, significou um importante marco na política educacional do estado novo. O quadro de industrialização permanecia crescente no Brasil e, com ele, a necessidade de formação de trabalhadores capacitados. Assim, o ensino industrial seguiu ganhando dimensão.

Em 1959, a Lei nº 3.552⁴ estabeleceu nova organização escolar e administrativa para as escolas de ensino industrial. Na sua regulamentação, o Decreto nº 47.038, do mesmo ano, definiu as escolas técnicas que comporiam a Rede Federal

⁴ As escolas federais passam por uma nova organização escolar e administrativa (Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, regulamentada pelo Decreto nº 47.038, de 16 de novembro do mesmo ano).

de ensino técnico, transformando-as em Autarquias e em Escolas Técnicas Federais com incentivo nacional e internacional. A rede de Escolas Técnicas Federais se consolidou e ocupou um lugar estratégico na composição da força de trabalho industrial brasileira. Em 1971, algumas delas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Ao longo da primeira metade da década de 1970, as reformas educacionais fizeram parte do mito da economia planificada. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II espelhavam a determinação dos governos da ditadura militar em implementar o desenvolvimento acelerado, com influência crescente da máquina estatal. A partir de meados de 1976, as estratégias adotadas pelo PND II começaram a sinalizar fraqueza. O modelo econômico dependente travou o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, a disparidade de renda se ampliou enormemente e medidas recessivas foram conjugadas.

Já nos anos 1980, mesmo sob um forte processo recessivo e altamente inflacionário, o governo Sarney implantou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC). Por meio desse programa, as unidades de ensino descentralizadas, vinculadas a uma “escola-mãe” (escola técnica ou agrotécnica ou CEFET) foram criadas. O PROTEC tinha como objetivo implantar 200 novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas de 1º e 2º graus, justificadas por dados estatísticos que apontavam para a precariedade do atendimento nesse nível de ensino. No entanto, o projeto não foi adiante, e menos de 20 escolas foram inauguradas.

Na década de 1990, houve a consolidação dos CEFETs. Em 1994, a Lei nº 8.948, regulamentada pelo Decreto nº 2.406/1997, aprovou a transformação de todas as escolas técnicas federais em CEFETs. Nesse momento, estes já estendiam suas atividades para cursos superiores de graduação e pós-graduação. Esse desenho perdurou por pouco mais de uma década, até a criação dos Institutos Federais de Educação.

2.2.1 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nos anos 2000, mais precisamente em 2008, durante o segundo mandato do governo Lula⁵, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da Lei nº 11.892/2008. Essa lei estabelece, em seu artigo 2º, que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008, n.p.).

Ainda segundo a norma, no que tange à regulação, avaliação e supervisão, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. Assim que foi aprovada a referida lei, o Ministério da Educação (MEC) publicou um documento de apresentação com foco nos aspectos conceituais dos Institutos Federais, bem como nos princípios que deveriam nortear a sua implementação por todo o país. Esse documento, intitulado “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e diretrizes”, também foi utilizado para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de cada Instituto Federal e é organizado em três tópicos, que incluem:

- 1) Breve exposição de apresentação os Institutos;
- 2) A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil;
- 3) Discussão sobre a “nova institucionalidade”, incluindo a sua dimensão simbólica e a proposta de organização curricular.

O primeiro tópico explica que é na definição de sentidos que devem ficar estabelecidas a natureza e a singularidade dessas escolas, além de afirmar que se trata de instituições comprometidas com a questão social e integradas com as políticas de educação profissional em andamento. Ainda conforme o documento, o que está em curso “reafirma que a formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais

⁵ O segundo mandato do governo Lula ocorreu entre janeiro de 2007 e dezembro de 2010, sendo fundamental para a construção e consolidação dos Institutos Federais.

formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento” (Brasil, 2008, p. 9).

O documento afirma ainda que a EPT dialoga com as políticas sociais e econômicas, principalmente nos âmbitos local e regional, porque entende que essa modalidade educacional deve colaborar com o progresso socioeconômico. Por fim, reforça o caráter público dessas instituições enquanto política pública, não apenas pelo fato de serem mantidas pelo poder público, mas também pelo seu papel social:

O sentido de política pública que o atual governo adota amplia de forma significativa esse conceito, ou seja, não basta a garantia de que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos recursos de origem pública. Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, enquanto algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo (Brasil, 2008, p. 10).

Constatamos que essas instituições foram criadas com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento local, regional e cultural de cada região, cabendo destacar uma preocupação em integrar educação básica e educação profissional sem esquecer da educação superior. Há agora uma mudança no formato de educação profissional proposto no país, pois, mais do que preparar mão de obra necessária para atendimento da industrialização, os Institutos Federais visam a uma educação integradora, unificada entre educação básica e profissional; buscam tornar-se referência em qualidade de ensino e educação profissional, preocupados ainda com o desenvolvimento local. Pacheco (2010) esclarece como os Institutos Federais devem articular com as políticas públicas e as regionalidades:

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de Observatórios de Políticas Públicas, tornando-as objetos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articulada com as forças sociais da região. É nesse sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado (Pacheco, 2010, p. 13).

Ainda segundo Pacheco (2010), os Institutos Federais têm como premissa superar a educação fragmentada que por mais de um século foi usada como mola

propulsora para a formação das pessoas de classes desfavorecidas como mão de obra servil para atender aos interesses de uma agenda desenvolvimentista, sem qualquer pretensão de dar a essa classe educação e formação de qualidade.

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciências e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior neste. Um profissionalizar-se mais amplo, que abre infinitas possibilidades de reinventar-se no mundo e para o mundo, princípios estes válidos, inclusive, para as engenharias e licenciaturas (Pacheco, 2010, p. 14).

Assim sendo, podemos enfatizar que os Institutos Federais têm um compromisso social e a missão de transformar a sociedade. A educação deve transformar o local, as pessoas, o todo. Nessa perspectiva, Pacheco (2010) comenta sobre esse novo projeto de educação:

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhes maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2010, p. 16).

Já o segundo tópico do documento, que trata da história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, recupera a trajetória da Rede Federal desde seu surgimento até os dias atuais e critica a ênfase no fator econômico enquanto orientador do ensino escolar dessa rede. Traz, então, a proposta do atual governo (à época) de mudar essa lógica, colocando o crescimento social como foco do fazer pedagógico. Nesse sentido, os Institutos Federais passariam a se ocupar de um trabalho mais contributivo, diretamente voltado para o desenvolvimento local e regional, conforme se vê:

Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica com a expansão, as novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo em que o caráter social é preponderante, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge. Em decorrência, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a materialização deste novo projeto, reconhecendo-se como referendo do governo no sentido de colocar em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade (Brasil, 2008, p. 17).

Pacheco (2010) afirma que a referência fundamental para a Educação Profissional e Tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho aqui deve ser visto como categoria estruturante do ser social – trata-se de uma educação que deve se dar ao decorrer da vida humana, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho, nessa perspectiva, é potencializadora do ser humano no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação.

O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível. A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. É, pois, uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas (Pacheco, 2010, p. 25).

O terceiro e último tópico procura detalhar a proposta de organização da “nova institucionalidade”, trabalhando questões como a dimensão simbólica e a organização curricular dos IFs. Explica que o modelo dos Institutos baseia-se em uma proposta progressista que tem a pretensão de superar a concepção da escola como mero aparelho ideológico do Estado, reproduzidor dos valores da classe dominante. Trata-se de uma nova instituição, que reserva:

Aos protagonistas do processo educativo, além do incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados por cada indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade (Brasil, 2008, p. 21).

Em relação à organização curricular, os Institutos Federais possuem uma natureza ímpar por ofertarem diferentes níveis e modalidades de educação profissional. A oferta múltipla de formação contribui para um ambiente que possibilita a inter-relação de saberes, o que corrobora para um tratamento mais adequado à sua natureza, que é multi e interdisciplinar. A proposta é de uma formação contextualizada que permita agregar formação acadêmica e preparação para o trabalho sob a forma de organização pedagógica. Pacheco (2010) chama a atenção para a possibilidade de aprendizagem docente em um espaço que atende diferentes modalidades de

ensino. O autor reforça ainda a possibilidade que é dada ao discente de, em uma mesma escola, traçar sua trajetória desde o ensino médio até o doutorado:

Essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica a superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (Pacheco, 2010, p. 13).

De acordo com a SETEC, a nova instituição, diferente daquelas já existentes, é singular, pois irá ofertar Educação Profissional e Tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, terá organização pluricurricular e multicampi e deverá firmar o seu papel social ao vincular o ato educativo com o princípio à primazia do bem social. Fica claro que o papel previsto para os Institutos Federais é o de garantir ações que visem a incorporar setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do país. Essa visão reforça a crença de que se trata de uma instituição criada para consolidar a organização dual do ensino, ou seja, um Instituto criado para atender as camadas populares da sociedade, uma estrutura lateral à “tradicional Universidade” a quem sempre competiu formar as “elites dirigentes”.

Todavia, é importante ressaltar que todo processo, por melhor estruturado que esteja, permanece passível de enfrentar dificuldades. Mesmo com toda grandeza e importância, os IFs não estão livres de tensões. Quinze anos após sua criação, a Rede Federal ainda caminha no intuito de construir sua identidade. Segundo Oliveira (2023), são pelo menos três as tensões que movimentam a Rede hoje: i) retornar ao projeto anterior, de uma simples escola técnica; ii) caminhar para se tornar uma universidade; e iii) se transformar em uma escola regular de qualidade. Essas disputas têm como participantes não só a equipe de servidores que trabalham nas instituições, mas também estudantes, atores das comunidades, agentes políticos e, principalmente, fundações privadas e empresariais interessadas em atender seus objetivos.

Cabe lembrar também que, com o aprofundamento do ideário neoliberal dos últimos anos, as relações entre trabalho e educação na Rede Federal também foram afetadas, o que criou um terreno fértil para a implantação de contrarreformas e de uma racionalidade privatista e empresarial que ameaça a rede. Segundo Oliveira (2023, p 18), “neste ínterim, é importante que a rede não paute sua atuação a partir das

perspectivas privadas, mas entenda que sua proposta precisa ultrapassar os limites estreitos do mercado”. Como uma espécie de resposta, a Rede Federal precisa agir como rede, respeitando a autonomia de cada Instituto Federal, mas funcionando de modo colaborativo em busca do fortalecimento de sua identidade. Não se deve ceder aos apelos da concorrência e da competitividade que marcam o ideário neoliberal.

Outro ponto importante é trazido por Christian Laval em “A escola não é uma empresa” (2019). O autor alerta sobre o novo modelo escolar que tende a se impor, em primeiro lugar, a uma sujeição direta à razão econômica e enfatiza que, neste modelo educacional, as instituições em geral e também as escolas só têm sentido com base nos serviços que devem prestar às empresas e, dessa forma, à economia. Segundo o autor, “o homem flexível, e o trabalhador autônomo são as referências do novo ideal pedagógico” (Laval, 2019, p. 30). Portanto, é essencial que a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica perceba o contexto e as ameaças que o neoliberalismo vem impondo nos últimos anos, estando assim atenta e sobretudo preparada para o enfrentamento dos desafios postos por aqueles que tentam, diuturnamente, transformar a educação em simples mercadoria.

2.3 O INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Para a apresentação do IFSul, fizemos uso da página oficial da instituição⁶. As informações desta seção foram extraídas da página mencionada no dia 28 de outubro de 2023.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), oficialmente instituída no ano de 2008. A história da instituição, porém, é mais do que centenária, tendo início em 07 de julho de 1917, através de ações da Bibliotheca Pública Pelotense, que sediou, nessa data, a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios, cujo objetivo era fornecer educação para meninos pobres. As aulas, no entanto, iniciaram somente em 1930, após a construção do prédio que foi erguido por meio de doações da comunidade. Rebatizada como Escola Technico Profissional, o instituto funcionou por quase uma década, sendo extinto em 1940. O prédio foi demolido e deu espaço para a construção da Escola Técnica de Pelotas (ETP).

⁶ IFSul. Disponível em: <https://www.ifsul.edu.br/instituto>. Acesso em: 28 out. 2023.

A ETP, inaugurada em 1943, começou suas atividades em 1945 e ofertou diversos cursos, como serralheria, mecânica, telecomunicações, entre outros. Em 1959, a ETP foi caracterizada como Autarquia Federal e, em 1965, passou a se chamar Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL). A escola tornou-se referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos ao longo das décadas seguintes. Em 1999, através de decreto Presidencial, a Escola Técnica Federal de Pelotas transformou-se no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul (CEFET-RS). Nessa época, já havia sido instituída a sua primeira unidade de Ensino Descentralizada na cidade de Sapucaia do Sul, movimento que, posteriormente, daria origem ao campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense da cidade.

Em 29 de Dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação Tecnológica, o CEFET-RS deu origem, finalmente, ao Instituto Federal Sul-rio-grandense.

2.4 PRINCÍPIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Após abordarmos, nas seções anteriores, a trajetória histórica da educação profissional no Brasil e realizarmos uma análise acerca da criação dos Institutos Federais (IFs), bem como uma contextualização sucinta sobre o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), objeto de estudo desta pesquisa, avançamos, nesta seção, para a compreensão dos fundamentos que conferem singularidade aos IFs no panorama da educação nacional.

A escola, como instituição da sociedade, é pressionada pelos valores de sua época. A profunda degradação das relações humanas perpassa todos os tecidos sociais, ocupando lugar de destaque na comunicação de massa e interferindo, também, nas relações do universo educacional. Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (Pacheco, 2015, p. 8).

As palavras de Pacheco (2015) indicam aquilo que entendemos ser a forma como os IFs percebem os conceitos de educação, desenvolvimento social e econômico. Percebe-se um entrelace entre igualdade política, econômica e social em um cenário que se associa a um projeto político de país democrático e popular que trabalha a educação como estratégica na busca pelo desenvolvimento de uma nação pautada pela inclusão. Para seguirmos na análise dos fundamentos dos IFs, consideramos como ponto de partida para a análise o contexto político dos governos Lula 2003-2010, tidos como fundamentais para essa nova visão de educação construída com base na formação humana integral. Segundo Fornari (2018):

No que se refere ao contexto político de surgimento dessas instituições, é importante salientar o papel estratégico que essa modalidade de educação vem assumindo na atualidade. A ideia de criação dos Institutos Federais surgiu durante o segundo mandato do presidente Lula, quando a educação tecnológica assumiu um lugar privilegiado, nas políticas públicas, haja vista o conjunto de programas e de ações nesse sentido (Fornari, 2018, p. 62).

O nascimento dos IFs, em 2008, buscava implementar na educação um projeto nacional pautado na soberania, na democracia e, sobretudo, no desenvolvimento com inclusão social. Pacheco (2015) afirma que durante esse período a soberania brasileira foi bastante vista pelo mundo e pelos chamados países desenvolvidos como exemplo a ser seguido. À época, o Brasil se tornara um dos protagonistas mais importantes do cenário internacional.

As políticas públicas e inclusivas para a educação, em especial, para a educação profissional e tecnológica, representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia. Os Institutos Federais, em sua concepção, reúnem trabalho-ciência-tecnologia- cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades (Pacheco, 2015, p. 25).

Esse fator foi trazido como algo a ser valorizado dentro dos IFs na resolução nº 06 CNE-CEB, de 20 de setembro de 2012, definidora das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, a qual apresenta, em linhas gerais, menções ao fortalecimento das noções de democracia, soberania e principalmente ao desenvolvimento voltado para a inclusão, bem como normativas sobre os fundamentos dos IFs, conforme podemos ler na primeira norma:

Art. 14 - III - recursos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática (Brasil, 2012, p. 5).

O projeto educacional então construído para o país surgia como o melhor da história – um projeto concretizado para dar conta do crescente desenvolvimento que o país vivia. Conforme Pacheco (2015, p. 41), “chegamos a registrar dado que davam conta de que tínhamos naquele período 200 mil postos de trabalhos vagos porque não existia naquele momento trabalhadores com a qualificação necessária para ocupá-los”.

Essa afirmação nos leva a crer que o país tinha de fato um grande desafio. Apesar disso, ainda de acordo com Pacheco (2015), os setores progressistas de esquerda no Brasil viam com restrições a Educação Profissional – e por uma razão histórica: educação profissional no Brasil sempre foi sinônimo de formação de mão de obra para o capital. O Sistema “S” (SENAI, SESI, SESC, entre outros), de fato, sempre desempenhou muito bem o papel de produzir mão de obra, mas porque o ensino profissional sempre esteve destinado aos grupos sociais mais pobres e desvalorizados socialmente.

Dentro da concepção do novo projeto educacional, um ponto relevante está relacionado com o fato de que todas as instituições têm uma identidade político-pedagógica semelhante, mas não totalmente igual. A diferença está nos componentes regionais, nas demandas socioeconômicas de cada instituição e de cada região. Outra questão pertinente é a preocupação com a qualidade do tripé que sustenta a rede: o ensino, a pesquisa e a extensão. Manter esse tripé em harmonia e em perfeito funcionamento é um desafio chave para a continuidade do projeto educacional proposto pelos IFs.

A capilaridade da rede também é ponto essencial para a consolidação do projeto, mas é importante deixar claro que isso não implica no atendimento a demandas de lideranças políticas regionais, mas sim na aplicação de uma política técnica por meio de levantamentos que possam mapear em qual local do país, possivelmente, seria interessante a implantação de um Instituto Federal.

A valorização dos profissionais da educação – tanto o corpo técnico administrativo quanto o corpo docente – é outro item de muito destaque que faz parte dessa capilaridade, e a valorização, neste caso, tem relação com retribuição

financeira, mas também com fomento a estudos, participação em eventos pedagógicos, institucionais, administrativos, científicos etc.

Os princípios estruturantes também merecem destaque por serem, como a sua própria definição traz, estrutura base para a consolidação do projeto. Segundo Pacheco (2015), são três os principais princípios, indispensáveis a toda rede. Metodologicamente, separaremos cada um deles para melhor explanação; no entanto, no geral, eles se confundem em sua totalidade. São eles: a) a verticalização; b) a transversalidade; e c) a territorialidade.

a) Verticalização

Em linhas gerais, a verticalização significa que os IFs devem ofertar educação nos mais variados níveis, seja educação para jovens e adultos (PROEJA), ensino médio, superior ou pós-graduação. Esse princípio permite a docentes e discentes transitar entre os diferentes níveis de ensino (incluindo-se pesquisa e extensão), possibilitando acesso a todos os equipamentos necessários para a construção do conhecimento. Trata-se de algo profundamente enriquecedor para o processo pedagógico. A Resolução nº 1/2021 CNE-CEB apresenta duas referências ao assunto:

Art. 5º - Os cursos de Educação Profissional e Tecnológica podem ser organizados por itinerários formativos, observadas as orientações oriundas dos eixos tecnológicos. [...] §5º- Entende-se por itinerário formativo na Educação Profissional e Tecnológica o conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica, podendo ser: III - construído verticalmente pelo estudante, propiciado ou não por instituição educacional, mediante sucessão progressiva de cursos ou certificações obtidas por avaliação e por reconhecimento de competências, desde a formação inicial até a pós-graduação tecnológica; [...] § 7º - Os itinerários formativos profissionais podem ocorrer dentro de um curso, de uma área tecnológica ou de um eixo tecnológico, de modo a favorecer a verticalização da formação na Educação Profissional e Tecnológica, possibilitando, quando possível, diferentes percursos formativos, incluindo programas de aprendizagem profissional, observada a legislação trabalhista pertinente (Brasil, 2021, p. 3).

A Lei nº 11.892/2008, de criação dos Institutos, também faz referência à verticalização:

Art. 6º - Os Institutos Federais têm por finalidades e características: III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (Brasil, 2008, p. 4).

Percebe-se, portanto, que a verticalização do ensino, desde a educação básica até a educação superior, é premissa dos Institutos Federais.

b) Transversalidade

A Transversalidade dialoga e se complementa com a verticalidade, conforme aponta Moura (2014, p. 98) ao descrever o que denominou de “núcleo de formação didático- político-pedagógica”, entendido como uma forma de organizar o trabalho didático. Ela diz respeito, principalmente, ao diálogo entre educação e tecnologia, transversal a todos os cursos, relacionando-se também às realidades culturais, socioeconômicas e políticas da região. Para Pacheco (2015):

Entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, a transversalidade diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais (Pacheco, 2015, p. 20).

Visto por esse prisma, os Institutos Federais podem ser compreendidos como algo original e possível dentro da Educação Profissional Brasileira. Assim, a proposta da transversalidade, associada com a verticalização do ensino, é um dos elementos que alicerça a atuação dessas instituições.

c) Territorialidade

Os IFs foram pensados como instrumentos na busca de soluções para as diversas situações-problemas existentes na base territorial em que estão localizados, buscando construir um alinhamento entre sociedade e educação. A Resolução nº 6/2012, no artigo 6º - IX, traz esse fundamento como um princípio norteador: “articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo” (Brasil, 2012, art. 6º, IX).

Em outro trecho da mesma norma, há algo semelhante, mas dessa vez voltado para suprir as necessidades de atendimento às recomendações de organismos multilaterais: “[...] visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em

que os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio forem realizados”, fazendo uso do elemento que Santos (2020) chama de “política de performatividade” na educação. Em relação a esse ponto, podemos novamente citar Pacheco (2015):

O Instituto Federal deve ter [...] identidade própria e comprometidas com o desenvolvimento econômico e social de determinado território. [...] O centro desta missão é seu compromisso com as políticas públicas em um determinado território visando ao seu desenvolvimento com melhoria na qualidade de vida da população (Pacheco, 2015, p. 13).

Os discursos de orientação das instituições pregam que o câmpus não é o prédio e seu terreno; o câmpus é o território, o prédio é a base de apoio, mas o câmpus é o território. E é ele quem dialoga com todo território, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão (Pacheco, 2021).

Após essa exposição acerca dos princípios estruturantes, passamos a analisar os princípios de base político-pedagógica dos IFs. Esses princípios, que também podem ser chamados de educativos ou pedagógicos, são efetivamente as bases do ensino em si na rede. Seguindo o mesmo desenho anterior, aqui também os elencamos a fim de que, didaticamente, a exposição se torne de mais fácil compreensão.

Esses princípios estão dispostos em: a) ensino para uma formação humana integral; b) trabalho como princípio educativo; e c) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Abordamos detalhadamente cada um desses princípios, destacando seus pontos principais e contextualizando sua definição nos documentos institucionais, legais e pedagógicos pertinentes. Essa análise visou a contribuir para a compreensão de como o trabalho do administrador poderia ser fortalecido na promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais, conforme delineado pelo problema de pesquisa proposto.

a) Ensino para uma formação humana integral

Conforme encontramos em Pacheco (2009, 2015, 2021) e Moura (2014), esta visão tem parâmetro nos trabalhos de Marx, que, pela primeira vez, concebe a questão do homem como ser humano integral, do homem visto como todo, do homem ominilateral. Marx (1996), ao debater sobre a educação no tempo em que vivera (em

uma sociedade capitalista), admitiu a possibilidade de profissionalização associada à educação intelectual, física e tecnológica, olhando para tal como algo a iniciar a educação do futuro (Moura, 2014).

Nessa perspectiva, chegamos ao homem dividido em dois, um que trabalha e um que pensa – divisão ocasionada pelo capitalismo. De acordo com Pacheco (2009, 2015), a burguesia tem uma educação para a elite, que é a educação geral ou humanística, ao passo que existe uma outra educação para os demais. Em síntese, há uma educação para quem vai mandar e outra para quem vai ser mandado, e é justamente a educação dessa forma que garante a reprodução do sistema capitalista. No entanto, a educação humana integral busca romper com essa forma de reprodução, com essa forma de enxergar o mundo.

Esse princípio é encontrado na Resolução nº 6/2012. Está descrita, no artigo 6º, como um dos princípios pedagógicos da EPT: I – “Relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante” (BRASIL, 2012, p. 22). Do ponto de vista empírico, a partir da formação humana integral é possível quebrar a hierarquia histórica apontada por Pacheco (2015), rompendo com a estratificação educacional, a estratificação das classes, com Universidades (para ricos) e Escolas Técnicas (para pobres).

b) Trabalho enquanto princípio educativo

A politecnia e o trabalho visto como princípio educativo são dois fatores que se relacionam e se completam quando se busca uma educação para a construção da emancipação humana. Esses fundamentos encontram ressonância tanto na lei de criação dos IFs quanto nas Resoluções que direcionam a Educação Técnica e Tecnológica no Brasil. O artigo 6º da Resolução nº 6/2012 enuncia o trabalho como princípio educativo, conforme vemos a seguir: art. 6º, III – “trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular”.

Nas palavras de Arroyo (2012), o trabalho como princípio educativo é uma relação entre aquilo que é necessário para se criar, por meio do trabalho, a perpetuação da vida humana:

O trabalho como princípio educativo situa-se em um campo de preocupações com os vínculos entre vida produtiva e cultura, com o humanismo, com a constituição histórica do ser humano, de sua formação intelectual e moral, sua autonomia e liberdade individual e coletiva, sua emancipação. Situa-se no campo de preocupações com a universalidade dos sujeitos humanos, com a base material (a técnica, a produção, o trabalho), de toda atividade intelectual e moral, de todo processo humanizador (Arroyo, 2012, p. 152).

De acordo com Saviani (2013), entendemos que não devemos enxergar o trabalho somente como uma atividade econômica, mas também como uma atividade que envolve a transformação da natureza e a produção de conhecimento. O trabalho é, portanto, um processo educativo por natureza.

c) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

É premissa dos IFs que a pesquisa se transforme em ensino, assim como o ensino se transforme em pesquisa e a pesquisa se transforme em extensão. Devido à amplitude do meio social no qual se encontram os institutos, é fundamental estimular ainda mais esse tripé. Conforme aponta Fornari (2018, p. 248), “é fundamental considerar que os Institutos Federais constituem-se como complexas instituições de ensino, pesquisa e extensão, em um modelo que está em plena expansão”. Essa integração dialética deve se dar sempre levando em consideração os arranjos produtivos locais. Em conformidade com Pacheco (2010):

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de observatórios de políticas públicas, tornando-as objeto de sua intervenção por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. É nesse sentido que os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado (Pacheco, 2010, p. 13).

Podemos ver claramente que os IFs, de acordo com os elementos políticos que fundamentam suas ações institucionais-pedagógicas, caminham em direção a uma educação que tem por base a formação humana, voltada para a criação de um ser humano desenvolvido integralmente, mesmo diante dos desafios do contexto neoliberal e capitalista em que todos estamos inseridos.

2.5 TRABALHO E EDUCAÇÃO

O que é trabalho? Do ponto de vista ontológico, é um processo por meio do qual se desenvolve o vínculo entre o homem e a natureza. O trabalho pode ser visto como uma relação de expropriação entre os seres humanos e a natureza. Quando o homem retira da natureza, por meio do uso da força corporal, os seus meios de subsistência, ele se apropria da natureza em busca da satisfação das suas necessidades. Nesse processo de modificação da natureza externa, os seres humanos modificam a sua própria natureza, dominando suas forças, como afirma Marx (1983):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (Marx, 1983, p. 297).

Marx esclarece que essa forma de trabalho, que compete somente ao ser humano, possui características específicas diferente dos animais: o homem raciocina suas ações para então efetivá-las, ou seja, idealiza, pensa no processo, no plano da consciência antes de concretizá-lo. Marx (1983) destaca elementos centrais de realização do trabalho – a atividade ou o trabalho em si, o objeto de trabalho e os meios e instrumentos necessários para a execução –, reforçando que o ser humano é o único ser que produz as próprias ferramentas e é capaz de organizar o meio de trabalho.

O autor explica que os animais se utilizam dos meios naturais para reproduzir a vida; agem por instinto. Os homens, por sua vez, não fazem uso da natureza somente para sua subsistência, mas também para produzir instrumentos de trabalho. Além disso, o trabalho humano é objetivado, intencional, ao contrário dos animais, que operam por instinto. Em “O Capital” (1983), Marx compara as ações desenvolvidas pelos animais ao trabalho realizado pelo homem a fim de esclarecer a essência deste:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a

abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (Marx, 1983, p. 298).

Engels (1876) aponta que o trabalho é essencial para a existência da vida humana, além de permitir diferenciar os homens dos animais. Assim, afirmou que o trabalho é um elemento de hominização dos sujeitos, tornando-se criador do próprio homem. Citando Darwin (1809-1882), Engels (1876) argumenta que é enorme a distância evolutiva entre a mão primata do macaco e a mão aprimorada do homem, justamente por causa do exercício do trabalho. O autor explica que o trabalho teve um papel efetivo na transição do macaco para o homem por meio do processo evolutivo. As habilidades manuais desenvolvidas eram transmitidas geneticamente às gerações futuras, que seguiam em constante evolução. O conjunto corporal do ser humano foi se adaptando ao trabalho ao mesmo tempo que se formou através dele, como aponta o autor:

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsene à música de Paganini (Engels, 2020, p. 423).

Fica claro que o trabalho impulsionou o desenvolvimento humano – das mãos, do cérebro, dos sentidos, ou seja, de todo o organismo humano. Diferentemente dos homens, os macacos não são capazes de construir instrumentos de trabalho. Dessa forma, o homem foi progredindo, reproduziu-se, formou manadas, aprendeu a trabalhar em grupo e a realizar novas descobertas sobre a natureza e sobre o próprio corpo. Essa capacidade de trabalhar e de se organizar socialmente está relacionada à construção dos bens materiais e culturais e a todas as outras habilidades que diferenciam os seres humanos dos animais.

Portanto, o trabalho, questão central em Marx e Engels, como atividade vital, possibilita ao ser humano estabelecer relações com a natureza e com os seus grupos,

possibilitando a produção e a reprodução da vida material, além de satisfazer as suas necessidades básicas de sobrevivência. A partir do trabalho e suas relações, o homem desenvolveu a consciência e a racionalidade e tornou-se assim capaz de pensar, de efetivar ações, de modificar o meio em que vive na mesma medida em que transforma a própria natureza. Dessa forma, ao longo dos tempos, o ser humano constitui sua história. Frigotto, Ciavatta e Caldart (2020) pontuam que

[...] o trabalho como atividade inerente ao modo humano de produzir a existência é a categoria fundante do ser social. Uma atividade vital antediluviana, na metáfora de Marx, para significar que o trabalho socialmente produtivo existirá enquanto houver seres humanos, pois sem esta atividade não se produz os bens necessários à reprodução da vida (Frigotto; Ciavatta; Caldart, 2020, p. 287-288).

Braverman (1987), ao analisar as concepções marxianas de trabalho a partir de *O Capital*, argumenta que fazer uso da natureza sem antes incumbir uma ação sobre ela, tal qual fazem os animais, não pode ser caracterizado como trabalho. A ação do homem sobre o meio natural, ou seja, o ato de trabalhar é exclusivamente humano. Para o autor, o que importa não são as semelhanças entre a atuação humana e a dos animais, mas sim as suas diferenças:

[...] o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade. [...] Assim, a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades. [...] as atividades instintivas são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos (Braverman, 1987, p. 49-50).

Para que haja trabalho humano, é necessário que haja a atuação da estrutura que planeja e determina as ações: o cérebro, órgão muito mais desenvolvido nos homens do que nos animais. É a partir do cérebro que o homem se torna capaz de desenvolver trabalhos complexos. Braverman (1987) destaca ainda que a cultura humana é fruto do pensamento, e, a partir dessa premissa, podemos dizer que o trabalho, além de criar a espécie humana, possibilitou também a criação do mundo humano. Foi a partir dele que a humanidade desenvolveu as suas diversas formas de organização social ao longo da história. Ao contrário dos animais, o que comanda o trabalho dos homens é a sua própria consciência.

É importante ressaltar que o homem não apenas modifica a natureza; ele próprio faz parte dela. Portanto, ao modificar a natureza, o homem modifica a si próprio. Somos a única espécie capaz de construir meios, instrumentos de produção e conhecimento científico a partir do trabalho, elemento central de constituição do gênero humano. O trabalho produz. Portanto, a vida humana, seja de maneira individual seja coletiva, é elemento essencial na construção do ser social. É nesse sentido que Marx e Engels (1988) afirmam que o trabalho é um direito, um dever e um princípio educativo, ao combinar o trabalho socialmente produtivo e a educação escolar das crianças e dos jovens.

Marx e Engels (1988), por serem materialistas, alicerçam suas análises em bases reais e em condições materiais de existência. Os autores afirmam que a história humana é construída a partir da existência concreta e social de seres humanos vivos e da relação destes com a natureza, e, nessa interação, para garantir a sobrevivência, os seres humanos modificam a natureza e extraem dela os meios de subsistência. Marx e Engels (1988) concluem que o início de “[...] toda história deve partir dessas bases naturais e de sua modificação, através da ação dos homens, no curso da História” (Marx; Engels, 1988, p. 45). Dessa forma, a natureza é modificada intencionalmente pelas mãos do homem, que atua com o objetivo de produzir seus meios de sobrevivência através do trabalho. Para os autores:

A maneira pela qual os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente o que são. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições de sua produção (Marx; Engels, 1988, p. 46).

Diante do exposto, podemos concluir que, para Marx e Engels (1988), a forma como os indivíduos manifestam a sua vida material diz muito sobre quem eles são, pois isso está relacionado ao que esses indivíduos produzem e à forma como produzem. Concluímos ainda que as relações sociais estão condicionadas ao modo de produção da vida material. A partir dessa afirmação, os autores deixam claro o seu entendimento de que as relações sociais entre as nações, e até mesmo no interior de cada nação, são definidas a partir do nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, da divisão do trabalho e das relações internas e externas. Quanto mais desenvolvidas forem as forças produtivas de uma sociedade, maior será o aperfeiçoamento da força de trabalho e da divisão do trabalho.

O ato de produzir os próprios meios de existência e, por consequência, a própria vida humana por meio do trabalho é o que forma e constitui a essência do gênero humano; portanto, a categoria “trabalho” é a referência para a compreensão da educação como um processo de formação humana. Trabalho e educação são indissociáveis, o que significa que os seres humanos se educam no processo de trabalho, seja com a natureza seja com seus semelhantes. Nesse movimento, educam a si próprios e as novas gerações, fazendo do trabalho o principal elemento de formação humana (Saviani, 2007).

Como visto, é pelo trabalho que o homem transforma a natureza ao mesmo tempo e à medida que modifica a si mesmo. O trabalho é uma condição universal, natural e eterna de produção da vida humana, que sempre esteve e sempre estará presente em todas as formas de organização social. O trabalho é necessário em qualquer tipo de sociedade, mesmo na condição exploratória capitalista. Negar o direito a ele significa condenar indivíduos à miséria. Além de direito, o trabalho é dever social indispensável. Desse modo, o trabalho como valor de uso precisa fazer parte da formação humana e desmistificar o caráter natural das relações de produção capitalistas, que são baseadas principalmente na divisão do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção e na expropriação da mais-valia.

Saviani (2007), com base na obra de Marx, reforça a definição do ser humano como um ser de trabalho, que é, ao mesmo tempo, um ser histórico. O autor brasileiro afirma que os seres humanos têm propriedades particulares, tais como a capacidade de trabalhar e educar. Além disso, comenta que o surgimento do homem só acontece quando este se destaca na natureza, em comparação aos animais, pelas suas habilidades, passando a produzir seus próprios meios de sobrevivência e, por consequência, sua vida material. Saviani (2007) acrescenta:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. [...] A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (Saviani, 2007, p. 154).

É relevante destacar que a relação trabalho e educação assume em cada contexto histórico diferentes formas, assim como o caráter de dominação decorrente do modo de produção capitalista, que hoje se perpetua por meio da divisão social do trabalho, da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho assalariado, da alienação e da extração da mais-valia. Marx, ao longo de suas obras, enfatizou o caráter histórico da negatividade e da positividade do trabalho que se manifesta na concepção do trabalho como miséria absoluta, como riqueza absoluta ou como manifestação pessoal e trabalho dividido. Manacorda (2017) aponta que, para compreender o pensamento de Marx, é de suma importância entender a natureza contraditória da atividade humana. Em seus escritos, o autor traz:

[...] Por um lado, que nas condições historicamente determinadas, as quais [...] não estão, de fato, destinadas a durar eternamente, o trabalho é verdadeiramente o homem perdido de si mesmo, a negação de toda manifestação humana, a miséria absoluta. [...] Por outro lado, que a atividade do homem se apresenta como humanização da natureza, devir da natureza por mediação do homem, o qual, agindo de modo voluntário, universal e consciente, como ser genérico ou indivíduo social, e fazendo de toda a natureza o seu corpo inorgânico, liberta-se da sujeição à causalidade, à natureza, à limitação animal, cria uma totalidade de forças produtivas e delas dispõe para desenvolver-se onilateralmente (Manacorda, 2017, p. 63).

É a partir da análise histórica da contradição do trabalho como negatividade ou como positividade e processo de formação e de emancipação humana que a teoria de Marx deve ser entendida. Com isso, é possível afirmar que o trabalho assume duas expressões: criadora ou destruidora da vida humana (Frigotto, 2002). Marx explica como o processo de trabalho acontece no capitalismo com base em dois fenômenos: o trabalhador que está sob o controle do capitalista, dono dos meios de produção e a quem pertence a força de trabalho desse trabalhador; e o produto, resultado do processo de trabalho, que também é propriedade do capitalista, e não do trabalhador que o produziu. Quem produz não usufrui da mercadoria; em linhas gerais, o trabalhador emprega valor de uso por meio da venda da sua força de trabalho.

Nesse sentido, conforme apontado por Frigotto (2002), o trabalho pode adotar as funções que mencionamos anteriormente: a) como criador da vida humana, na perspectiva ontológica marxista; e b) na sua forma de emprego ou trabalho assalariado, sob as condições exploratórias da divisão do trabalho no capitalismo. Como fundador da vida humana, o trabalho deve ser entendido como criador de valores de uso. Para isso, precisamos remeter à produção social dos seres humanos,

formados a partir de três aspectos: individualidade, natureza e o ser social. Frigotto (2002) tem em Marx a base teórica para explicar o trabalho no sentido ontológico, como direito para reproduzir a vida biológica e a social:

[...] Para Marx, o trabalho assume duas dimensões distintas e articuladas; o trabalho como mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade. O primeiro está subordinado às necessidades imperativas do ser humano considerado em sua condição de ser histórico-natural que necessita produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social. [...] A segunda dimensão da centralidade – o princípio educativo do trabalho – deriva da sua especificidade de ser uma atividade necessária, desde sempre, a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado, desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano – como ser natural – necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais e socioculturais (Frigotto, 2002, p. 14-15).

Assim sendo, o trabalho genitor da vida humana, ou o reino da liberdade, nas palavras de Manacorda (2017), constituem a primeira e a segunda natureza humana, pois, além de permitir a sobrevivência, possibilitam o seu desenvolvimento como ser social. Essas duas dimensões formam o reino da necessidade e o reino da liberdade. Com base em Marx, Manacorda (2017, p. 70) explica como ocorre a passagem do reino da necessidade para o da liberdade: “De fato, o reino da liberdade apenas começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade ou pela finalidade externa; encontra-se, portanto, por sua natureza, para além da esfera da verdadeira e própria produção material”.

Nessa perspectiva, parece-nos claro que uma das condições para que os trabalhadores alcancem o reino da liberdade passa diretamente pela possibilidade de eliminação do sobretabalho produtor da mais-valia que impede que os trabalhadores disponham de tempo para aprimoramento do conhecimento e da cultura humana. Como destaca Manacorda (2017):

A participação do operário em prazeres superiores, incluindo os intelectuais – combater por seus próprios interesses, dispor de jornais, assistir a conferências, educar seus filhos, apurar seu gosto etc. – única participação na sociedade que o separa do escravo, só é possível economicamente desde que aumente o âmbito dos seus prazeres nos períodos de prosperidade (Manacorda, 2017, p. 68).

Dispor de tempo livre possibilitaria o desenvolvimento dos sujeitos como indivíduos e seres sociais. O avanço da ciência e das tecnologias tem a capacidade

de reduzir o tempo de trabalho humano necessário, permitindo melhorias nas condições de vida das pessoas e o aumento da produção e do tempo livre para que os trabalhadores possam, enfim, apropriar-se da cultura humana e usufruir dos seus bens materiais, desfrutando do lazer.

A segunda expressão do trabalho como forma de emprego ou trabalho assalariado, que se assume no capitalismo, evidencia com clareza a exploração dos donos dos meios de produção sobre os trabalhadores. Essa exploração está legalizada pelo contrato de trabalho/emprego e pelas relações sociais capitalistas que começaram a surgir no século XVIII, com o fim do feudalismo, tendo como principal característica a acumulação de capital. Nesse contexto, os trabalhadores precisam vender a sua força de trabalho aos capitalistas, que detêm os meios de produção. Frigotto (2002) aponta:

Daqui é que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso e de resposta às necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental transforma-se em valor de troca com o fim de gerar mais lucro ou mais capital (Frigotto, 2002, p. 16-17).

O trabalhador, peça valiosíssima para o capitalista, submetido à ideologia dominante, constrói e reforça uma visão positiva sobre o trabalho assalariado. Através de julgamentos morais, os trabalhadores são conformados e se submetem às relações de exploração e de alienação.

2.5.1 A relação entre trabalho e educação

Para falar sobre trabalho e educação, Marx e Engels (1846) abordaram os fundamentos dessa relação analisando o trabalho em duas perspectivas diversas: na primeira, como concepção ontológica e princípio educativo; e na segunda, como condição de exploração e alienação da sociedade, sobretudo no capitalismo. Falaremos um pouco sobre a construção de pedagogias contra-hegemônicas que têm como objetivo a formação omnilateral e a transformação social.

Manacorda (2017) explica que a intenção de Marx de unir o trabalho e a educação e a idealização e a prática dessa união por seus seguidores consideram, e precisam considerar, especialmente, a pedagogia socialista soviética, elaborada pelos

pioneiros da educação russa – Moisey Pistrak, Anatóli Lunatcharsky e Nadezhda Krupskaya nas escolas do primeiro período revolucionário (1917-1931). Como afirmam Santos e Martins (2020),

[...] a pedagogia socialista russa ensaiou e potencializou práticas educativas emancipatórias que, a nosso ver, apresentam novas contribuições à teoria marxista da educação, pois foram os pedagogos russos que ensaiaram a construção de uma nova forma escolar, inspirados pelos escritos de educação de Marx e Engels, e efetivaram a relação trabalho e educação por meio das experiências escolares [...] (Santos; Martins, 2020, p. 269).

Assim sendo, salientamos a importância de resgatar as contribuições dos educadores socialistas, uma vez que a pedagogia socialista soviética tem como princípio a busca pela transformação social, o que não acontecerá sem a emancipação da classe trabalhadora. Por essa razão, reforçamos que nos apropriarmos dos fundamentos marxistas sobre educação significa buscar a formação de sujeitos capazes de contrapor a hegemonia social em defesa da classe dominada, contaminada pelas pedagogias hegemônicas do capital do cenário neoliberal contemporâneo.

O caráter político dessa proposta de ensino de Marx busca romper com a divisão entre “saber” e “fazer”, entre teoria e a prática, entre “o pensar” e “o agir”, cada vez mais acentuada na divisão do trabalho existente no capitalismo. A proposta de Marx e Engels tem um claro vínculo político, já que eles viam a educação como meio de formação humana e instrumento de transformação das relações sociais e de produção. O pensamento marxiano constitui a base teórica de elaboração da proposta educativa da pedagogia socialista. Unir trabalho e educação, no processo de formação humana integral, é um desafio histórico. Ainda nas Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório, Marx (2020) escreveu sobre a participação das crianças e dos jovens no trabalho produtivo:

Devem ser divididos em três classes, a serem tratadas de maneira diferente: a primeira classe englobando dos 9 aos 12; a segunda, dos 13 aos 15 anos; e a terceira compreendendo as idades dos 16 aos 17 anos. Propomos que o emprego da primeira classe em qualquer oficina ou local de trabalho seja legalmente restringido a duas horas; a segunda classe a quatro horas; e o da terceira classe a seis horas. Para a terceira classe terá de haver um intervalo de pelo menos uma hora para refeições ou descontração (Marx, 2020, p. 361).

Já em “O Capital” (1867), Marx diz que, na conquista do direito ao estudo e ao trabalho, encontra-se o germen da sociedade do futuro, já que o trabalho produtivo, ainda que realizado mediante exploração capitalista, possui uma dimensão formativa para novos homens e mulheres a fim de construir e fazer prosperar o socialismo. Marx (1867) afirma que:

Do sistema de fábrica, como se pode verificar detalhadamente nos escritos de Robert Owen, nasceu o germe do ensino do futuro que unirá para todas as crianças além de uma certa idade o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não apenas como método para aumentar a produção social, mas também como único método para produzir homens plenamente desenvolvidos (Marx, 1867, p. 513 *apud* Manacorda, 2017, p. 44).

Fica clara a consideração de Marx de que, embora a legislação fabril permanecesse falha em muitos aspectos, permitia o direito ao trabalho e a obrigação com os estudos, o que, a seu ver, era um avanço para a classe trabalhadora. Marx e Engels (2011) voltam a tratar sobre esse tema ao discorrer sobre as condições empregatícias de crianças nas indústrias: ter 14 anos de idade, frequentar a escola e ter o ensino primário completo.

Essa combinação entre educação escolar e trabalho manual proporcionou um aprendizado importante para essas crianças; acredita-se que até superior, inclusive, ao dos alunos que permaneciam na escola em período integral e não trabalhavam. Essa percepção foi atrelada à recreação e ao descanso que existia entre as duas ocupações e principalmente à combinação entre o trabalho e o ensino de forma adequada, apropriada, produtiva e progressiva.

Tanto nas Instruções (Marx, 2020) como em “O Capital”, Marx (1983) aponta a importância da junção entre ensino intelectual, educação física e trabalho socialmente útil para se atingir a formação integral e omnilateral. De acordo com o autor, o conteúdo pedagógico que define a pedagogia marxiana e a escola socialista são:

Por educação entendemos três coisas: Primeiro: educação mental. Segundo: educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. Um curso gradual e progressivo de instrução mental, gímnica e tecnológica deve corresponder à classificação dos trabalhadores jovens. Os custos das escolas tecnológicas deveriam ser em parte pagos pela venda dos seus produtos. A combinação de trabalho produtivo pago, educação mental, exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média. É evidente que o emprego de

todas as pessoas dos [9] aos 17 anos (inclusive) em trabalho noturno e em todos os ofícios nocivos à saúde tem de ser estritamente proibido por lei (Marx, 1983, p. 362-363).

Nos mesmos escritos, Marx (1983) também destaca que o ensino precisa ser laico, gratuito e obrigatório a todas as crianças e jovens, independentemente do sexo ou da classe social à qual pertencem. O autor ressalta ainda que a abolição da forma de trabalho das crianças no cenário capitalista e a união entre ensino intelectual e trabalho manual são mecanismos importantes de transformação social. Marx afirmou ainda, nas Instruções aos Delegados do Conselho Central, que através da produção e venda de mercadorias e sobretudo da formação humana integral tendo por base a educação intelectual, corporal e politécnica a classe trabalhadora poderia finalmente alcançar a emancipação perante a burguesia. Desse modo, ocorreria a superação da forma escolar capitalista, por meio da formação omnilateral, que é a finalidade da pedagogia marxiana.

Marx e Engels (2011) enfatizam que esses processos e mudanças de meios de produção pelos quais as sociedades passaram até chegar ao atual modelo de produção capitalista fazem parte de um desenvolvimento histórico dos modelos de produção e das relações sociais de trabalho. A exploração de classes por meio da extração da mais-valia é histórica, e o desenvolvimento das tecnologias e a aplicação destas no processo produtivo estão ligados às revoluções burguesas ao longo da história, condição necessária para que essa classe permaneça no poder. Desse modo, a classe dominante se apropria historicamente da ciência e das tecnologias, ganhando força em seu papel de dominância sobre a classe trabalhadora. Com a modificação constante das bases técnicas e das funções dos trabalhadores, a indústria revoluciona a divisão do trabalho na sociedade. A variação das formas de trabalho exige dos trabalhadores uma formação cada vez mais específica, tecnicista pontual; nesse sentido, a escola atual se torna uma instituição fundamental às demandas do mercado de trabalho no capitalismo.

Para superar a escola e a sociedade classista, os autores afirmam que a conquista do poder político por parte da classe trabalhadora e a luta por um ensino politécnico, teórico e prático se tornam essenciais. Enquanto persistir a desigualdade social e econômica existente entre os trabalhadores e os burgueses, o desenvolvimento de contradições será o motor para a revolução necessária à superação da forma histórica de produção capitalista e construção de uma nova forma

de sociedade. Essa junção entre trabalho e educação na formação humana só pode vir com a superação da educação unilateral e a defesa da formação integral.

A unidade trabalho e educação, na perspectiva marxista, trará a formação de seres históricos, críticos, providos de cultura, conscientes, transformadores de sua realidade; seres revolucionários, sujeitos capazes de analisar e compreender a sociedade em que estão inseridos em sua totalidade. Serão trabalhadores que realizam suas tarefas com conhecimento, desde o início até o final do processo, tendo a formação omnilateral e politécnica da escola socialista, condição essencial para a superação da sociedade dividida em classes e ferramenta de transformação social.

Netto (2012) explica que a teoria crítica de Marx tem como objetivo a transformação social. Quando supera o conceito de dialética idealista de Hegel, Marx realiza estudos históricos sobre os conflitos que conduzem a sociedade. Marx via a política como uma dimensão social essencial junto à reflexão filosófica e às ações revolucionárias – para ele, a emancipação humana deve acontecer através da filosofia e a revolução, pela luta política. Essas duas dimensões formam a unidade teoria e prática, fundamentais para que a classe trabalhadora caminhe em direção a uma nova organização social em que não existam classes sociais. A revolução é sim uma questão de vida ou morte para a classe trabalhadora.

De acordo com Lombardi (2010), uma importante contribuição de Marx e Engels no campo da educação é o esclarecimento de que educação e ensino são determinados pelo modo de produção da vida material. Os educadores devem, a partir desse princípio, orientar suas análises na intenção de problematizar o papel da escola dentro do capitalismo. Dessa forma, enxergamos que a educação é determinada pela realidade material concreta e assume diferentes modelos ao longo da história, sempre de acordo com os objetivos da sociedade vigente. Por meio do marxismo, entendemos que a educação não pode nunca ser vista como um elemento isolado, mas sempre em articulação com todas as demais dimensões da sociedade.

A educação está inserida no contexto em que surge e se desenvolve, vivenciando e expressando os movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas. Ela se torna, nessa perspectiva, um instrumento de disputa entre a burguesia e o proletariado, na qual estão em jogo pedagogias hegemônicas do capital e pedagogias contra-hegemônicas. Manacorda (2017) ressalta que a proposta escolar marxiana se baseia na união do ensino com a produção material ou na união do trabalho manual com o trabalho intelectual, formando a unidade trabalho e educação.

Para Marx, o ensino deveria ser politécnico e ligado à produção da vida real, ao trabalho na fábrica, baseado na teoria e na prática da ciência tecnológica.

Para tanto, a educação precisa estar vinculada ao trabalho. De acordo com Frigotto e Ciavatta (2012), o trabalho como princípio educativo deve ser entendido como elemento fundamental na constituição do gênero humano. Dessa forma, a realidade humana é criada e recriada a partir do trabalho, desde os primórdios, em uma perspectiva histórica. Os autores afirmam que o homem é tanto um ser da natureza quanto um ser social, produto dos aspectos culturais da sociedade em que está inserido. Os autores apontam ainda que o trabalho é um dever e um direito de todos nós, justamente por ser uma atividade específica do caráter humano. Dessa forma,

[...] O trabalho como princípio educativo ganha nas escolas a feição de princípio pedagógico, que se realiza em uma dupla direção. Sob as necessidades do capital de formação da mão de obra para as empresas, o trabalho educa para a disciplina, para a adaptação às suas formas de exploração ou, simplesmente, para o adestramento nas funções úteis à produção. Sob a contingência das necessidades dos trabalhadores, o trabalho deve não somente preparar para o exercício das atividades laborais - para a educação profissional nos termos da lei em vigor -, mas também para a compreensão dos processos técnicos, científicos e histórico-sociais que lhe são subjacentes e que sustentam a introdução das tecnologias e da organização do trabalho (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 752).

Frigotto e Ciavatta (2012) trazem também as experiências escolares realizadas no período pós-revolução, no início do século XX, na União Soviética. Fundamentando suas práticas na teoria marxiana, os pedagogos revolucionários trabalharam em busca da formação integral e politécnica com o propósito de desenvolver os seres humanos em todas as suas dimensões, unindo a educação escolar e não escolar ao trabalho produtivo. As escolas-comunas, dirigidas pelos educadores russos, especialmente Pistrak, materializaram o trabalho como princípio educativo por meio da realização do trabalho socialmente útil e do estudo da atualidade e da auto-organização da comunidade escolar. Pistrak entendeu que a escola do trabalho é condição fundamental para a formação integral e politécnica, como dimensão da omnilateralidade.

Manacorda (2017), por sua vez, escreve sobre como a relação trabalho e ensino pode libertar o homem da servidão e promover a sua omnilateralidade. O autor diz que o trabalho inserido ao processo educativo não é capaz, por si só, de emancipar os sujeitos, mas pode:

[...] ser um elemento que concorra para a sua libertação, dado o inevitável condicionamento recíproco intermitente entre escola e sociedade. [...] Mas essa participação real do trabalho como processo educativo para as transformações sociais será tanto mais eficaz quanto menos for um mero recurso didático; deve ser antes, uma inserção real no processo produtivo social, vínculo entre estruturas educativas e estruturas produtivas [...] (Manacorda, 2017, p. 65).

Manacorda (2017) ressalta que a proposta escolar marxiana é baseada na união do ensino e da produção material ou na união do trabalho manual e do trabalho intelectual, formando a unidade trabalho e educação. O ensino deveria ser politécnico e ligado à produção da vida real, ao trabalho na fábrica, baseado na teoria e na prática da ciência tecnológica. O autor comenta ainda que existe distinção entre o ensino tecnológico e a formação intelectual: o primeiro é focado em seu aspecto teórico e prático; o segundo, por sua vez, envolve “[...] omnilateralmente os fundamentos científicos de todos os processos de produção e os aspectos práticos de todos os ofícios” (Manacorda, 2017, p. 43). Manacorda também assinala que um não substitui o outro, sendo duas dimensões indispensáveis para a formação humana.

2.6 TRABALHO E EDUCAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Conforme exposto nas seções anteriores, a proposta inicial foi delinear a intencionalidade político-pedagógica dos Institutos Federais. Nesta seção, o objetivo é aprofundar a discussão, relacionando os princípios do trabalho e da educação no contexto da concepção dos Institutos Federais. A análise começa a partir do seguinte fragmento do documento de apresentação dos Institutos Federais:

O universo do trabalho do Brasil contemporâneo é bastante complexo e heterogêneo. Nas últimas décadas, ao lado do modelo de produção taylorista/fordista (ainda não extinto), um novo paradigma se instala, decorrente das mudanças na base técnica, com ênfase na microeletrônica, e vai provocando novas demandas para a formação dos trabalhadores. É principalmente para essas novas demandas que se volta uma questão de especial relevância que atinge a educação brasileira e particularmente a educação profissional e tecnológica: a carência de trabalhadores qualificados” (Brasil, 2008, p. 32).

Para contextualizar a carência de força de trabalho relatada, o documento apresenta uma série de dados de pesquisas. Contudo, ao mesmo tempo que aponta a carência de trabalhadores qualificados, evidencia-se que essa carência, usada em

outros momentos para definir a política de educação profissional no país, agora tem outro contexto:

O cenário de carência de mão-de-obra, em outros momentos históricos, sempre foi o mais forte elemento balizador da educação profissional e, portanto, definidor de política de ampliação de vagas para essa modalidade de educação. Sem dúvida, a formação do trabalhador exige que se estabeleça uma articulação entre a educação profissional e o mundo da produção e do trabalho. Entretanto, no momento histórico atual, as políticas para a educação profissional e tecnológica se colocam para além do fator econômico. Daí a relevância de buscar relacionar, no caso específico, as variáveis educação e trabalho, em busca de novas políticas de inclusão social, já em curso no país (Brasil, 2008, p. 33).

Para Pinto (2005), o trabalho constitui, por definição, um fenômeno total da sociedade, revelando-a em todos os aspectos pelo trabalho. Visando à produção em si, o conjunto social se apresenta, formando a verdadeira totalidade humana, e logo se desenham as relações dialéticas de implicações mútuas que ligam todas as fases. Se compreendermos que a tecnologia é função do Estado de desenvolvimento de trabalho social e não efeito do desenvolvimento imaginário do espírito ou da cultura, vemos logo não poder estar naquele aspecto particular a explicação do conjunto; é o conjunto da sociedade que explica as técnicas nela existentes.

Nesse contexto, a educação para o trabalho não pode ser reduzida meramente a uma formação para ocupar postos de trabalho, mas entendida como potencializadora do ser humano. Trata-se de uma formação integral, voltada para a emancipação dos sujeitos e para a construção de uma sociedade melhor, inclusiva e equilibrada. O conceito de formação integral, ou omnilateral, trazido por Marx pela primeira vez em Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, explica que, a partir da omnilateralidade, a essência humana se desdobra e constitui novos objetivos. Nesse objetivar-se, o ser humano se afirma no mundo objetivo: “Não só no pensamento [...], mas com todos os sentidos [...]” (Marx, 2004, p. 110).

É sob o prisma da omnilateralidade que Marx vislumbra a emancipação humana: “Qualquer emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem” (Marx, 2002, p. 37). Portanto, percebe-se que a emancipação aqui diz respeito a um novo formato social, onde o ser humano é fim de si mesmo e não mais meio. Refere-se, assim, não à emancipação de todos os seres humanos somente, mas da emancipação do ser humano como um todo, por inteiro. Esse ser humano emancipado difere-se do ser humano fraturado pela divisão

social do trabalho, princípio essencial para a manutenção da segregação de classes capitalista.

Coloca-se o ser humano total, omnilateral, em todas as suas capacidades e faculdades. Sob essa ótica, Marx (2004) percebe o enriquecimento da essência humana. Segundo ele, “o ser humano rico e emancipado tem o “outro” como necessidade de seu existir, é educado para usufruir a arte, apreciar a beleza, agir de modo estimulante e encorajador sobre os outros, trocar amor por amor” (Marx, 2004, p. 161). Como contraponto, Frigotto (2008, p. 45) nos lembra que: “[...] as ideias das classes dominantes são, em todas as épocas, as ideias dominantes, a classe que é força material governante da sociedade, é ao mesmo tempo sua força governante intelectual”.

É, portanto, um desafio hercúleo conseguir que a disseminação do conhecimento se faça de forma alheia ao que é proposto pela classe dominante. Paralelamente, enquanto se mantêm os modelos de educação defendidos pela burguesia, seguirá existindo a divisão e a luta de classes. Enquanto existir propriedade privada e mais-valia, não estará superada a divisão do trabalho e nem a alienação em que se funda a produção de conhecimento. Conforme afirma Frigotto (2008), o limite da concepção de “realidade fragmentária, abstrata, linear e fenomênica” é o limite da própria realidade na qual “os interesses particulares da classe dominante aparecem como os interesses universais e eternamente válidos para todos” (Frigotto, 2008, p. 45).

Uma educação integral capaz de superar a dualidade entre trabalho intelectual e trabalho manual só será possível a partir de uma escola capaz de associar conhecimentos gerais e conhecimentos profissionalizantes, articulando entre teoria e prática e objetivando a formação de todas as dimensões humanas. Essa é a premissa da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

2.7 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E TRABALHO PEDAGÓGICO

As relações entre trabalho e educação compõem as políticas educacionais, sobretudo a política da EPT, repercutindo no trabalho pedagógico. Essas relações mostram o projeto de sociedade que se pretende construir. Nesta seção, realizou-se um paralelo entre trabalho, educação e trabalho pedagógico.

A construção de educação e trabalho é entendida como a união de elementos indissociáveis. Compreender a educação profissional é compreender a educação inerente ao trabalho – e o contrário também é verdadeiro. Não há como compreender os conceitos de trabalho sem associá-los à EPT. Essa relação parte do estudo da educação que se ocupa do mundo do trabalho e segue até a compreensão do que é a problemática do trabalho para os estudantes filhos da classe trabalhadora. As possibilidades que as políticas educacionais assumem vão além da visão de trabalho e educação como meras mercadorias utilizadas para produzir e treinar pessoas (Ciavatta, 2009).

Por essa razão, é importante assumir uma posição crítica sobre a forma como o capitalismo opera a relação entre trabalho e educação. Deve-se assumir uma posição que perceba a educação – assim como o trabalho – como parte do ser humano, pois é “ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (Saviani, 2011, p. 11). É assim que as bases de trabalho e educação precisam ser construídas. Numa visão marxista, é possível definir o trabalho como constitutivo do ser humano, ou seja, é através do trabalho que o ser humano se humaniza. O humano não nasce humano; é ao transformar a natureza através do uso de energia intelectual e física que o ser humano torna-se humano (Marx, 2013).

Percebe-se, portanto, que o trabalho é essencial para o desenvolvimento humano. Marx (2013) também enxerga o trabalho como uma atividade criadora, por meio da qual o sujeito se apropria de sua história. Para o capitalismo, a força de trabalho é mercadoria, subordinada às leis do capital. O trabalho torna-se humilhante e penoso; é visto como algo ruim. O trabalho é assalariado e está a serviço dos detentores dos meios de produção, restando à classe que vive dele trocar sua força de trabalho por sua subsistência. Gomes *et al.* (2012) afirmam que no capitalismo o trabalho passa a ser visto como uma relação de poder. Mesmo em uma relação social assimétrica, na qual o trabalho perde sua característica de produção para suprir uma necessidade, o capital é capaz de estabelecer relações de trabalho tão desiguais e de forma tão “mascarada” que estas parecem naturais, necessárias e até desejáveis.

Antunes (2005) traz outro ponto importante sobre as formas modernas de trabalho na sociedade capitalista. Segundo o autor, há uma nova forma de trabalho, na qual, em um número muito crescente, homens e mulheres estão passando a ocupar postos de trabalho terceirizados, por vezes temporários e, não raro,

subempregos. Esse cenário intensifica os níveis de degradação do trabalho na sociedade contemporânea. Como não é possível para o capital eliminar o trabalho vivo do processo de produção, ele intensifica a exploração do trabalho “morto”, sempre buscando maior produção em menor tempo.

Ciavatta (2009) também percebe a forma que o trabalho toma no capitalismo. Para a autora, a expansão do capitalismo atingiu a ciência e a tecnologia, causando desqualificação do trabalho, grande parcialização das tarefas e subordinação do trabalhador ao capital:

O aperfeiçoamento da produção mediante o uso de novas tecnologias é comumente apresentado como necessário, dada a escassez de mão de obra qualificada, o que justificaria o investimento na formação de mão de obra especializada e de quadros técnicos. Mas a evolução do processo produtivo mostra que com a introdução do processo técnico, das chamadas tecnologias de ponta, não ocorre necessariamente a demanda geral de maior qualificação da força de trabalho. O que existe é a tendência à demanda de um corpo coletivo de trabalho nivelado por baixo ou de menor qualificação, mediante a simplificação da maior parte do processo de trabalho. Complementarmente, há a transformação ou a extinção de certos postos de trabalho e especialização de outros (Ciavatta, 2009, p. 22).

Antunes (2011) também se posiciona sobre a forma assumida pelo trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Segundo o autor, o trabalho adquire novas formas no capitalismo, e não há perspectiva de que ele não exista mais e nem mesmo da eliminação da classe-que-vive-do-trabalho. Diz o autor:

[...] ao mesmo tempo em se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros. [...] Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc. (Antunes, 2011, p. 58-59).

Frigotto (2002), por sua vez, afirma que a essência do capital é a busca pelo acúmulo e pela centralização da riqueza nas mãos dos detentores dos meios de produção. Para tanto, eles precisam excluir pequenos concorrentes e explorar a força do trabalho ao máximo. O desenho do modelo capitalista tenta com todas as forças privatizar a ciência e a tecnologia, reduzir a esfera pública e aniquilar os direitos dos trabalhadores. Para o autor, o que há é “a insistência na desregulamentação, na

descentralização autoritária e na privatização. O que está em crise não é o trabalho, mas a forma capitalista de trabalho assalariado” (Frigotto, 2002, p. 22).

Frigotto (2002) aborda também o trabalho enquanto princípio educativo. O trabalho, nesse conceito, é entendido como um elemento criador e essencial à vida humana, é um dever e um direito que deve ser aprendido e socializado por todos desde a infância. Portanto, trata-se de “aprender que o ser humano como ser natural necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer suas necessidades vitais e socioculturais” (Frigotto, 2002, p. 15). O ser humano sem direito ao trabalho fica impedido de acessar ou produzir os meios necessários para sua sobrevivência.

Kuenzer (2012) reforça a importância do trabalho para a capacidade de criar e reproduzir a existência humana. Para a autora, o trabalho, enquanto práxis humana, material e não material, tem como objetivo a criação das condições de existência. Já para o capitalismo, a principal função do trabalho é a produção de lucro através da exploração de mais-valia. Lombardi (2011), por sua vez, reflete sobre a relação educação e trabalho no modo de produção capitalista. O autor afirma que essa relação está baseada em outras relações previamente instituídas, as quais objetivam segregar os sujeitos e suas classes. E é dentro desse cenário de divisão social que o ser humano busca produzir historicamente as condições materiais de vida.

Lombardi (2011) ainda esclarece que, para Marx e Engels, a luta da classe trabalhadora em busca do acesso à cultura e à técnica seria ferramenta essencial para a autonomia da classe. Essa luta precisa ir além de buscar acesso ao conhecimento para que, a partir disso, seja possível controlar os meios de produção e reprodução do conhecimento. A classe trabalhadora precisa buscar um direito que lhe é historicamente negado, fruto da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Arroyo (2012) aborda que o direito à educação vai além do direito à escola. Segundo o autor, no sistema capitalista, a burguesia oferece escolarização, mas não educação – oferecer educação implica na consciência coletiva, na criação de um movimento para a construção de uma nova sociedade, em uma revolução no saber para se reconhecer enquanto classe trabalhadora. Esse movimento, através da práxis, permitiria desafiar as concepções hegemônicas de educação. O autor ainda acrescenta:

É a esse processo educativo que a burguesia e seu estado reagem, tentam negá-lo, desarticulá-lo, confundi-lo. As formas são as mais variadas, como a negação de uma base material para uma vida humana, o excesso de trabalho extenuante, as péssimas condições materiais de existência, a negação de tempos e espaços culturais e educativos, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, a negação do direito a pensar, a articular-se e expressar suas concepções sobre o real e sobre as formas de transformá-lo, a tutela do Estado, de seus gestores, intelectuais e educadores sempre dispensando o povo de pensar porque eles pensam, decidem e falam em nome do povo tutelado e infantilizado, e, também e não menos importante, a negação da instrução, do domínio dos instrumentos básicos que a escola deveria garantir (Arroyo, 2012, p. 109).

Fica claro que a educação escolar reflete e repete as concepções hegemônicas da burguesia, permitindo que a classe trabalhadora tenha acesso à escola, mas não à educação. É possível observar o esforço do capital para a manutenção da divisão entre trabalho intelectual e manual, e principalmente da divisão da sociedade em classes. Essas relações entre trabalho e educação são sentidas pelos sujeitos que vivem as políticas sociais e educacionais nas escolas. A tensão dessa relação é sentida, vivenciada e produzida, e, como Arroyo (2012) destaca: “Toda educação acontece entre sujeitos. É construtivo de toda prática educativa e cultural ser uma ação humana, de sujeitos humanos, daí estar sempre marcada pela diversidade de experiências culturais dos sujeitos que dela participam” (Arroyo, 2012, p. 165). Essa direção aponta para uma relação trabalho-educação com criadores da vida individual e social que é materializada e vivida na contradição, pelos sujeitos da escola a partir da práxis do trabalho pedagógico.

Para falar mais precisamente sobre trabalho pedagógico, um dos temas que orientaram essa pesquisa, buscou-se encontrar elementos que fizessem sentido para este pesquisador, tentando ainda vincular o trabalho pedagógico ao trabalho técnico administrativo, tema central deste estudo.

Para Ferreira (2010):

Trabalho pedagógico é a produção do conhecimento, mediante crenças e aportes teórico-metodológicos escolhidos pelos sujeitos, que acontece em contextos sociais e políticos os quais contribuem direta ou indiretamente. Diretamente, porque perpassam o trabalho pedagógico. Indiretamente, quando não são explícitos, todavia, todo trabalho pedagógico é intencional, político e, de algum modo, revela as relações de poderes que nele interferem (Ferreira, 2010, p. 2).

A autora esclarece ainda que os métodos utilizados no trabalho pedagógico buscam um objetivo maior: a produção do conhecimento e o desenvolvimento

humano. Esse processo pode se dar pela relação professores/estudantes, técnicos administrativos/estudantes e estudantes/escola. Para a autora, o trabalho pedagógico se dará, de maneira prioritária, na relação professores/estudantes, mas pode ser desenvolvido por outros agentes pertencentes à instituição e que representem de alguma forma o projeto pedagógico institucional.

Frizzo, Ribas e Ferreira (2013, p. 554) definem trabalho pedagógico como sendo o resultado das “relações e processos que se estabelecem entre os sujeitos da escola, professores e estudantes, e o conhecimento apreendido por estes durante a vida escolar”. O Trabalho pedagógico acontece para que a produção do conhecimento seja alcançada e ofereça aos estudantes condições para seu desenvolvimento político, ético e humano.

Ferreira (2017) também discorre sobre trabalho pedagógico e produção de conhecimento:

Pedagógico é todo o pensar-agir da escola com o intuito de produzir conhecimento. Porém, não é pedagógico o pensar-agir, embora muito bem organizado, incoerente com a expectativa de produção do conhecimento dos sujeitos da aula. Percebe-se, então, não haver como dissociar uma concepção do pedagógico do espaço, do tempo e do trabalho realizado na escola. Pedagógico é a articulação desses fatores, objetivando a produção do conhecimento. Afinal, se os sujeitos-estudantes ingressam na escola é porque intencionam aprender. E aprender é um complexo movimento de linguagens em interlocução, subjetividades em interação e historicidades que se entrelaçam objetivando ampliar as compreensões de mundo, inserir-se cada vez mais na cultura e “genteificar-se”, ainda mais (Ferreira, 2017, p. 117).

Portanto, com base nas palavras da autora, as relações estabelecidas pelos sujeitos envolvidos são as condições necessárias para que se alcance a produção do conhecimento e, dessa forma, atinja-se o resultado do trabalho pedagógico. Essas relações em busca da produção de conhecimentos são cercadas de intenções; logo, não são neutras. Embora por vezes sejam até inconscientes, as relações traduzem como o trabalho pedagógico será executado. Ferreira (2010, p. 1) explica que o trabalho pedagógico “exige interação com outros sujeitos, possibilidade de linguagens em interlocução e conciliação entre a proposta e um referencial teórico-metodológico”.

Saviani (2011), ao falar sobre trabalho pedagógico, faz um paralelo entre trabalho material e trabalho não material, colocando o trabalho pedagógico na segunda categoria. Para o autor, trabalho não material é o trabalho que tem como produto as ideias, os símbolos etc. Trata-se da “produção do saber” (Saviani, 2011, p.

12). O professor e o estudante, em um mesmo espaço de tempo, são produtores e consumidores da aula, ou seja, cria-se uma relação professor/estudante e surge o trabalho pedagógico.

Paro (2000) destaca que uma aula não pode ser definida como um produto, mas sim como o próprio trabalho pedagógico. O autor continua e considera que o trabalho pedagógico vai além do ato de aprender, pois o estudante não está apenas na posição de educando. O aluno, aqui, é sujeito do trabalho, pois é sobre ele que se debruça o trabalho pedagógico que se transforma a partir dele e para além dele:

[...] a resposta do educando nesse processo se dá de acordo com a sua especificidade humana, que é ao mesmo tempo natural e transcendência do natural. É, pois, uma participação ativa, enquanto ser histórico. Em vista disso, o papel do educando no processo de produção pedagógico se dá não apenas na condição de consumidor e de objeto de trabalho, mas também na de sujeito, portanto de produtor (ou coprodutor) em tal atividade (Paro, 2000, p. 32).

Entende-se então que o trabalho pedagógico é o fio condutor que proporciona ao estudante a transformação buscada e necessária para que ele saia da escola um ser diferente daquele que ali entrou. Paro (2000, p. 33) afirmou que, “se o processo de trabalho pedagógico se realizou a contento, consideramos que o educando que ‘sai’ do processo é diferente daquele que ali entrou”.

Por outro lado, não podemos desconsiderar que vivemos em uma sociedade movida pelo capital. Nesse sentido, considerando a realidade da escola capitalista que está posta, Frizzo, Ribas e Ferreira (2013) fazem uma análise sobre as contradições que se expressam na escola capitalista. Para os autores, o disciplinamento e a empregabilidade são duas categorias que interferem no trabalho pedagógico dentro da lógica da escola capitalista. Os autores avaliam:

O capital contribui para intensificar a exploração da força de trabalho, através da lógica da formação profissional em detrimento da formação humana, por exemplo. Esse é o imperativo que tem organizado o modo como a escola capitalista tem se estruturado, contribuindo para transformar os sujeitos do trabalho pedagógico em objetos, ao reduzir a produção do conhecimento escolar em produção da mercadoria força de trabalho (Frizzo; Ribas; Ferreira, 2013, p. 558).

Podemos concluir então que o trabalho pedagógico assume duas possibilidades: a primeira, característica da escola capitalista que quer fazer do estudante um objeto, e a segunda, da escola que quer fazer do estudante um sujeito.

Para a visão de escola capitalista, o disciplinamento e a empregabilidade permeiam a lógica de que os melhores serão premiados; este cenário, no entanto, é favorável ao aumento dos números de evasão e retenção, já que nem todos os alunos poderão ser os melhores.

Entretanto, na lógica capitalista, os estudantes evadidos e/ou repetentes são apenas os que não foram suficientemente “disciplinarizados” e nem considerados os melhores. A finalidade do trabalho pedagógico nessas condições é bastante clara: a empregabilidade e a vida produtiva e social ditadas pelo capitalismo. Assim, “o tempo de aprendizagem não tem valor por si mesmo, tornando-se preparação para a ‘verdadeira vida’, ou seja, o trabalho capitalista fora da escola [...]” (Frizzo; Ribas; Ferreira, 2013, p. 143-160).

Kuenzer (2002) também avalia como e o quanto o trabalho pedagógico é capaz de reproduzir as contradições do capitalismo, visto que reafirma o disciplinamento para a vida educacional, social e produtiva. A formação oferecida aos estudantes está diretamente relacionada às necessidades e à valorização do capital. Sobre o trabalho pedagógico, a autora afirma:

[...] em uma sociedade dividida em classes, onde as relações sociais são de exploração, ele desempenhará a função de desenvolver subjetividades tais como são demandadas pelo projeto hegemônico, neste caso, o do capital. Neste sentido, pode-se afirmar que a finalidade do trabalho pedagógico, articulado ao processo de trabalho capitalista, é o disciplinamento para a vida social e produtiva, em conformidade com as especificidades que os processos de produção, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, vão assumindo (Kuenzer, 2002, p. 5).

Assim, entendendo o trabalho pedagógico como elemento fundamental na produção do conhecimento e no desenvolvimento humano, ético e político, mas que também pode ser peça importante na engrenagem capitalista, surgiu a seguinte reflexão: como o trabalho pedagógico é visto e trabalhado pelos técnicos administrativos (sobretudo os administradores, público-alvo deste estudo) dentro do IFSul?

2.8 ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Esta seção consiste em uma breve exposição sobre a concepção de administração dentro do modelo de produção dominante⁷. Esta introdução torna-se relevante uma vez que o foco desta pesquisa recai sobre os servidores técnicos administrativos em educação que ocupam o cargo de administrador. Em seguida, a análise se aprofunda na organização, nas atribuições e no espaço escolar ocupado pela categoria dos técnicos administrativos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para tanto, buscou-se embasamento em documentos legais sobre a educação profissional que tratam do trabalho dos técnicos administrativos em educação em diálogo com o processo de ampliação de sua atuação e reconhecimento de seu trabalho.

É importante pontuar que a análise deu-se sobre a carreira do Técnico Administrativo em Educação (TAE), e não exatamente sobre o Cargo E - Administrador, uma vez que não foram encontradas, na etapa de revisão bibliográfica, produções que tratassem diretamente da atuação deste profissional no universo da EPT. Por ser o administrador, antes de tudo, um técnico administrativo em educação, e por existir de forma mais vasta pesquisas que tratam da atuação do técnico administrativo em educação, esta seção versa sobre a perspectiva da carreira TAE.

2.8.1 A administração e a educação

De acordo com Fayol (1981), administrar é: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Já para Paiva (2011), a administração é o processo de tomar e colocar em prática decisões sobre objetivos e utilização de recursos. Chiavenato (2000, p. 6) diz que a “[...] administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos”. Fica claro nesses autores que, para essa ciência social, administrar é buscar fins através da gestão de recursos, sejam eles materiais ou humanos.

No entanto, Paro (2011) nos alerta que, embora as escolas brasileiras estejam organizadas de modo a reproduzir os modelos de organização e administração típicos do mercado, essa prática não passa de um grande equívoco, uma vez que as

⁷ O capitalismo é um sistema econômico que visa ao lucro e à acumulação das riquezas e está baseado na propriedade privada dos meios de produção.

especificidades do trabalho escolar e os objetivos de escola são (e precisam ser) contrários à lógica do mercado. Segundo Oliveira, Moraes e Dourado (2014), a escola é uma instituição cujas especificidades exigem uma administração diferenciada da administração empresarial:

A natureza do processo pedagógico da escola impossibilita a generalização do modo de produção autenticamente capitalista, uma vez que o estudante é, ao mesmo tempo, objeto (beneficiário, estando presente no ato da produção) e sujeito do ato educativo, já que participa ativamente da atividade pedagógica (Oliveira; Moraes; Dourado, 2014, p. 02).

Paro (2011) esclarece que o objetivo final das empresas é o lucro e, por isso, estas podem se orientar pelos mesmos princípios administrativos, diferentemente das escolas:

O mesmo não ocorre com a escola, cujo produto, o cidadão autônomo e sujeito do desenvolvimento de sua personalidade, não é apenas diferente do produto de qualquer empresa, mas o resultado da busca, pela escola, de objetivos antagônicos aos da empresa tipicamente capitalista (Paro, 2011, p. 37).

Com base no que foi apresentado, pode-se deduzir que o objetivo maior da escola, a sua razão de existir, é a formação de sujeitos autônomos capazes de desenvolver-se em todas as suas potencialidades. Os objetivos da instituição de ensino não são apenas diferentes, mas antagônicos aos fins da empresa privada.

2.8.2 O trabalho do técnico-administrativo em educação

Iniciamos a análise a partir da década de 90, quando vários projetos societários e de reestruturação do ensino médio e profissional estiveram em disputa. Nesse período, a Lei nº 8.948/1994 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Já em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) entrou em vigor através da Lei nº 9.394/1996. A partir da análise da LDB, podemos destacar dois aspectos importantes: a) o artigo 13 define claramente a incumbência dos docentes (elaborar proposta pedagógica, cumprir plano de trabalho, ministrar aula); por outro lado, não há incumbência alguma definida para os profissionais técnicos; e b) no título

VI (Dos Profissionais da Educação), no artigo 61, o texto utiliza pela primeira vez o termo “profissionais da educação” para referir-se aos:

I – Professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II –Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III –Trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) (Brasil, 1996, n.p.).

Nesse trecho da LDB, com alterações dadas pela Lei nº 12.014/2009, a qual discrimina as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação (incisos II e III), empregou-se o termo trabalhadores em educação. No texto original de 1996, a Lei nº 9.394/1996 mencionava os profissionais, mas não discriminava a quem se referia. A inserção da redação dada pela Lei nº 12.014/2009 é, sem dúvidas, um avanço no reconhecimento da carreira técnico-administrativa. No entanto, a alteração, mesmo que importante, aparece de forma falseada, pois legitima a impressão de contemplar todos aqueles que lidam com a educação no ambiente escolar, mas reconhece como tal apenas professores e portadores de diploma, técnico ou superior, em curso na área de pedagogia ou afim.

O que se pode extrair dessa breve análise é que a LDB vigente possui um texto minimalista e ambíguo, não reconhecendo os demais “trabalhadores” da educação, que não necessariamente fazem uso de conteúdos pedagógicos, mas promovem intervenções de acordo com suas áreas de formação, cargos e funções que ocupam e que, em alguma medida, educam. Compreende-se ainda, a partir da leitura do referido trecho, que o fato de a lei exigir do profissional uma determinada formação pode vir a ser questão central na construção identitária dos trabalhadores, em especial dos técnicos. Nesse espaço, a lei abre a possibilidade de discussão sobre valorização profissional, formação inicial e continuada, carreira, salário e condições de trabalho.

Essas análises extrapolam o dito na “forma da Lei” e encontram apoio na concepção de Germano (2005, p. 168) quando este diz que “a análise da política educacional, no entanto, não deve se restringir [...] ao estudo das intenções manifestas”. Portanto, é preciso levar em conta a realidade concreta em suas múltiplas dimensões. A totalidade concreta, na concepção dialética, concebe o real como um

todo estruturado que se desenvolve e se cria (Kosik, 1976). Por essa razão, nesta pesquisa, o trabalho educativo do técnico administrativo foi investigado, inclusive na empiria, a partir das intenções manifestas ou não que se estruturam e estão sendo constantemente recriadas em cada contexto escolar. Logo, é possível inferir que as alterações ocorridas na LDB apontam na direção de um avanço paulatino em prol do fortalecimento e do reconhecimento de que aqueles que estão na educação fazem parte de uma única classe – a dos trabalhadores.

Continuando a análise, a partir da leitura de dispositivos legais, estudou-se o Decreto nº 2.208/1997, que estabelece as bases da reforma da educação profissional, por meio do qual o governo federal separa o ensino médio da educação profissional, que passa a ser oferecida de forma concomitante ou subsequente, aspecto esse que fortalece a dualidade do ensino, uma vez que afasta a integração dos conhecimentos gerais e técnicos.

Esse cenário do final da década de 1990 foi marcado pela descrença entre usuários do sistema público educacional: estudiosos, pesquisadores e trabalhadores da educação. A orientação neoliberal assumida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) caracterizou-se por políticas educacionais que produziram efeitos graves na educação brasileira em todos os níveis. Embora o governo, em seus discursos, reconhecesse a importância da educação, o que se observou foi a desresponsabilização do Estado, com redução dos investimentos na área e atendimento prioritário à iniciativa privada e a organizações não governamentais (Saviani, 2008).

Nessas políticas educacionais, a desresponsabilização do Estado é dissimulada através da participação da sociedade civil como recurso compensador da omissão do poder público no campo das políticas sociais, aspecto que não aniquila a polarização entre o bloco no poder e os sujeitos políticos coletivos, mantendo a educação escolar brasileira com o perfil elitista e excludente, manifestado desde que os jesuítas aqui instalaram seu monopólio educacional até os presentes dias do século XXI (Rodrigues, 2004).

Como se vê, o fim do século XX teve graves repercussões para a educação brasileira, em especial para a educação profissional, mantendo-se a dualidade entre o ensino médio e a educação profissional nos dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC. A prática desse governo de “[...] atrelagem financeira ao mercado globalizado refletiu-se nas demais dimensões da vida social, como as

políticas públicas de cunho social e, entre elas, a educação” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 186).

Passemos então a discutir a educação do século XXI na perspectiva neoliberal de mercado. Considerando que “não é possível discutir educação e ensino sem fazer referência às questões econômicas, políticas e sociais” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 151), primou-se pela relação dialógica entre esses aspectos.

A conjuntura política no início do século XXI permitiu a reabertura de discussões sobre o Decreto nº 2.208/1997 (que separava o ensino médio do ensino profissional) por setores educacionais e do trabalho em busca da superação da divisão entre cultura geral e técnica. A forma que se encontrou foi a integração dessas duas dimensões em uma base unitária (Moura, 2010).

Em 2003, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram realizadas discussões e seminários nacionais que resultaram na formalização de uma proposta à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) do Ministério da Educação (MEC). Essa proposta versava sobre a possibilidade de integração – geral e técnica – a partir da revisão das proposições contidas no Decreto nº 2.208/1997 (Frigotto; Ciavatta, 2004). No entanto, os debates não se resumiram à integração curricular; chegaram à relação educação e trabalho, mais exatamente à preparação para o trabalho. Trata-se, portanto, de integrar conhecimento e prática do trabalho. Essa forma de conceber a educação é baseada nas proposições marxistas, que integram aspectos intelectuais, físicos e tecnológicos, ou seja, pressupõem uma formação humana integral, omnilateral (Moura, 2010).

Na visão de pesquisadores da área da educação profissional, como Ciavatta, Frigotto e Ramos (2012), entre outros, o ensino médio (EM) é uma etapa importante da educação básica (EB) por integrar diferentes níveis, etapas e modalidades, tornando-se a formação mínima necessária a todo e qualquer cidadão. Ainda para esses estudiosos, o ensino médio deve ser universal, público, gratuito, obrigatório e assumido pelo estado para toda a população; já o ensino médio integrado (EMI), parte da educação básica, portanto, deve integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, baseando-se no trabalho como princípio educativo (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

O EMI, nessa perspectiva, representa a possibilidade mais aproximada e concreta de omnilateralidade de Marx e da formação autônoma e de emancipação humana. Essa proposta de formação humana integral reafirma a necessidade e a importância de outros profissionais, que não só docentes, contribuirão com uma

educação para além do ensino formal, que contemple as diversas dimensões do ser humano.

Continuando a análise documental, chegamos ao Decreto nº 5.154/2004. Esse documento é um avanço na consolidação da base unitária do ensino médio; entretanto, não traz essa garantia formalmente, pois, ainda que permita a integração entre o ensino médio e a educação profissional (através do ensino médio integrado), mantém outras formas de articulação entre os dois. Em linhas gerais, o decreto tenta restabelecer as condições jurídicas, políticas e institucionais, mas permite que o aluno escolha uma das seguintes possibilidades para estudar o ensino médio: subsequente ou concomitante (trazidas do Decreto nº 2.208/1997), ou na forma integrada à educação profissional (prevista no Decreto de 2004).

A despeito dessa interação do ensino médio, no âmbito da administração superior do Ministério da Educação (MEC), houve a segregação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) nas respectivas secretarias: a do ensino técnico, chamada agora de Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e a do ensino médio, que ficou a cargo da Secretaria de Educação Básica (SEB). Essa separação é mais um aspecto que reforça as contradições na área da educação, operando em sentido contrário ao fim da dualidade histórica da educação básica brasileira.

É nesse novo contexto que foi promulgada a Lei nº 11.091/2005, que trata especificamente dos cargos de técnico-administrativo, dispondo sobre a estruturação do seu plano de carreira. Os incisos do artigo 8º desse documento apresentam as atribuições gerais dos cargos de técnico:

- I Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;
- II Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas instituições Federais de Ensino;
- III Executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino (Brasil, 2005 n.p.).

Da análise deste trecho, observamos que no inciso I há uma validação da concepção de que o trabalho do técnico administrativo se limita ao suporte sem reconhecer plenamente sua potencialidade educativa, mantendo-o à margem das atividades educacionais. No inciso II, é concedida a possibilidade de protagonismo em

pesquisas e extensão; contudo, restringindo-se às atividades técnico-administrativas e excluindo o envolvimento com o ensino. Quanto ao último inciso, embora reconheça as atribuições específicas dos técnicos, novamente são relegados à periferia do ensino, com foco na eficiência, eficácia e efetividade das atividades.

Na sequência, ainda em seu artigo 8º, § 2º, a lei diz que “As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento”. A lei é, portanto, omissa na descrição dos cargos, aspecto que fragiliza o trabalho dos técnicos nas instituições escolares uma vez que não conta com diretrizes de atuação, na perspectiva de intervenções profissionais que se configurem em um trabalho educativo. Subsidiando ainda mais a distância do técnico administrativo das atividades educacionais, deparamo-nos com o Decreto nº 5.825/2006, o qual estabelece as diretrizes para a formulação do plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

Esse documento traz a previsão de um programa de capacitação e aperfeiçoamento para os técnicos; no entanto, o foco do programa está na iniciação ao serviço público, gestão pública, preparação para funções de chefia, coordenação e assessoramento. Há ainda previsão de capacitação específica, considerando o ambiente organizacional e cargo que o técnico ocupa. Todavia, nenhum deles prevê capacitação para atuação na perspectiva de promover intervenções educativas e/ou preparação para que o técnico seja partícipe no processo de ensino e aprendizagem, reforçando, portanto, o reconhecimento do trabalho do técnico como marginal ao processo de educar.

Ainda nessa mesma seara, analisemos algumas disposições da Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação. Este documento traz, em seu artigo 12, § 1º, que “poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo” (Brasil, 2008 n.p.). A norma determina, portanto, que somente docentes podem assumir esse cargo. Com relação ao cargo de Diretor Geral do Câmpus, o § 1º do artigo 13 afirma que poderão candidatar-se, além dos docentes, os técnicos somente de cargo efetivo de nível superior.

Esse caráter restritivo centraliza a representação da instituição em minorias e, no caso do representante maior, o Reitor, fica limitado à categoria docente. Essa forma de organização escolar perpetua a divisão do trabalho entre docentes e técnicos administrativos. Essa estrutura hierárquica, segundo Paro (2011, p. 31), “servia bem

à velha escola (pretensamente) transmissora de conhecimentos, mas pode não ser adequada a uma concepção de educação que se pretende democrática”. O autor afirma:

[...] o erro básico que persiste na organização de nossas escolas é a omissão da especificidade de seu trabalho e a assunção de um modelo de estrutura adequado às empresas privadas em geral, produtoras de bens e serviços que, na sociedade capitalista, têm objetivos antagônicos ao do empreendimento educacional (Paro, 2011, p. 34).

Essa forma de organização e gestão escolar, análoga às empresas, repercute significativamente na divisão do trabalho educativo uma vez que contribui para o parcelamento das tarefas com a centralidade no ensino e mantém as demais atividades periféricas a esse. Ainda, gera a apropriação da força de trabalho dos técnicos e a manutenção do privilégio de poucos em detrimento ao trabalho de muitos: “Essa maioria sofre, portanto, as consequências nefastas do benefício que é proporcionado à minoria” (Paro, 2010, p. 82).

As diferenciações entre as carreiras podem ser observadas de diversas formas, desde remuneração maior para a carreira docente, gratificações, maior tempo em gozo de férias, status e reconhecimento, autonomia, participação nos processos decisórios, possibilidade de capacitar-se e assunção de cargos representativos. Parece haver uma relação direta entre as diferenças entre técnicos e docentes e a manutenção e o fortalecimento do trabalho dos técnicos à margem do processo de educar.

Outro documento importante para o entendimento de como a carreira técnico administrativa é percebida é o Plano Nacional de Educação (PNE). O plano vigente foi instituído através da Lei nº 13.005/2014 e tem vigência decenal; portanto, até 2024. Ele foi estabelecido em consonância com 10 (dez) diretrizes, que se configuram como objetivos principais do documento, de uma maneira geral. Para a presente pesquisa, debruçamo-nos, inicialmente, sobre o inciso IX das referidas diretrizes, o qual versa sobre a valorização dos profissionais da educação e foi estudado por, supostamente, representar a categoria dos técnicos-administrativos.

No entanto, em relação ao termo “Profissionais da Educação”, o que se percebe ao longo do documento é que há dubiedade no emprego do termo, que ora parece contemplar todos os atores escolares (docentes e não-docentes) ora parece limitar-se a um deles. Além disso, por serem utilizados outros termos que parecem remeter

à distinção entre carreiras docentes e não-docentes, é reforçada a incerteza sobre a quem o termo “profissionais da educação” se refere. Como exemplos: corpo docente e corpo técnico, profissionais de apoio ou auxiliares, profissionais de serviços e apoio escolares, entre outros.

Outro exemplo pode ser extraído do PNE (2014), a partir da leitura da meta 15, a qual trata da política nacional de formação dos profissionais da educação. O texto faz menção aos incisos I, II e III do caput do artigo 61 da Lei nº 9.394 (LDB) – já explicitados nesta pesquisa – para delimitar quem serão os contemplados por essa política. Depreende-se, portanto, que não serão contemplados todos os trabalhadores em educação. A preocupação com a formação do corpo docente sucumbe à importância de também formar os demais trabalhadores e reforça a marginalização da carreira técnico-administrativa no processo de ensino.

O texto confuso da lei deixa a impressão de que, quando oportuno, se especifica a quem se refere, mas, quando não é interessante ao legislador, faz-se uso da possibilidade da dupla interpretação. Essa afirmação está apoiada na concepção de Saviani (2003):

Para compreender o real significado da legislação não basta ater-se à letra da Lei: é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto: é preciso examinar o contexto. Não basta ler nas linhas; é necessário ler nas entrelinhas (Saviani, 2003, p. 175).

Importante lembrar que o PNE se configura num plano para a educação brasileira por um período de 10 (dez) anos e que, nesse aspecto, já demonstra o caminho da direção em que se segue em relação à valorização, ao reconhecimento e à identidade do técnico-administrativo. O que se pode perceber a partir dos dispositivos analisados é que a divisão do trabalho educativo entre os docentes e técnicos-administrativos parece comportar, além de seus aspectos puramente organizacionais, uma dimensão moral ligada às diferenças entre uma função nobre e outra menos nobre (Tardif; Levasseur, 2011).

Reforçando essa afirmação, Paro (2010, p. 168) diz que “[...] a escola aparece como uma das instituições que o Estado, em sentido amplo, procura manter sob sua tutela, com vistas a garantir a hegemonia da classe que ele representa”. Em outras palavras, a escola é influenciada pela lógica estruturante imposta pelo sistema capitalista e é, assim, reflexo da sociedade desigual, útil à ideologia dominante. Esse

cenário dúbio em que a escola vivencia a dialética de reprodução de uma sociedade desigual e, ao mesmo tempo, tenta produzir meios de superação desta reflete na invisibilidade dos técnicos, já que os distancia da participação efetiva no processo educativo.

Tardif e Levasseur (2011, p. 27) mencionam que “[...] a emergência de inúmeros e novos agentes escolares suscita a questão de sua coordenação e de sua contribuição diferenciada numa obra comum: a escolarização dos alunos”. Os autores sugerem uma reflexão sobre o trabalho dos não-docentes para compreendê-los como agentes do processo educativo que, juntamente com os docentes, devem possuir um objetivo comum, que é educar. Acácia Kuenzer (2007) colabora:

Trabalhar com o conceito mais amplo de educação de modo que incorpore todas as formas educativas que ocorrem no interior das relações sociais, inclusive o trabalho, com o objetivo de formar o cidadão como ser político e produtivo, implica reconhecer que cada sociedade, em cada época, dispõe de formas próprias para formar seus intelectuais. Estas formas próprias são o que Gramsci chama de “Princípio educativo” (Kuenzer, 2007, p. 32).

Percebe-se, portanto, que há alguns desafios postos: a inclusão dos técnicos administrativos de forma mais direta nos processos de ensino, a consolidação da carreira e a diminuição da marginalidade do trabalho desses profissionais dentro das instituições de ensino parecem ser os principais. Esta pesquisa, ao buscar compreender o viés pedagógico que o trabalho do administrador tem (e, por analogia, dos técnicos administrativos como um todo), contribui para a superação desses desafios.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista ⁸, com predominância qualitativa. A coleta de dados envolveu a aplicação de um questionário eletrônico dirigido aos administradores do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). As respostas fechadas foram analisadas quantitativamente de forma descritiva, enquanto as respostas abertas foram submetidas à análise de conteúdo de Bardin (2016). As categorias analíticas foram definidas a priori a partir do referencial teórico: “trabalho”, “trabalho pedagógico”, “atividade-fim” e “desafios institucionais”. Essa estratégia possibilitou identificar regularidades, tensões e lacunas na compreensão dos sujeitos sobre seu papel pedagógico.

3.1 LÓCUS DA PESQUISA

O presente estudo se desenvolveu no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), cuja sede administrativa está situada em Pelotas/RS, atualmente formado por quatorze câmpus: Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Bagé, Camaquã, Venâncio Aires, Santana do Livramento, Sapiranga, Lajeado, Gravataí, Jaguarão e Novo Hamburgo.

O instituto se caracteriza pela verticalização do ensino, pela oferta de Educação Profissional e Tecnológica de diferentes níveis e modalidades de ensino. Também pela articulação entre a educação superior, básica e tecnológica, reunindo elementos singulares para a definição de sua identidade e assumindo papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constrói uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, tendo como missão tanto no seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) quanto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

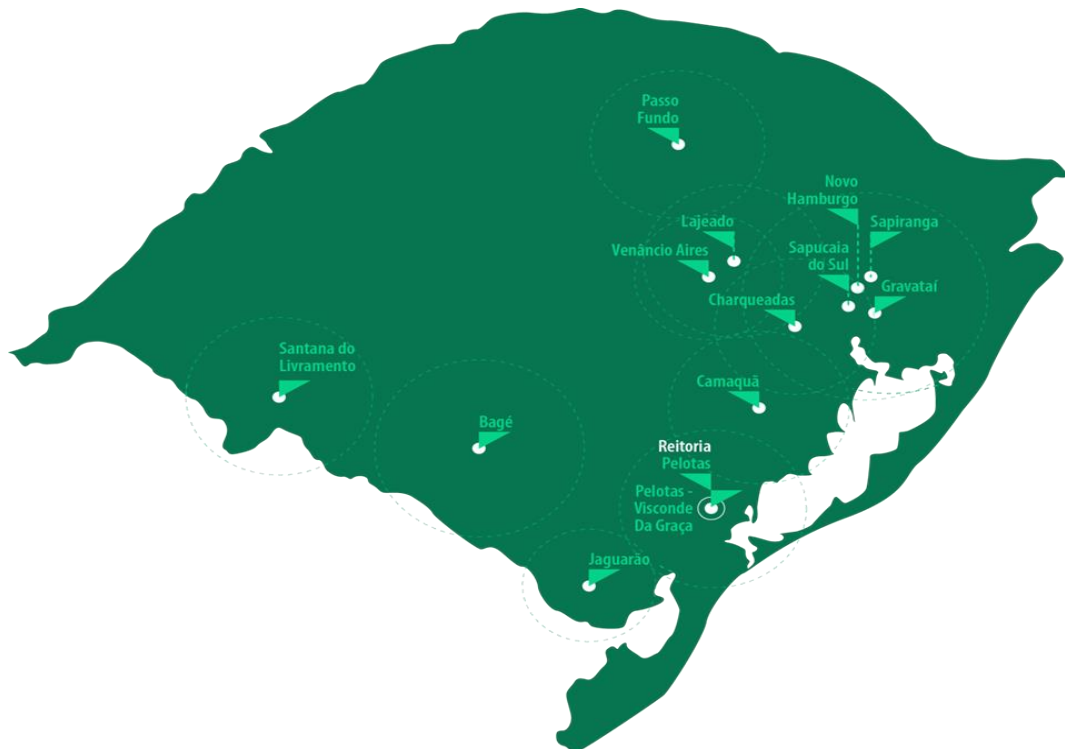
Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social (IFSul, 2023, disponível em <https://ifsul.edu.br/instituto> acesso em 03 jun. 2025).

⁸ A abordagem mista combina técnicas e procedimentos tanto da pesquisa qualitativa quanto da quantitativa, buscando integrar diferentes formas de coleta e análise de dados para oferecer uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno estudado.

Essa missão reflete o compromisso do IFSul em oferecer uma educação de qualidade, que não só capacite seus alunos tecnicamente, mas também contribua para a sua formação pessoal e cidadã. Além disso, o instituto tem como um de seus principais objetivos planejados ser reconhecido em nível nacional “[...] como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social” (IFSul, 2023 – PDI 2020, p. 24).

A seguir, podemos observar, na Figura 1, a distribuição geográfica dos 14 Câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense distribuídos em 13 cidades do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Distribuição geográfica dos Câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense



Fonte: IFSul (2023). Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/conheca-o-ifsul>.

Vale destacar que os cursos oferecidos pelas unidades de ensino do IFSul estão organizados em diferentes eixos tecnológicos, o que reflete uma variedade de áreas de conhecimento e de interesse dos estudantes. Entre os eixos, estão: Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Turismo; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; e Recursos Naturais.

A instituição é referência na educação profissional e oferece cursos para jovens e adultos. Cada Câmpus possui sua própria oferta de cursos, variando de acordo com a demanda local. Essa diversidade permite que o IFSul atenda às demandas da sociedade e proporcione uma formação abrangente aos seus estudantes.

O IFSul conta com aproximadamente 781 servidores técnicos-administrativos. O recorte de público-alvo para a realização desta pesquisa foi composto por servidores ocupantes do cargo de administrador – ao todo 29 profissionais, distribuídos em todos os câmpus da instituição e também na reitoria. Buscamos ter, ao fim deste estudo, condições para que atingíssemos os objetivos propostos, sobretudo para um fortalecimento do trabalho desse grupo por um viés pedagógico e de promoção dos princípios políticos-pedagógicos dos IFs.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para definição do percurso metodológico a ser seguido, partiremos da definição de Minayo (2007), para quem metodologia é:

Caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade) (Minayo, 2007, p. 14).

Com a intenção de responder ao problema de pesquisa “como fortalecer o trabalho do administrador à promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais?” e de identificar como esse grupo de servidores percebe seu trabalho pedagógico, optou-se por uma abordagem qualitativa, método frequentemente utilizado nas ciências sociais. De acordo com Brasileiro (2021), a pesquisa qualitativa é

[...] aquela que se ocupa da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnicas estatísticas. Os processos e suas dinâmicas, as variáveis e as relações entre elas são dados para a construção de sentidos e os principais condutores da abordagem. Trabalha, basicamente, com dois tipos de dados: os verbais – coletados por meio de entrevistas, narrativas, observações, documentos, experimentos e ações; e os visuais – colhidos em experimentos, observações e documentos (Brasileiro, 2021, p. 83).

Já para Flick (2009, p. 21), as pesquisas qualitativas podem ser justificadas porque “[...] a mudança social acelerada e a conseqüente diversificação das esferas da vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais”. Ainda, para o autor, “[...] pesquisadores qualitativos estudam o conhecimento e as práticas dos participantes” (Flick, 2009, p. 24). Segundo Moraes e Galiuzzi (2007), a pesquisa qualitativa busca aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados através de uma análise rigorosa e criteriosa das informações coletadas.

Esta pesquisa foi desenvolvida na modalidade de estudo de caso. Com relação ao estudo de caso, Yin (2001) observa:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Pode-se complementar esses estudos de casos “explanatórios” com dois outros tipos – estudos “exploratórios” e “descritivos” (Yin, 2001, p. 19).

Para Gil (2002 p. 55), estudo de caso tem como propósitos:

[...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados (Gil, 2002, p. 55).

Para Godoy (1995, p. 25), estudo de caso “[...] é uma unidade que se analisa profundamente”. Ainda, para a autora, “[...] a escolha da unidade a ser investigada é feita tendo em vista o problema ou questão que preocupa o investigador” (Godoy, 1995, p. 26).

Quanto aos fins ou objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo. Segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como propósito oferecer uma visão geral e aproximativa sobre um determinado fato. Este estudo, portanto, deve ser considerado do tipo exploratório uma vez que visou a identificar as percepções e compreensões de determinado grupo em relação à percepção e ao alcance do próprio trabalho, levando em consideração suas especificidades e características.

Sobre as pesquisas descritivas, esclarece o autor:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e o estudo de caso (Gil, 2002, p. 42).

Além da pesquisa bibliográfica e da análise documental, foi utilizada como técnica para produção de dados e resposta ao objetivo da pesquisa o questionário semiestruturado. De acordo com Brasileiro (2021), o uso de questionário requer algumas condições: “O pesquisador deve ter segurança sobre o objetivo de cada questão; as questões devem ser compreensíveis ao informante; e o questionário deve seguir uma estrutura lógica, evoluindo da questão mais simples para a mais complexa” (Brasileiro, 2021, p. 89-90).

Para Laville e Dionne (1999), em pesquisas que visam a obter a opinião da população, é necessário interrogá-la. Embora não seja necessário interrogar toda a população, é recomendável seguir a estratégia da pesquisa de opinião, que envolve a seleção de uma amostra representativa da população, constituída com os cuidados necessários para assegurar sua representatividade.

O questionário, segundo Laville e Dione (1999, p. 183), é uma técnica de pesquisa que “[...] consiste em preparar uma série de perguntas sobre o tema visado”. O questionário foi disponibilizado por meio da plataforma Google Forms, ferramenta utilizada para a elaboração de pesquisas e formulários de forma on-line. O link do questionário foi enviado pelo e-mail pessoal do pesquisador para os endereços de e-mail dos participantes convidados que aceitaram colaborar com a pesquisa por meio da forma “cópia oculta” (Cco) para preservar o sigilo e anonimato dos participantes. Dessa forma, cada participante recebeu o e-mail sem ver os endereços de e-mail dos demais.

O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas e não teve perguntas obrigatórias. Marconi e Lakatos (2021) destacam que,

[...] junto com o questionário, deve-se enviar texto explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade das respostas, procurando despertar o interesse do receptor, para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável (Marconi; Lakatos, 2021, p. 219).

Conforme Laville e Dionne (1999), dentre as vantagens da utilização do questionário padronizado, está o fato de que um grande número de pessoas pode ser alcançado rapidamente e simultaneamente, além de ser econômico, uma vez que as pessoas podem responder sem a necessidade de um entrevistador presencial. Além disso, a uniformização das questões garante que todos os participantes as enxerguem da mesma maneira, na mesma ordem e com as mesmas opções de respostas. Desse modo, o modelo de questionário aplicado encontra-se no Apêndice A desta pesquisa.

O questionário como recurso para produção de dados, todavia, tem suas limitações, e, dentre elas, a esperada baixa taxa de retorno talvez seja a maior. Apesar desse desafio, ele pode ser muito útil, e talvez por isso seja o método mais utilizado para a coleta de opiniões (Moreira; Veit, 2010). Nesta pesquisa, considerando o risco esperado de baixa taxa de retorno, foram convidados a responder o questionário todos os ocupantes do cargo de administrador do quadro permanente do IFSul, perfazendo um total de 28 possíveis entrevistados, uma vez que se exclui do grupo de 29 servidores este pesquisador.

A coleta de dados junto aos participantes da pesquisa foi realizada pelo pesquisador principal, que pode ser contatado através do e-mail patrickcoelhovieira@gmail.com ou pelo telefone (54) 99684-0490 ou, ainda, no endereço residencial situado à rua C, 74 – Nova Quinta – Rio Grande/RS, e teve início após a obtenção da aprovação pelo Comitê de Ética. O comitê responsável pela avaliação foi o Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Rio Grande (CEP-FURG), o qual tem por finalidade defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados, baseando-se nos princípios universalmente aceitos de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade. O CEP-FURG está localizado na Av. Itália, KM 8 – Prédio das Pró Reitorias – Segundo andar, Rio Grande/RS e pode ser contatado pelo telefone (53) 3237-3013 ou pelo e-mail cep@furg.br. Somente após essa aprovação os servidores convidados a participar receberam, por e-mail, um convite que incluía o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) juntamente com o questionário. Esses documentos foram enviados individualmente a cada servidor em um único arquivo. O TCLE apresenta informações sucintas sobre a pesquisa, os procedimentos de coleta de dados, possíveis desconfortos e os benefícios esperados para os participantes. O termo é

essencial para a realização da pesquisa; assim, ele precisou ser assinado pelo participante e devolvido via e-mail ao pesquisador. Também é importante que o participante guarde consigo uma cópia do documento de anuência em participar da pesquisa.

É fundamental ressaltar, ainda, que a participação foi voluntária e os participantes não tiveram nenhum custo nem receberam qualquer vantagem financeira. Eles foram devidamente esclarecidos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejassem saber e tiveram total liberdade para decidir participar ou não participar. Todas as etapas da pesquisa aconteceram de forma não presencial. Os participantes também tiveram o direito de retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, bem como recusar sua participação, sem que isso acarretasse qualquer alteração na relação profissional que existe entre participante e pesquisador.

Não houve riscos maiores na participação nesta pesquisa. No entanto, caso o participante sentisse qualquer forma de desconforto ou mal-estar relacionado à lembrança de experiências passadas, seria garantida a possibilidade de interromper sua participação no estudo em qualquer momento. Os pesquisadores garantiram assistência imediata, integral e gratuita aos participantes.

Os benefícios ao participante desta pesquisa guardam relação com o fortalecimento do seu trabalho à luz de um melhor entendimento e compreensão a respeito dos princípios políticos-pedagógicos dos IFs e de seu trabalho pedagógico enquanto profissional e agente da educação.

O pesquisador tratou a identidade dos participantes com padrões profissionais e sigilo total. Os resultados da pesquisa foram encaminhados para publicação com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante e estarão à disposição dos participantes após a finalização. Os nomes ou os materiais que indicam a participação não serão liberados em hipótese alguma.

Todos os dados coletados, seja em forma física seja em formato virtual, estão guardados e monitorados pelo pesquisador. Os materiais foram armazenados no Câmpus Camaquã do IFSul, local de lotação do pesquisador, e permanecerão sob sua guarda e monitoramento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos. O pesquisador garante ainda que, após concluída a coleta de dados, estes foram armazenados em dispositivo eletrônico local e todo e qualquer registro existente em plataforma virtual, ambiente compartilhado e “nuvem” foi apagado. Os procedimentos metodológicos

respeitaram acima de tudo os preceitos éticos e essenciais na realização de pesquisas com seres humanos de acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Para a análise das respostas dadas às questões abertas do questionário, inspiramo-nos na técnica da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. No entanto, cabe salientar que utilizamos essa técnica como base para o tratamento dos dados obtidos, não a seguindo exatamente como descrita pela autora. Esse tipo de análise é amplamente utilizado em pesquisas qualitativas. Bardin (2011) define a Análise de Conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

A autora esclarece que são três as principais etapas a serem seguidas para uma boa análise de conteúdo: a) organização; b) codificação; e c) categorização. A primeira etapa prevê que o pesquisador avalie os documentos coletados no desenvolvimento da investigação. Na sequência de tarefas e atividades a serem seguidas, faz-se a análise dos dados qualitativos. É nesta etapa que ocorre a seleção do material que será aproveitado neste estudo.

A segunda etapa é a da codificação. Aqui, temos dois conceitos básicos: a unidade de registro e a unidade de contexto. A unidade de registro é o que é analisado – por exemplo, as palavras ou expressões que mais aparecem nas respostas. Já a unidade de contexto é o local – frase, parágrafo, fragmento – em que a unidade de registro aparece. A terceira e última etapa trata dos agrupamentos por proximidade que o pesquisador pode fazer (semântica ou léxica, por exemplo). Aqui, o pesquisador deverá ser criativo e intuitivo, sem jamais se esquecer da ética.

Após cumprir as três etapas, chegamos ao tratamento dos resultados e interpretação. Na Figura 2, mostramos os passos para o desenvolvimento da análise das questões abertas do questionário que foi enviado aos servidores participantes da pesquisa.

Figura 2 – Desenvolvimento da análise (Inspirado na teoria de Laurence Bardin)



Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Bardin (2011).

Com base na análise dos dados obtidos por meio dos questionários, visamos a levantar elementos suficientes para que os objetivos desta pesquisa fossem alcançados. Apresentamos, a seguir, o Quadro 3, que traz de forma resumida os procedimentos metodológicos utilizados.

Quadro 3 – Resumo dos Procedimentos Metodológicos

Tipo	Descrição
Abordagem	Qualitativa
Instrumentos de produção de dados	Questionário
Análise de dados	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pelos autores.

3.3 QUESTIONÁRIO

O questionário semiestruturado foi enviado aos vinte e oito (28) administradores. Propomos sua divisão em quatro (04) sessões com vinte e quatro (24) perguntas, contendo dezesseis (16) questões fechadas/objetivas (questões 01 a 04, 06 a 09, 11, 13, 15 a 17 e 20 a 22) e oito (08) questões abertas/subjetivas (questões 05, 10, 12, 14, 18, 19, 23 e 24).

Junto ao questionário, constou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Para Pesquisas on-Line com Maiores de 18 Anos (Apêndice A), no qual havia a descrição da pesquisa, os procedimentos para coleta de dados através de questionário, os possíveis desconfortos causados pela pesquisa, as medidas

adotadas para minimização e as providências em caso de dano, os cuidados com o armazenamento dos dados obtidos, os benefícios do estudo, além dos dados e número do parecer consubstanciado do Comitê de Ética pelo qual esta pesquisa foi avaliada. O participante convidado somente passaria para a segunda seção do questionário quando respondesse “SIM” à pergunta “Você aceita participar da pesquisa?”. A seção 01 contém quatro (04) questões e foi destinada a conhecer as características pessoais dos servidores.

A seção 02, composta por nove (09) questões, destinou-se a conhecer como os entrevistados percebem as questões relacionadas às atividades que executam. A seção 03 contou com cinco (05) questões voltadas a entender as atribuições desenvolvidas pelos entrevistados e compreender se ocupar ou não cargos de gestão seria relevante para o resultado da pesquisa. A última seção continha questões relacionadas ao IFSul, lócus da pesquisa, e à relação entre os princípios político-pedagógicos dos IFs e o trabalho dos servidores entrevistados.

3.4 CRONOGRAMA

O cronograma da pesquisa, apresentado no Quadro 4, foi elaborado para estabelecer prazos para a realização das etapas da pesquisa, visando a auxiliar no planejamento e no desenvolvimento das ações. Ele foi construído levando em consideração o período de duração do Programa de Mestrado.

Quadro 4 – Cronograma

Etapas	Início	Término
Submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética	01/06/2024	01/10/2024
Convite para os Participantes da Pesquisa	05/10/2024	15/10/2024
Apresentação do TLCE aos Servidores	05/10/2024	15/10/2024
Produção de dados (envio questionários)	18/10/2024	18/11/2024
Análise de Dados (retorno questionários)	22/11/2024	20/12/2024
Desenvolvimento do Produto Educacional (PE)	05/01/2025	15/02/2025
Avaliação do Produto Educacional (PE)	18/02/2025	05/03/2025
Redação da Dissertação	10/03/2025	20/04/2025
Banca de Defesa da Dissertação	25/04/2025	10/05/2025

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

A análise dos dados revelou que a maioria dos administradores compreende seu trabalho como suporte às atividades finalísticas sem reconhecer integralmente seu potencial educativo. Esse resultado evidencia uma lacuna entre o que preconizam os documentos institucionais (Brasil, 2008) e a prática cotidiana. Conforme alerta Paro (2011), a dissociação entre trabalho administrativo e projeto pedagógico perpetua uma lógica de gestão instrumentalizada. A triangulação entre os dados empíricos, a legislação da Rede Federal e o referencial crítico confirma a necessidade de repensar as práticas administrativas em uma perspectiva emancipatória.

Com a pretensão de responder ao problema de pesquisa proposto – “Como fortalecer o trabalho do administrador à promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais?” –, foram convidados vinte e oito (28) servidores do IFSul ocupantes do cargo de administrador a responder o questionário, e, destes, obtivemos 16 respostas, o que representa um total de 57,14% do grupo foco desta pesquisa. Ao longo da análise, identificaremos os entrevistados pelo código “Adm” seguido da numeração de 01 a 16.

Para uma melhor distribuição das questões e realização da análise das respostas, primeiramente serão exibidos os resultados das questões objetivas, que são: 01 a 04, 06 a 09, 11, 13, 15 a 17 e 20 a 22. Após a análise das respostas das questões fechadas, passaremos à análise das respostas das questões abertas, que são as de número 05, 10, 12, 14, 18, 19, 23 e 24.

A Questão 01, única questão obrigatória no questionário, tinha como finalidade registrar o aceite do participante na pesquisa. Ela trazia a seguinte indagação:

Questão 01 – Você aceita participar da pesquisa?

Todos os respondentes aceitaram a participação. A partir desse momento, foi possível ao respondente ter acesso às demais questões do questionário.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES DA PESQUISA

Conhecer o perfil dos sujeitos da pesquisa é um passo importante para a continuidade da análise das respostas obtidas. Embora tenhamos trabalhado com um grupo limitado de respondentes, acreditamos não haver uma homogeneidade entre os sujeitos participantes. Por essa razão, a partir da análise das respostas obtidas na questão de número 02, pudemos iniciar o trabalho de construção do perfil dos respondentes da pesquisa. A questão em tela perguntava de forma objetiva como o entrevistado se identifica.

Questão 02 – Como você se identifica?

Nas opções de respostas, o entrevistado poderia se identificar como homem, mulher, outro gênero ou, ainda, abster-se de responder.

A Tabela 1 representa a composição dos participantes da pesquisa em relação ao gênero com o qual se identificam.

Tabela 1 – Distribuição populacional dos participantes da pesquisa quanto ao gênero com o qual se identificam

Gênero	Servidores (n)	Servidores (%)
Feminino	07	43,75
Masculino	09	56,25
Prefiro não dizer	0	0
Outro	0	0
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se que a totalidade dos sujeitos respondentes optou pelas opções “feminino” ou “masculino”. Não houve nenhum respondente que preferiu não se identificar quanto ao gênero; tampouco respondentes que tenham optado por assinalar a opção “outro”. Importante destacar que a definição de gênero não é fato relevante para os resultados desta pesquisa – esta categoria teve como objetivo apenas identificar o perfil dos respondentes.

A questão de número 03 também tinha como objetivo auxiliar na construção do perfil dos respondentes. A indagação era a seguinte:

Questão 03 – A sua idade atual em anos, é:

Essa categoria apresentava cinco faixas etárias, permitindo ao respondente marcar a opção correspondente à sua idade atual. As opções de respostas eram: inferior a 25 anos, entre 25 e 35 anos, entre 36 e 45 anos, entre 46 e 55 anos e acima de 55 anos. A Tabela 2 apresenta os números das respostas dadas à categoria idade.

Tabela 2 – Faixa etária dos servidores participantes da pesquisa

Faixa etária	Servidores (n)	Servidores (%)
Inferior a 25 anos	00	0
Entre 25 e 35 anos	01	6,25
Entre 36 e 45 anos	09	56,25
Entre 46 e 55 anos	03	18,75
Acima de 55 anos	03	18,75
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência, apresentamos as respostas apresentadas à questão de número 04. Esta categoria tinha como objetivo identificar se os ocupantes do cargo de administrador possuíam, além da formação inicial em administração, pós-graduação lato ou stricto sensu. É importante salientar que, nesta pergunta, a opção “pós-graduação” refere-se especificamente à especialização. Esta informação, além de ajudar a conhecer melhor o perfil dos respondentes, pode repercutir em outras perguntas do questionário, que serão analisadas a seguir.

A questão 04 era a seguinte:

Questão 04 – Qual a sua formação acadêmica?

As opções de respostas eram: Graduação, Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

A Tabela 3 apresenta os dados correspondentes a esta categoria.

Tabela 3 –Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa

Escolaridade	Servidores (n)	Servidores (%)
Graduação	00	00
Pós-Graduação	08	50
Mestrado	07	43,75
Doutorado	01	6,25
Pós-Doutorado	00	00
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se que todos os respondentes possuem grau de formação superior à exigência mínima para ingresso no cargo. Metade dos respondentes possui cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo sete mestres e um doutor.

4.1.1 Percepção dos respondentes da pesquisa sobre trabalho

A partir da questão número 06, passamos a relacionar o perfil dos sujeitos da pesquisa com base, também, em suas percepções sobre a dimensão do trabalho. Esta categoria procurou identificar o local de lotação dos servidores para, mais adiante, perceber se este aspecto repercute em seu entendimento sobre os princípios político-pedagógicos da instituição e suas percepções sobre o trabalho.

A questão 06 era a seguinte:

Questão 06 – Onde você está lotado?

As opções de respostas eram apenas duas: Campus ou Reitoria.

A Tabela 4 apresenta as respostas obtidas.

Tabela 4 – Local de lotação dos participantes da pesquisa

Lotação	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Reitoria	05	31,25
Campus	11	68,75
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados indicam que a maioria dos respondentes está lotada nos campi do Instituto, refletindo a realidade da distribuição desses servidores dentro da instituição. Uma pesquisa realizada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) em julho de 2024 identificou que 09 administradores estavam lotados na reitoria, representando 32,14% do total desses profissionais, enquanto 19 servidores estavam lotados nos campi, correspondendo a 67,86% do total. Esses números são muito próximos dos retratados no grupo de respondentes desta pesquisa, confirmando a representatividade da amostra.

Em seguida, apresentamos os dados referentes às respostas dadas à questão número 07. Esta questão fazia parte do segundo grupo de perguntas, cujo objetivo era compreender como os respondentes percebem seu trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A categoria 07 visou a provocar uma reflexão sobre a formação inicial do administrador e seu trabalho no IF Sul com o intuito de avaliar se os conhecimentos adquiridos na graduação são aproveitados em suas atividades na instituição.

Questão 07 – Como você avalia que o conhecimento adquirido durante a graduação impacta na realização do seu trabalho?

A questão trazia 04 opções de respostas, a saber:

- É essencial, pois aplico no dia a dia conceitos e métodos típicos da administração;
- É importante, pois utilizo em grande parte do meu trabalho conceitos e métodos próprios da administração;
- Colabora, pois mesmo que faça uso de conceitos e métodos tradicionais da administração, estes não perfazem a maior parte do meu trabalho;
- Não impacta, pois os conceitos e métodos tradicionais da administração não se fazem presentes durante a maior parte do meu trabalho.

A Tabela 5 mostra as respostas obtidas.

Tabela 5 – Impacto Graduação/Trabalho

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
É essencial, pois aplico no dia a dia conceitos e métodos típicos da administração	04	25
É importante, pois utilizo em grande parte do meu trabalho conceitos e métodos próprios da administração	06	37,5
Colabora, pois mesmo que faça uso de conceitos e métodos tradicionais da administração, estes não perfazem a maior parte do meu trabalho	03	18,75
Não impacta, pois os conceitos e métodos tradicionais da administração não se fazem presentes durante a maior parte do meu trabalho	03	18,75
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

A variedade das respostas nos sugere que há diferenças na forma como os administradores percebem a relação entre sua formação inicial e seu trabalho na instituição. Essa diversidade, por si só, não fornece uma conclusão substancial; no entanto, quando analisada sobre a compreensão dos respondentes em relação aos princípios político-pedagógicos do IFSul, pode revelar importantes nuances sobre a adequação da formação acadêmica às demandas de trabalho do administrador na EPT.

De acordo com Paro (2011), é um grande equívoco tentar aplicar os princípios da administração empresarial na administração escolar, uma vez que as especificidades escolares exigem formas diferentes de administrar. Enquanto as empresas têm, em regra, o lucro como objetivo, no universo escolar, os “produtos” são outros. Diz o autor:

O mesmo não ocorre com a escola, cujo produto, o cidadão autônomo e sujeito do desenvolvimento de sua personalidade, não é apenas diferente do produto de qualquer empresa, mas o resultado da busca, pela escola, de objetivos antagônicos aos da empresa tipicamente capitalista (Paro, 2011, p. 37).

Dessa forma, fica claro, portanto, que o grupo de respondentes tem percepção diversa sobre o seu papel enquanto administrador e servidor da EPT. Enquanto parte entende que os conhecimentos adquiridos na graduação são importantes, outra parte tem percepção totalmente diversa.

Essa afirmação ganha força ao analisarmos a questão 08. De maneira subjetiva, a questão buscou relacionar o trabalho do administrador e os conceitos de administração empresarial, fazendo com que o respondente, por desconhecer o ambiente onde está inserido ou por trazer em si princípios de uma formação voltada para o capital, percebesse seu trabalho de forma diversa daquela necessária para uma adequada administração escolar.

Questão 08 – Como você entende que o trabalho do administrador deve ser realizado no IFSul?

As 03 opções de respostas eram as seguintes:

- Acredito que deva ser realizado como em qualquer outra organização, buscando fins através da gestão de recursos materiais e humanos;
- Penso que por ser uma escola, a gestão deve ser pautada na qualidade do ensino e preparação do aluno para o mercado de trabalho;
- Penso que deve ser voltado para a formação integral e contrária à lógica do mercado.

A Tabela 6 demonstra as respostas obtidas.

Tabela 6 – Trabalho Administrador IFSul

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Acredito que deva ser realizado como em qualquer outra organização, buscando fins através da gestão de recursos materiais e humanos	08	50
Penso que por ser uma escola, a gestão deve ser pautada na qualidade do ensino e preparação do aluno para o mercado de trabalho	04	25
Penso que deve ser voltado para a formação integral e contrária à lógica do mercado	04	25
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Podemos extrair que, para 50% dos respondentes, a administração escolar não deveria se diferenciar da administração em âmbito geral. Outros 25% entendem que a gestão deve ser voltada para a qualidade do ensino e preparação do aluno para o

mercado de trabalho. Apenas 25% dos respondentes afirmam que a gestão escolar deve ser voltada para a formação de seres humanos integrais e voltada contra a lógica do mercado.

Percebe-se então que grande parte do grupo de administradores respondentes da pesquisa entende o seu trabalho dentro do IFSul de maneira diversa daquela que nos apresentam autores como Paro (2011), citado na questão anterior, ou Oliveira, Moraes e Dourado (2014, p. 01), já apresentados na seção 2.1, para os quais na empresa privada “[...] a função da administração é organizar os trabalhadores [...], otimizar o instrumental de trabalho e disponibilizar matérias primas, objetivando o controle das forças produtivas [...]”. Os autores Ainda reforçam que a escola é uma instituição singular que exige uma administração diversa daquela aplicada na administração empresarial.

Esse baixo número de respondentes que optaram por selecionar a alternativa “Penso que deve ser voltado para a formação integral e contrária a lógica do mercado” demonstra ainda a falta de aprofundamento desse grupo de profissionais acerca dos Princípios Político-Pedagógicos dos Institutos Federais, visto que a formação humana integral é um dos pilares destas instituições, como vimos na seção 2.5 e nas palavras de autores como Pacheco (2009, 2015, 2021) e Moura (2014), ao retratarem sua visão a partir dos trabalhos de Marx, que, pela primeira vez, concebeu a questão do homem como ser humano integral, do homem visto como todo, do homem ominilateral.

A seguir, apresentamos os dados referentes às respostas apresentadas à questão 09. O objetivo principal desta categoria foi mapear a compreensão sobre o conceito de trabalho e auxiliar na configuração do perfil dos respondentes.

Questão 09 – Há quanto tempo, em anos, você trabalha no IFSul?

O respondente tinha 04 opções de respostas, que eram:

- Há menos de 05 anos;
- Entre 05 e 10 anos;
- Entre 11 e 15 anos;
- Há mais de 15 anos.

A Tabela 7 apresenta as respostas desta categoria.

Tabela 7 – Tempo de Trabalho na Instituição

Tempo	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Há menos de 05 anos	01	6,25
Entre 05 e 10 anos	02	12,5
Entre 11 e 15 anos	04	25
Há mais de 15 anos	09	56,25
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na questão de número 11, buscamos entender se os administradores relacionam o seu trabalho enquanto administrador com o trabalho pedagógico.

Questão 11 – Você acredita que o seu trabalho enquanto administrador(a) pode ser entendido como um trabalho pedagógico?

A Tabela 8 apresenta as respostas da questão 11.

Tabela 8 – Trabalho Administrador/Trabalho Pedagógico

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Sim	10	62,5
Não	06	37,5
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

A maioria dos respondentes diz entender que seu trabalho é, sim, um trabalho pedagógico, o que representa uma certa incoerência com as respostas apresentadas na questão 08. Entendemos que essa incoerência pode indicar desconhecimento dos respondentes sobre os conceitos de trabalho pedagógico.

A questão 13 também visava a relacionar o trabalho do administrador com a concepção de trabalho pedagógico pertinente ao ambiente escolar. Ao perguntar se, na visão dos administradores, seu trabalho contribui para a atividade-fim da instituição, buscamos direcionar as respostas dos sujeitos de pesquisa para a

dimensão pedagógica de suas atividades, considerando a finalidade da atividade escolar.

Questão 13 – Você considera que a sua atuação enquanto administrador(a) contribui para a atividade-fim da instituição?

A Tabela 9 mostra as respostas da questão 13.

Tabela 9 – Trabalho Administrador/Atividade-fim da instituição

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Sim	15	93,75
Não	01	6,25
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesta questão, 15 dos 16 respondentes disseram entender que seu trabalho contribui para a atividade-fim da instituição. Há, novamente, aqui, certa contradição com as respostas apresentadas na questão 11, pois, mesmo que alguns respondentes considerem que seu trabalho contribua para a atividade-fim da escola, eles ainda assim não consideram que seu trabalho possua um viés pedagógico.

4.1.2 Percepção dos respondentes da pesquisa sobre gestão

Na questão 15, iniciamos o bloco de perguntas com o objetivo de identificar o envolvimento dos administradores nos cargos de gestão da instituição. Para isso, perguntamos se os respondentes ocupam ou já ocuparam algum cargo de gestão dentro do IFSul. Além de contribuir para a construção do perfil dos respondentes, esse bloco de perguntas buscou avaliar o nível de inserção do grupo de administradores nas funções de gestão que fazem parte do organograma da instituição.

Questão 15 – Você Ocupa, ou já ocupou, algum cargo de Gestão na Instituição?

Na Tabela 10, estão os dados obtidos na questão 15.

Tabela 10 – Ocupação Cargo de Gestão

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Sim, Já ocupei, mas no momento não ocupo	09	56,25
Sim, Ocupo	05	31,25
Não ocupo e nem ocupei	02	12,5
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Podemos concluir que existe uma boa participação dos administradores nos cargos de gestão. Embora 68,75% dos respondentes não ocupassem cargos no momento em que responderam ao questionário, 87,5% deles ocuparam, ao menos em algum momento, cargos de gestão. Tendo em vista que a nomeação e a exoneração das funções de confiança são de livre escolha por parte dos gestores, e que a “rotatividade” nessas funções é bastante comum por estar relacionada, principalmente, a questões eleitorais, o fato de a quase totalidade dos respondentes ter ocupado algum cargo de gestão torna-se relevante uma vez que demonstra a inserção dos administradores nos cargos de liderança da instituição.

A questão de número 16 tentou entender quais cargos de gestão este grupo de administradores ocupou. O objetivo aqui foi perceber se o grupo consegue atingir as camadas mais altas na hierarquia da instituição.

Questão 16 – Se você respondeu sim para alguma das alternativas na questão anterior, qual cargo de gestão você ocupa ou já ocupou? (é possível assinalar mais de uma alternativa).

Na Tabela 11, estão as respostas da questão 16.

Tabela 11 – Cargos de Gestão Ocupados

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Pró-Reitoria	00	00,00
Diretoria Sistêmica	03	13,04
Direção Geral de Câmpus	01	4,35
Chefia de Departamento	08	34,78

Coordenadoria	10	43,48
Outros	1	4,35
Total	23	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como a questão possibilitava que os respondentes assinalassem mais de uma alternativa, obtivemos um número de respostas maior que o número de entrevistados.

É possível concluir, ao analisar as respostas apresentadas, que, apesar de estarem inseridos na gestão do instituto, os administradores ainda ocupam os cargos mais baixos dentro da hierarquia, estando principalmente à frente de coordenadorias ou de departamentos, praticamente não atingindo os cargos mais altos, como diretorias e Pró Reitorias. Esse fato demonstra que há espaço para o avanço desses profissionais dentro da instituição.

A questão 17 deu continuidade ao bloco de questões relacionadas à gestão. Depois de perceber se os administradores estão inseridos nos cargos de gestão e de identificar quais cargos esse grupo ocupa, questionamos por quanto tempo os administradores se mantêm, ou se mantiveram, à frente dos cargos que ocupam ou ocuparam.

Questão 17 – Se você respondeu sim para alguma das alternativas na questão 15, por quanto tempo (no total) você ocupa, ou ocupou, cargo de gestão?

Na Tabela 12, constam as respostas da questão 17.

Tabela 12 – Cargos de Gestão – Tempo de Ocupação

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Menos de 01 ano	01	7,14
Entre 01 e 03 anos	02	14,28
Entre 03 e 05 anos	06	42,87
Por mais de 05 anos	05	35,71
Total	14	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Concluimos, a partir da análise dos dados da questão 17, que os administradores que ocupam cargos de gestão na instituição – aqueles que

responderam “sim” à questão de número 15 –, mantêm-se por tempo considerável à frente das funções, ficando, na maioria das vezes, por pelo menos 03 anos à frente de seus cargos. Esse fato é importante haja vista que representa a continuidade do trabalho do profissional, possibilitando melhoria contínua na realização de suas atividades.

4.1.3 Percepção dos respondentes sobre o IFSul

Na sequência, analisamos as questões do quarto e último bloco, denominado IFSul. O objetivo principal das questões desse bloco foi avaliar o nível de compreensão dos entrevistados a respeito da instituição. Essa análise permitiu identificar a profundidade do conhecimento dos respondentes sobre o IFSul, seus princípios, estrutura e funcionamento, proporcionando uma visão mais detalhada sobre como esses administradores percebem e interagem com o ambiente institucional.

A pergunta de número 20 buscou perceber se os entrevistados sabem qual a finalidade do IFSul. Essa questão trazia 03 alternativas, que consideramos ser aquelas que mais se perpetuam como sendo o objetivo dos IFs.

Questão 20 – Na sua opinião, qual a principal função do IFSul?

- Preparar jovens para o acesso à universidade;
- Formar técnicos qualificados para o mercado de trabalho;
- Propiciar uma melhor preparação para acesso ao mundo do trabalho.

A Tabela 13 apresenta as respostas da questão de número 20.

Tabela 13 – Função Principal dos Institutos Federais

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Preparar jovens para o acesso à universidade	00	0,00
Formar técnicos qualificados para o mercado de trabalho	04	25
Propiciar uma melhor preparação para acesso ao mundo do trabalho	12	75
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Da análise dos dados da questão 20, depreendemos que, para 75% dos entrevistados, a função dos IFs está clara e comunga daquilo que nos trouxe Pacheco (2015) – um profissionalizar-se mais amplo, voltado para a compreensão e o acesso ao mundo do trabalho.

Esse alto número de respondentes que parecem entender uma das finalidades de base dos IFs pode ser explicado pelas respostas da questão seguinte. A questão 21, diretamente relacionada (mesmo que de maneira subjetiva) à questão 20, teve como objetivo identificar se os administradores têm conhecimento dos Princípios Políticos Pedagógicos dos Institutos Federais. Essa relação é apropriada para compreender a familiaridade dos administradores com esses princípios, pois tem forte afinidade com o objetivo deste estudo, podendo qualificar a resposta ao problema de pesquisa.

Questão 21 – Você conhece os princípios políticos-pedagógicos que norteiam a atuação dos Institutos Federais?

As respostas da questão 21 estão na Tabela 14.

Tabela 14 – Você conhece os Princípios Político-Pedagógicos dos IFs?

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Sim	13	81,25
Não	03	18,75
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

A grande maioria dos respondentes diz conhecer os Princípios Políticos Pedagógicos dos Institutos Federais. Esse fato, como dito anteriormente, reflete nas respostas obtidas na questão de número 20, na qual 75% dos entrevistados disse ser função precípua dos Institutos Federais a preparação para o mundo do trabalho, o que, de fato, é um dos Princípios Políticos Pedagógicos dos IFs.

A questão 22 buscou relacionar o conhecimento dos Princípios Políticos Pedagógicos com a atividade do administrador. A intenção era entender se esses princípios estão integrados no trabalho do administrador dentro da instituição.

Questão 22 – Se você respondeu “sim” para a questão anterior: Você acredita que estes princípios influenciam na forma como você executa seu trabalho?

As respostas para a questão 22 aparecem na Tabela 15.

Tabela 15 – Princípios Político-Pedagógicos e o Trabalho do Administrador

Opção	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Sim	11	84,6
Não	02	15,4
Total	13	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a grande maioria dos entrevistados que responderam a esta pergunta, os Princípios Políticos Pedagógicos estão presentes no dia a dia e influenciam no seu trabalho dentro da instituição. Esse dado nos revela que o grupo de administradores parece conhecer o ambiente onde está inserido. Todavia, cabe lembrar que, em questões anteriores, principalmente nas questões 07 e 08, ficou evidente o desconhecimento do grupo de respondentes a respeito das diferenças entre o trabalho do administrador dentro e fora da escola. Parece-nos que, embora tenha conhecimento dos Princípios que norteiam os IFs e considere que seu trabalho contribui para a atividade-fim da instituição, o grupo de administradores respondentes não considera que seu trabalho possua um impacto pedagógico dentro da instituição.

4.1.4 Análise das questões abertas

Como já informado na seção 3, para a análise das questões abertas, baseamos na análise de conteúdo de Laurence Bardin, ou seja, a técnica não foi seguida exatamente como descrita pela autora, mas nos serviu de inspiração. As questões abertas são as de números 05, 10, 12, 14, 18, 19, 23 e 24. No entanto, as questões 05 e 18, embora abertas, também tinham como objetivo contribuir com a identificação do perfil dos respondentes. Por esta razão, foram analisadas da mesma forma que as questões fechadas. Já as questões 10, 12, 14, 19, 23 e 24 foram analisadas seguindo os passos da Figura 2 – Desenvolvimento da análise de dados (inspirado na teoria de Laurence Bardin), já demonstrada na seção procedimentos metodológicos. As questões abertas referem-se aos quatro blocos de questões que compõem o questionário.

Iniciamos a análise das questões abertas pela de número 05 a fim de concluir o perfil dos respondentes da pesquisa.

A questão 05 teve como objetivo entender quais orientações os administradores tiveram durante suas graduações. Buscamos, ainda, identificar se as graduações cursadas continham alguma habilitação específica.

Questão 05 – O seu curso de graduação em administração possuía alguma habilitação ou ênfase específica? Por exemplo, habilitação em empresas, em recursos humanos ou hospitalar? Caso possua, qual a habilitação do seu curso?

As respostas da questão 05 estão na Tabela 16.

Tabela 16 – Graduação Habilitação Específica

Habilitação	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Administração de Empresas	03	18,75
Comércio Exterior	01	6,25
Contabilidade Pública	01	6,25
Hospitalar e Hotelaria	01	6,25
Não Possui Habilitação Específica	10	62,50
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebemos, ao analisar os resultados, que a grande maioria (62,5%) diz ter cursado graduação em administração sem nenhuma habilitação específica. Este dado pode contribuir para a forma como o grupo percebe seu trabalho dentro do IFSul, uma vez que não teve, ao menos na graduação, uma formação voltada diretamente para a administração empresarial. A administração empresarial, sabemos, tem como foco atingir objetivos por meio de recursos, materiais ou humanos, da maneira mais eficiente e eficaz possível. Já a administração escolar, no contexto do IFSul, deve ter como foco o desenvolvimento educacional e a formação humana integral dos alunos da instituição.

A questão 18 buscou identificar os setores onde os administradores exerciam suas atividades no momento em que responderam à pesquisa. A intenção aqui foi perceber se o grupo de administradores atua de fato em atividades administrativas ou se está deslocado para setores diversos daqueles em que habitualmente deveriam

exercer suas atividades. De posse desses dados, podemos, por exemplo, identificar possíveis subutilizações de algum profissional, situação que pode causar sentimento de desvalorização e desmotivação ao servidor.

Questão 18 – Qual o seu setor de lotação atual?

As respostas da questão 18 estão na Tabela 17.

Tabela 17 – Setor Atual de Lotação

Setor	Respostas recebidas (n)	Respostas recebidas (%)
Coordenadoria de Licitações e Compras	03	18,75
Coordenadoria de Apoio à Gestão de Pessoas	01	6,25
Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio	02	12,5
Departamento de Administração e Planejamento	01	6,25
Pró-Reitoria de Administração	01	6,25
Direção Geral de Câmpus	01	6,25
Unidade de Auditoria Interna Governamental	01	6,25
Diretoria de Desenvolvimento Institucional	02	12,5
Coordenadoria de Registros Acadêmicos	01	6,25
Coordenadoria de Manutenção Geral	01	6,25
Coordenadoria de Publicações Científicas, da Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	01	6,25
Cedido a Outro Orgão	01	6,25
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

Da análise dos dados, depreendemos que há uma grande pulverização entre os setores ocupados pelo grupo, mas, ao que parece, não há subutilização ou desvio das atividades administrativas em nenhum caso. Todos os administradores ocupavam, no momento em que responderam ao questionário, funções próprias da administração.

Para a análise das questões 10, 12, 14, 19, 23 e 24, fizemos uso da técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin demonstrada na seção 3 e já citada nesta seção.

A questão 10 procurou saber o entendimento dos entrevistados sobre os conceitos de trabalho. Cabe salientar que “trabalho”, nesta categoria, foi definido como a nossa unidade de análise. Das respostas obtidas, conseguimos criar 03 categorias de análise. As categorias foram divididas quanto ao entendimento, aos objetivos e à necessidade. A Tabela 18 apresenta este cenário.

Questão 10 – Como você define a expressão “trabalho”?

Tabela 18 – Entendimento dos Servidores Sobre Trabalho

Unidade de análise: Trabalho			
Categoria	Unidade de registro	Unidade de contexto (exemplo)	Ocorrências (n)
Quanto ao entendimento	Dimensão fundamental, Desenvolvimento Humano, Atividade, Conhecimento Humano	Relações entre trabalho, natureza e Atividade Humana	15
Quanto aos objetivos	Objetivos Traçados, Metas Individuais, Realização Pessoal, Sonhos, Retribuição Financeira	A visão de recompensa. Seja material, Natural ou Realização Pessoal	10
Quanto à necessidade	Existência, Necessidades Básicas, Necessidades Humanas	É Fundamental para a Existência Humana.	4

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 5, apresentamos alguns excertos⁹ das respostas que contribuíram para a formulação das categorias informadas. Como já informado no início desta seção, os respondentes foram identificados pelo código “Adm” seguido pelo número sequencial de 01 a 16. A seguir, temos uma amostra das respostas utilizadas na Tabela 18.

Quadro 5 – Unidade de análise: Trabalho

Categoria	Respostas utilizadas na Tabela 18	Respondente
Entendimento	<i>“Trabalho é uma dimensão fundamental de desenvolvimento e conhecimento humano”.</i>	Adm 01
	<i>“Conjunto de Atividades Produtivas ou Criativas”.</i>	Adm 02
Objetivos	<i>“Minha ocupação principal; o que proporciona a realização profissional e viabiliza sonhos pessoais”.</i>	Adm 08

⁹ Os excertos das respostas foram reproduzidos exatamente como foram escritos nas respostas dos participantes no questionário original.

	<i>“Esforços aplicados em atividades e tarefas para atingir objetivos traçados, mediante retribuição financeira”.</i>	Adm 07
Necessidades	<i>“Trabalho é algo vivo, é algo que me proporciona sentido de existência”.</i>	Adm 12
	<i>“Atividade teórico-prática, intencional, centrada na produção ou transformação de algo em prol das necessidades humanas”.</i>	Adm 09

Fonte: Elaborado pelos autores.

Podemos observar, nas respostas, que os administradores têm diferentes percepções sobre o conceito de trabalho, seja em relação ao entendimento, aos objetivos ou à necessidade. Todavia, grande parte das respostas se aproxima bastante dos conceitos de trabalho que trabalhamos nesta pesquisa, trazendo, por exemplo, traços do trabalho sob o ponto de vista ontológico.

Aqui reforçamos as palavras de Marx e Engels para quem o trabalho visto como atividade vital, possibilita ao ser humano desenvolver relações com a natureza e com os seus grupos, e possibilita a produção e a reprodução da vida material, além da satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência. A partir do trabalho e das relações por ele criadas, o homem desenvolveu a consciência e a racionalidade e tornou-se capaz de pensar, de efetivar ações, de modificar o meio em que vive na mesma medida em que transforma a própria natureza.

É o que nos reforçam Frigotto, Ciavatta e Caldart (2020) ao pontuar que:

[...] o trabalho como atividade inerente ao modo humano de produzir a existência é a categoria fundante do ser social. Uma atividade vital antediluviana, na metáfora de Marx, para significar que o trabalho socialmente produtivo existirá enquanto houver seres humanos, pois sem esta atividade não se produz os bens necessários à reprodução da vida. (Frigotto; Ciavatta; Caldart, 2020, p. 287-288).

Por outro lado, a segunda expressão do trabalho, como forma de emprego ou trabalho assalariado, também surge nas respostas. Essa forma que estamos acostumados a perceber onde evidencia-se com clareza a exploração dos donos dos meios de produção sobre os trabalhadores. Essa exploração legalizada, diga-se, tem como principal característica a acumulação de capital. Nesse cenário, os trabalhadores precisam vender a sua força de trabalho aos capitalistas, que detêm os meios de produção. Aqui trazemos novamente as palavras de Frigotto:

Daqui é que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso e de resposta às necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental transforma-se em valor de troca com o fim de gerar mais lucro ou mais capital (Frigotto, 2002, p. 16-17).

Percebemos, portanto, que embora boa parte do grupo de administradores detém o entendimento de trabalho como atividade humana, ainda há, ao menos para parte do grupo, a “confusão” entre trabalho e emprego e a percepção de que o trabalho deve ter, como recompensa, retribuição financeira, preceitos do universo capitalista.

Para a questão 12, buscamos alcançar o entendimento do grupo de administradores sobre trabalho pedagógico. Perguntamos, na questão 11, se o entrevistado via o seu trabalho na instituição como um trabalho pedagógico. Assim, 62,5% dos respondentes afirmaram que sim, consideram seu trabalho como um trabalho pedagógico, ao passo que o restante, 37,5%, respondeu que não. Dessa forma, na sequência, pedimos, na questão 12, que o entrevistado explicasse a resposta dada na questão 11. Das respostas obtidas, conseguimos criar 04 categorias de análise. As categorias foram divididas quanto ao entendimento – está dividida em duas subcategorias, chamadas pedagógico e não pedagógico – quanto aos objetivos, quanto ao âmbito e quanto aos personagens. A unidade de análise desta questão é Trabalho Pedagógico. A Tabela 19 traz esses dados.

Questão 11 – Você acredita que o seu trabalho enquanto administrador(a) pode ser entendido como um trabalho pedagógico?

Questão 12 – Explique sua resposta para a questão anterior.

Tabela 19 – Entendimento dos servidores sobre Trabalho Pedagógico

Unidade de análise: Trabalho Pedagógico				
Categoria	Subcategorias	Unidade de registro	Unidade de contexto (exemplo)	Ocorrências (n)
Quanto ao Âmbito	-	Ambiente Escolar, Entorno, Servidores, Sociedade	O trabalho pedagógico não está limitado a sala de aula	6
Quanto ao Entendimento	Pedagógico	Contexto Escolar, Todos São Educadores, Transmissão de Conhecimento	Trabalho Pedagógico é transmissão de conhecimento	5
	Não Pedagógico	Apoio, Atividade meio, Burocrático	Administração como trabalho de apoio	7
Quanto aos Objetivos	-	Exercício Cidadania, Construção Sociedade,	Desenvolvimento da Instituição e da	4

		Desenvolvimento, Ensino	Sociedade	
Quanto aos Personagens	-	Formação Estudantes, Pares, Comunidade Acadêmica	Disseminação de conhecimento em todos os espaços	5

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 6, temos algumas respostas que contribuíram para a formação da Tabela 19.

Quadro 6 – Unidade de análise: Trabalho Pedagógico

Categoria		Respostas utilizadas na Tabela 19	Respondente
Entendi-mento	Pedagógico	<i>“Todo trabalhador que atua na escola, fazendo parte dos processos que atendem, interagem, dependem e interferem no processo de ensino, pesquisa e extensão”.</i>	Adm 01
	Não Pedagógico	<i>“Quando o administrador atua nas suas áreas de atuação sem estar deslocado não há pedagogia envolvida. É um meio para os fins”.</i>	Adm 13
Objetivos		<i>“Pedagógico por que pode ensinar os outros participantes da comunidade acadêmica, através da experiência, conhecimento, habilidades e pelo próprio exemplo”.</i>	Adm 14
Personagens		<i>“Na transmissão de conhecimentos aos pares, mesmo em atividades que aparentemente sejam simples, como priorizar tarefas, fazer o simples... etc”.</i>	Adm 11
		<i>“O ambiente escolar e sua comunidade em geral é um espaço de vivência social coletiva importante, que possibilita o exercício de cidadania, democracia, percepção da realidade e construção de uma nova sociedade. Nesse sentido, todos os trabalhadores que participam deste processo, contribuem para a formação dos estudantes”.</i>	Adm 01
Âmbito		<i>“Sim, pois toda vez que compartilho conhecimento adquirido por estudos ou por experiências, estou fazendo um trabalho pedagógico, mesmo que seja com meus colegas técnicos”.</i>	Adm 12
		<i>“Desenvolver o trabalho de administradora em uma instituição de ensino permite que a essência do cargo e suas características técnicas sejam aplicadas no contexto pedagógico, buscando contribuir para o desenvolvimento da instituição e para que estudantes e sociedade sejam atendidos a partir das entregas de valor estruturadas”.</i>	Adm 07

Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas nos mostram uma grande divergência de percepções a respeito do trabalho do administrador visto pelo viés pedagógico. Parte do grupo entende claramente seu trabalho como um trabalho pedagógico; porém, outra parte, também em número relevante, afirma que seu trabalho não é pedagógico, mas sim um trabalho de apoio voltado para as chamadas atividades-meio.

Para aprofundar a análise, aqui faremos novamente uso das palavras de Ferreira (2010), Frizzo, Ribas e Ferreira (2013) e Paro (2020).

Trabalho pedagógico é a produção do conhecimento, mediante crenças e aportes teórico-metodológicos escolhidos pelos sujeitos, que acontece em contextos sociais e políticos os quais contribuem direta ou indiretamente. Diretamente, porque perpassam o trabalho pedagógico. Indiretamente, quando não são explícitos, todavia, todo trabalho pedagógico é intencional, político e, de algum modo, revela as relações de poderes que nele interferem (Ferreira, 2010, p. 2).

Ainda de acordo com a autora, os métodos utilizados no trabalho pedagógico têm como objetivo fim a produção do conhecimento e o desenvolvimento humano. Esse é um processo que pode se dar pela relação professores/estudantes, técnicos administrativos/estudantes e estudantes/escola. Diz ainda a autora que o trabalho pedagógico se dará, de maneira prioritária, na relação professor/estudante, mas pode ser desenvolvido por outros agentes pertencentes à instituição e que representem de alguma forma o projeto pedagógico institucional.

Frizzo, Ribas e Ferreira (2013, p. 554) definiram trabalho pedagógico como o resultado das “relações e processos que se estabelecem entre os sujeitos da escola, professores e estudantes, e o conhecimento apreendido por estes durante a vida escolar”. Portanto o Trabalho pedagógico acontece para que a produção do conhecimento seja alcançada e se ofereça aos estudantes condições para seu desenvolvimento.

Paro (2000, p. 33) afirmou que, “se o processo de trabalho pedagógico se realizou a contento, consideramos que o educando que ‘sai’ do processo é diferente daquele que ali entrou”.

No entanto, não nos esqueçamos que vivemos em uma sociedade movida pelo capital. Por essa razão, considerando a realidade da escola capitalista que está posta, Frizzo, Ribas e Ferreira (2013) nos trazem uma análise a respeito das contradições que se expressam na escola capitalista. Os autores destacam:

O capital contribui para intensificar a exploração da força de trabalho, através da lógica da formação profissional em detrimento da formação humana, por exemplo. Esse é o imperativo que tem organizado o modo como a escola capitalista tem se estruturado, contribuindo para transformar os sujeitos do trabalho pedagógico em objetos, ao reduzir a produção do conhecimento escolar em produção da mercadoria força de trabalho (Frizzo; Ribas; Ferreira, 2013, p. 558).

Reforçamos então, a conclusão de que o trabalho pedagógico assume duas possibilidades: a primeira, característica da escola capitalista que quer fazer do estudante um objeto, e a segunda, que quer fazer do estudante um sujeito.

Nesse contexto, podemos dizer que respostas como a apresentada pelo “Adm 01”:

“Todo trabalhador que atua na escola, fazendo parte dos processos que atendem, interagem, dependem e interferem no processo de ensino, pesquisa e extensão, é um educador: uma vez que representa uma parte do todo que é o sistema educacional. O trabalho pedagógico e de formação integral dos estudantes não está limitado ao que se discute em sala de aula: o ambiente escolar e sua comunidade em geral é um espaço de vivência social coletiva importante, que possibilita o exercício de cidadania, democracia, percepção da realidade e construção de uma nova sociedade”

aproximam-se mais de um conceito de trabalho pedagógico que, entendemos, deve estar presente nos IFs na busca da construção de sujeitos. Por outro lado, respostas como a apresentada pelo “Adm 13”

“Quando o administrador atua nas suas áreas de atuação sem estar deslocado não há pedagogia envolvida. É um meio para os fins”

remetem-nos à segunda forma de expressão do trabalho pedagógico, assumida quando se faz do estudante um objeto. Essa discrepância entre as respostas parece fortalecer o objetivo central desta pesquisa: o fortalecimento do trabalho pedagógico do administrador na promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais.

Para analisar a questão 14, apresentamos, inicialmente, os dados obtidos na questão 13. Esta inquiria: “Você considera que a sua atuação enquanto administrador(a) contribui para a atividade-fim da instituição?”. A maioria esmagadora dos participantes (93,8%) respondeu que sim, enquanto apenas um dos entrevistados discordou.

A questão 14 teve como objetivo aprofundar a compreensão dessas respostas, solicitando aos participantes que justificassem suas respostas anteriores.

Questão 14 – Explique sua resposta para a questão anterior:

Das respostas obtidas, conseguimos criar 04 categorias de análise. As categorias foram divididas quanto ao entendimento, à importância, aos objetivos e aos impactos. A unidade de análise desta questão é Contribuição para atividade-fim.

A tabela 20 apresenta esses dados.

Tabela 20 – Entendimento quanto à contribuição para atividade-fim

Unidade de análise: Contribuição para Atividade-Fim			
Categoria	Unidade de registro	Unidade de contexto (exemplo)	Ocorrências (n)
Quanto ao Entendimento	Contribuição, Processos, Resultados	Atividades meio não tem fim em si mesmas	07
Quanto à Importância	Estudante, Práticas de Gestão, Suporte	Fornece todo o suporte necessário às práticas escolares	05
Quanto aos Objetivos	Formação dos Estudantes, Qualidade, Processos	Proporciona melhor formação e qualidade de ensino	04
Quanto aos Impactos	Estrutura, Oferta de Ensino, Planejamento	Planejamento adequado impede impactos negativos	03

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 7, temos algumas respostas que contribuíram para a formação da Tabela 20.

Quadro 7 – Unidade de análise: Contribuição para Atividade-Fim

Categoria	Respostas utilizadas na Tabela 20	Respondente
Entendimento	<i>“O trabalho do Administrador é importante para qualificação e desenvolvimento dos processos, infraestrutura e ambiente escolar, fundamental para um ensino de qualidade”.</i>	Adm 10
	<i>“Todos que desenvolvem atividades na instituição contribuem para a atividade fim”.</i>	Adm 15
Importância	<i>“Além disso, vale lembrar que cabe a nós administradores conduzir e otimizar processos que contribuam no sentido de agregar valor para nosso ‘cliente’ (estudante)”.</i>	Adm 01
	<i>“Todas as atividades-meio em que estive envolvido são imprescindíveis para que todo o sistema siga funcionando”.</i>	Adm 09
Objetivos	<i>“Para mim tudo o que fizemos e produzimos se reflete na formação dos nossos estudantes”.</i>	Adm 05
	<i>“As atividade e os processos administrativos não tem fim em si mesmo: sempre buscam atender, dar suporte, melhorar ou ampliar a atividade-fim da instituição”.</i>	Adm 01
Impactos	<i>“...assim o ensino é afetado pela qualidade ou não qualidade do serviço prestado em todas os setores da instituição”.</i>	Adm 04
	<i>“Embora sejam atividades ‘invisíveis’, são imprescindíveis para a atividade-fim da instituição”.</i>	Adm 09

Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas nos mostram que o grupo de administradores tem consciência da importância de seu trabalho na atividade-fim da instituição. Foram abordados pontos como apoio, estrutura, processos e gestão, atividades típicas do administrador. No entanto, é perceptível a ausência de respostas que relacionem o trabalho do administrador à atividade-fim da instituição a partir do ponto de vista pedagógico,

trazendo-nos a percepção de que o grupo de administradores não se vê como parte do processo-fim, mas como atividade-meio que impacta no objetivo final. Essa percepção, entendemos, contribui para a construção do produto educacional resultado desta pesquisa que teve como principal objetivo fortalecer o trabalho do administrador a partir da promoção dos Princípios Político Pedagógicos dos Institutos Federais.

Quanto aos objetivos, podemos notar que, de forma geral, existe o entendimento de que o trabalho do administrador, seja nas atividades-meio seja enquanto trabalho pedagógico, visam a contribuir para a formação dos estudantes. No entanto, fica claro também o entendimento, ao menos de parte dos sujeitos da pesquisa, de que o trabalho do administrador limita-se à atividade de apoio.

Em relação aos impactos, podemos observar que, na percepção dos respondentes, o trabalho executado, seja como atividade-meio seja diretamente ligado ao objetivo final da instituição, é essencial, e sua ausência ou realização de forma precária impactariam diretamente e negativamente na formação dos estudantes do IFSul.

Na questão 19, buscamos mapear as atividades que os administradores executam na instituição. Essa questão teve como propósito auxiliar a atingir nosso segundo objetivo específico – Mapear as atribuições profissionais e as percepções dos ocupantes do cargo de administrador no IFSul em relação ao seu trabalho pedagógico e aos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais.

Questão 19 – Em linhas gerais, quais são as atividades que você executa?

A partir das respostas obtidas, conseguimos construir 04 categorias. As categorias foram divididas em Atividades de Gestão, Atividades administrativas, Atividades Estruturais e Impacto Pedagógico. A unidade de análise desta categoria é Atribuições dos Administradores.

A Tabela 21 apresenta os dados referentes à questão 19.

Tabela 21 – Atribuições dos Administradores

Unidade de análise: Atribuições dos Administradores			
Categoria	Unidade de registro	Unidade de contexto (exemplo)	Ocorrências (n)
Atividades de Gestão	Gestão, Planejamento, Processos, Normas	Planejamento Estratégico Institucional; Divulgação dos Dados de Gestão do IFSul; Gestão Orçamentária e Financeira	13

Atividades Administrativas	Execução Orçamentária, Contratos, Empenhos	Controle e execução orçamentária do Câmpus; Cadastro e envio de Empenhos, Fiscalização de Contratos Administrativos	07
Atividades Estruturais	Manutenção, Terceirizados, Conservação	Manutenção das Estruturas; Interlocação com Equipes terceirizadas	07
Impacto Pedagógico	Servidores, Compras, Orientações	Supervisão das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; Orientações sobre Compras; Orientações Acadêmicas	07

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 8, temos algumas respostas que contribuíram para a formação da Tabela 21.

Quadro 8 – Unidade de análise: Atribuições dos Administradores

Categoria	Respostas utilizadas na Tabela 21	Respondente
Atividades de Gestão	<i>“Planejamento estratégico institucional, organização administrativa relacionada à estrutura (regimento e funções), mapeamento de processos, gestão da informação e documental, transparência e prestação de contas”.</i>	Adm 07
	<i>“Serviços de auditoria, consultoria e assessoramento a alta gestão da Instituição”.</i>	Adm 05
Atividades Administrativas	<i>“Na COCAF, eu fazia o controle e a execução orçamentária do campus, além dos pagamentos”.</i>	Adm 12
	<i>“Fiscalização de contratos, compras de materiais, recebimento e atestes de materiais. Atestes de serviços”.</i>	Adm 16
Atividades Estruturais	<i>“planejamento e coordenação de ações administrativas relacionadas aos serviços gerais, como manutenção e conservação dos bens móveis e imóveis do Câmpus”.</i>	Adm 01
	<i>“Organização e manutenção do funcionamento do campus de forma geral”.</i>	Adm 16
Impacto Pedagógico	<i>“Atendimento das mais diversas solicitações de professores e alunos no que diz respeito ao Registro Acadêmico”.</i>	Adm 13
	<i>“supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.</i>	Adm 03
	<i>“Pregão, editais de processos licitatórios, termos de referência, orientação sobre aquisições, etc”.</i>	Adm 15

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar as respostas, percebemos que o grupo de administradores trabalha nas mais diversas áreas dentro da instituição, desenvolvendo atividades propriamente administrativas, de gestão e estruturais. Essa pulverização de funções é própria do cargo, uma vez que o administrador pode ser visto como um “especialista em generalidades”. Entretanto, dentro do contexto escolar, isso afasta o administrador

daquilo que é primordial no ambiente escolar: o contexto pedagógico. Focado em atividades-meio, o administrador pode ter certa dificuldade em perceber que sua atuação está, sim, diretamente ligada à atividade-fim da instituição.

Como trouxemos na seção 2.1, é preciso reforçar que existem peculiaridades entre o papel desempenhado pelo administrador dentro e fora das instituições de ensino, da mesma forma que há diferenças importantes entre a administração voltada para o mercado de trabalho e a administração escolar. Trazemos aqui, novamente, a citação de Paro (2011, p. 70) que reforça esse equívoco existente na organização das escolas brasileiras: “A omissão da especificidade do trabalho escolar e a aplicação do modelo de gestão das organizações privadas, cujos objetivos são contrários aos da instituição educacional”. Prova disso é o impacto pedagógico demonstrado na ausência ou na má atuação do trabalho do administrador. Mesmo que indiretamente, o trabalho do administrador está fortemente associado ao bom resultado pedagógico. Ao prestar orientações equivocadas a servidores ou ao não instruir adequadamente um processo de compra, por exemplo, o administrador impacta pedagogicamente na ação do docente mal orientado e também diretamente na execução das aulas sem o material/equipamento adequado, prejudicando o aprendizado e a formação dos alunos.

Fica clara, portanto, a necessidade de que o trabalho do administrador no contexto escolar seja visto também como um trabalho pedagógico e de que esse entendimento passe a fazer parte da instituição como um todo, principalmente do grupo de administradores que, influenciados pela lógica capitalista que insiste em permear o ambiente escolar, acabam por não identificar o seu trabalho como um trabalho que necessita ser também pedagógico no contexto dos Institutos Federais.

A questão 23 procurou captar a visão dos entrevistados sobre a relação entre o trabalho do administrador e o tripé que sustenta a rede: ensino, pesquisa e extensão. O objetivo foi entender se os administradores veem seu trabalho como intrinsecamente ligado às dimensões estruturantes da instituição.

Perguntamos na questão 23:

Questão 23 – Em qual(is) dimensão(ões) do tripé (ensino pesquisa e extensão) você gostaria que o seu trabalho estivesse mais intensamente conectado? Comente sua resposta.

A partir das respostas coletadas, chegamos às seguintes categorias: Unidade, Participação TAE e Retorno para a Sociedade. A unidade de análise dessa questão é Entendimento sobre ensino, pesquisa e extensão.

A Tabela 22 apresenta os dados referentes à questão 23.

Tabela 22 – Entendimento Ensino, Pesquisa e Extensão

Unidade de análise: Entendimento Ensino, Pesquisa e Extensão			
Categoria	Unidade de registro	Unidade de contexto (exemplo)	Ocorrências (n)
Unidade	Transversalidade, Qualidade, Indissociabilidade	Ensino, Pesquisa e Extensão são dimensões indissociáveis	06
Participação TAE	Incentivo, Inclusão, Participação	Cultura Organizacional afasta a participação TAE nas atividades acadêmicas	05
Retorno para a Sociedade	Contribuir, benefícios, Transformação	Aproximação com a sociedade através de participação TAE em projetos	07

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 9, temos algumas respostas que contribuíram para a formação da Tabela 22.

Quadro 9 – Unidade de análise: Entendimento Ensino, Pesquisa e Extensão

Categoria	Respostas utilizadas na Tabela 21	Respondente
Unidade	<i>“Nas três dimensões, pensando na atuação indissociável desse tripé”.</i>	Adm 07
	<i>“Entendo que ensino de qualidade não permite desassociar da pesquisa e extensão, portanto, deve estar associado ao tripé”.</i>	Adm 10
Participação TAE	<i>“não é da cultura organizacional do instituto incentivar a participação de técnicos administrativos em atividades acadêmicas”.</i>	Adm 09
	<i>“Gostaria que os TAEs fossem mais incluídos em atividades de ensino, pesquisa e extensão como parte da carga horária de Trabalho”.</i>	Adm 15
Retorno para a Sociedade	<i>“O ensino é mais amplo: em seus espaços de diálogo e formação, em suas possibilidades de construção, consciência e transformação, e por isso, entendo que pode se aproximar mais da atuação do administrador”.</i>	Adm 01
	<i>“Extensão, pois entendo que representa a maior contribuição que os IFs podem dar à sociedade”.</i>	Adm 03

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante das respostas obtidas, podemos perceber um cenário em que o administrador percebe a importância da aproximação do seu trabalho com a

responsabilidade pedagógica da instituição e a percepção correta da indissociabilidade entre as bases do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, inclusive, um dos princípios de base político-pedagógica dos IFs. Esses princípios, que também podem ser chamados de educativos ou pedagógicos, são efetivamente as bases do ensino em si na rede. Conforme retratamos na seção 2.5, é uma das premissas dos IFs que a pesquisa se transforme em ensino, que o ensino se transforme em pesquisa e ainda que a pesquisa se transforme em extensão. Nas palavras de Fornari (2018, p. 248), “é fundamental considerar que os Institutos Federais constituem-se como complexas instituições de ensino, pesquisa e extensão, em um modelo que está em plena expansão”. Importante reforçar ainda a necessidade de que os arranjos produtivos locais sejam sempre levados em consideração na construção dessa integração dialética.

Por outro lado, percebemos também um afastamento do administrador e dos TAEs de forma geral das atividades acadêmicas da instituição. Essa percepção fica clara quando observamos as respostas dadas pelos sujeitos “Adm 09” e “Adm 15”:

“não é da cultura organizacional do instituto incentivar a participação de técnicos administrativos em atividades acadêmicas” (Adm 09).

“Gostaria que os TAEs fossem mais incluídos em atividades de ensino, pesquisa e extensão como parte da carga horária de Trabalho” (Adm 15).

Esse afastamento, motivado talvez por desinteresse ou falta de incentivo, é prejudicial ao processo educacional como um todo, uma vez que alija da participação acadêmica um grupo de servidores com capacidade e potencial enorme de contribuição. É importante que o IFSul reveja de forma rápida a inclusão e participação TAE de maneira mais próxima às atividades acadêmicas do instituto.

A última questão presente no questionário é a de número 24. Nesta questão, perguntamos de forma genérica qual o maior desafio encontrado pelo profissional administrador na execução de seu trabalho dentro do IFSul. O objetivo desse questionamento foi buscar informações sobre aquilo que pode estar afetando o desenvolvimento do profissional em todas as suas capacidades.

Questão 24 – Qual o maior desafio que você encontra para a realização do seu trabalho, enquanto administrador, no IFSul?

A partir das respostas coletadas, chegamos às seguintes categorias: Desvalorização Profissional, Cultura Organizacional e Gestão Política.

A unidade de análise dessa questão é Desafios dos administradores.

A Tabela 23 apresenta os dados referentes à questão 24.

Tabela 23 – Desafios dos Administradores

Unidade de análise: Desafios dos Administradores			
Categoria	Unidade de registro	Unidade de contexto (exemplo)	Ocorrências (n)
Desvalorização Profissional	Dialogo escasso, Espaços Restritos, Falta de Qualificação	Gestões Centralizadoras; Pouco investimento na capacitação dos servidores	08
Cultura Organizacional	Resistência, Desconhecimento, Alijamento	Cultura Organizacional afasta a participação do administrador nas decisões de gestão	06
Gestão Política	Amadorismo, Desqualificação, Banalização da Administração Pública	Servidores sem capacidade técnica ocupando os cargos mais altos de gestão.	06

Fonte: Elaborado pelos autores.

No Quadro 10, temos algumas respostas que contribuíram para a formação da Tabela 23.

Quadro 10 – Unidade de análise: Desafios dos Administradores

Categoria	Respostas utilizadas na Tabela 21	Respondente
Desvalorização Profissional	<i>“Precisaria de mais espaço e valorização do trabalho e das ferramentas que podem ser muito bem adaptadas para uma instituição de ensino”.</i>	Adm 07
	<i>“Pouco espaço para debate de ideias e mudanças. Poucos momentos de formação conjunta. Pouco diálogo entre os campi”.</i>	Adm 15
Cultura Organizacional	<i>“A cultura organizacional resiste aos aspectos técnicos de gestão”.</i>	Adm 03
	<i>“Acredito que me adaptei à cultura organizacional de modo a não me afetar, em outras palavras, deixei de fazer caso daquilo que não funciona e foco apenas naquilo que é meu papel dentro da instituição”.</i>	Adm 09
Gestão Política	<i>“Também o fato de que muitos gestores que ocupam funções não possuem formação na área e tem mais dificuldade de atuar, o que gera um certo amadorismo e uma desqualificação dessa gestão, principalmente quando à condução na previsão de recursos e planejamento, que é algo muito colocado de lado”.</i>	Adm 07
	<i>“Entendo que ser Diretor... é um cargo político e o que se vê são nomeações ideológicas e submissas (seguindo uma cartilha) em detrimento da capacidade/formação/conhecimento”.</i>	Adm 11

Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas dadas para a questão 24 revelam um cenário preocupante. Embora muitos administradores ocupem ou já tenham ocupado cargos de gestão na instituição, conforme registrado nas respostas da questão 15, há um forte descontentamento com certos aspectos organizacionais. Segundo o grupo, servidores menos capacitados tecnicamente estão ocupando cargos que, na sua opinião, deveriam ser destinados a pessoal mais qualificado. Além disso, há um descontentamento significativo em relação à política de capacitação oferecida pelo IFSul.

Esse cenário de alijamento dos cargos mais altos e de falta de condições de capacitação dentro da instituição e a percepção de que a cultura organizacional possui um viés político em detrimento da capacidade técnica do profissional configura um sentimento quase que geral de desvalorização profissional.

Desse modo, torna-se ainda mais relevante o produto educacional desenvolvido por essa pesquisa, que teve como objetivo fortalecer o trabalho do administrador a partir da promoção dos princípios políticos pedagógicos dos Institutos Federais. O fortalecimento do trabalho desse profissional e a aproximação desse grupo de servidores com as atividades pedagógicas tem potencial para reduzir, ao menos em parte, esse sentimento de desvalorização profissional.

Após a análise das respostas obtidas pelo questionário, o próximo capítulo é dedicado ao Produto Educacional. O produto escolhido foi a elaboração de um curso de formação continuada, estruturado no formato de um caderno. Nesse capítulo, abordaremos sua elaboração, a avaliação realizada por servidores por meio de um questionário, sua validação e registro.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) visa a aprimorar a relação entre ensino e prática profissional. Para tanto, traz, no artigo 2º do seu Regulamento Geral, a necessidade de desenvolvimento de um Produto Educacional (PE) para a conclusão do curso. Segundo esse artigo, o produto educacional “[...] necessita ser aplicado em um contexto real, podendo ter diferentes formatos” (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 2).

A criação de Produtos Educacionais na modalidade de pós-graduação *stricto sensu* profissional tem como necessidade “[...] estabelecer uma interlocução com demais setores da sociedade” (Rôças; Moreira; Pereira, 2018, p. 61). As diretrizes do ProfEPT destacam que os produtos devem ser planejados, desenvolvidos e aplicados com o propósito de promover a melhoria dos processos de ensino, tanto em ambientes formais quanto não formais.

Segundo Leite (2018), o PE tem a função de solucionar problemas reais do ambiente de trabalho e, assim, dar um retorno para a sociedade ou instituição:

Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos (Leite, 2018, p. 331).

Assim sendo, a ideia do PE desta pesquisa emergiu da articulação da produção de dados com a fundamentação teórica. Sinalizou-se, como possibilidade, a elaboração de uma proposta de curso de formação continuada para os ocupantes do cargo de administrador. Essa formação teve como proposição atingir o objetivo principal desta pesquisa, que é o fortalecimento do trabalho pedagógico do administrador a partir da promoção dos princípios políticos-pedagógicos dos Institutos Federais.

Além de poder ser aplicada no grupo de servidores do IFSul, público-alvo desta pesquisa, a proposta de formação continuada traz a opção de utilização quando do ingresso de novos servidores na instituição, bem como de apropriação por outros órgãos e instituições que compõem a Rede Federal por todo o Brasil.

O PE proposto foi desenvolvido em formato eletrônico, disponibilizado em formato .pdf e enviado a todos os participantes da pesquisa para avaliação. Ademais, o PE foi elaborado com base nos 3 eixos sugeridos por Kaplún (2003). O primeiro eixo, denominado Conceitual, consiste na escolha das ideias e temas principais com o objetivo de gerar aprendizados. O segundo eixo, chamado Pedagógico, conforme Kaplún (2003), tem o propósito de posicionar o destinatário em relação ao eixo conceitual proposto. Nele, há a introdução gradual dos conceitos teóricos relevantes e suas aplicações. Já o terceiro eixo, denominado por Kaplún (2003) como eixo Comunicacional, refere-se ao formato, à diagramação e à linguagem utilizada no material educativo. É o modo de interação com o público-alvo do PE.

A formação proposta como produto educacional configura-se como material educativo uma vez que visa a ser ferramenta de aprendizado – haja vista que materiais educativos são considerados produtos educacionais. Em relação a um material educativo, Kaplún (2003, p. 46) o define como “[...] um objeto que facilita a experiência de aprendizado”. Segundo o autor, um material educativo não se limita a ser um objeto que “[...] fornece informações, mas sim algo que apoia ou facilita o desenvolvimento de uma experiência de aprendizagem em um contexto específico” (Kaplún, 2003, p. 46). Essa experiência pode resultar em mudanças e enriquecimentos em vários aspectos, como “[...] conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, habilidades ou atitudes etc.” (Kaplún, 2003, p. 46). O autor reforça ainda que mesmo um objeto que forneça apenas informações pode ser educativo se for utilizado em um contexto que possibilite cumprir essa função.

O PE foi então desenvolvido em formato de caderno, com linguagem simples e acessível para que fosse compreensível e útil a todos. Tem estrutura clara, ilustrativa e organizada, de modo que as informações sejam facilmente encontradas e compreendidas.

O público-alvo que se deseja alcançar inicialmente é o grupo de servidores ocupantes do cargo de administrador no IFSul, mas a proposta apresentada poderá ser aplicada, futuramente, quando do ingresso de novos servidores e até mesmo em outras instituições de ensino. A proposta de formação continuada apresentada oferece informações acerca dos Princípios Políticos Pedagógicos dos Institutos Federais. Traz, também, uma abordagem sobre trabalho e educação, trabalho pedagógico e trabalho do TAE. Esta é uma parte destinada ao pensamento e à leitura crítica e reflexiva, agregando qualidade ao processo de ensino-aprendizagem a partir da

sistematização das etapas da pesquisa. Na sequência, apresenta a formação proposta e expõe suas etapas e impactos esperados. O fechamento do caderno traz as considerações finais.

O Quadro 11 expõe a estrutura do caderno. Esse material apresenta-se dividido em 6 partes: apresentação, seguida pela introdução, referencial teórico, no qual foram abordados os assuntos trabalhados ao longo da pesquisa, formação proposta e suas etapas, impactos esperados e considerações finais.

Quadro 11 – Estrutura do Caderno

#	Descrição
Apresentação	A apresentação traz uma breve descrição do que se trata e o público a que se destina.
Introdução	Traz informações sobre o Instituto Federal Sul-rio-grandense, sobre o PROFEPT, sobre a pesquisa e sobre a formação proposta.
Referencial Teórico	Traz noções sobre os princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais, sobre trabalho, sobre trabalho pedagógico e sobre o trabalho do técnico administrativo em educação - TAE
Proposta de formação Continuada	Demonstra a formação proposta explicando seu objetivo, público-alvo e etapas do processo a ser aplicado.
Impactos Esperados	Exemplifica de maneira sucinta os objetivos que se espera atingir com a aplicação da formação ao grupo de administradores do IFSul.
Considerações Finais	Encerrando o assunto? Espaço para o fechamento do caderno, apresentando as considerações finais e sinalizando como a aplicação da proposta de formação possui potencial de atingir o objetivo proposto.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O caderno traz hiperlinks através dos quais é possível acessar sites contendo maiores informações sobre os assuntos tratados.

A Figura 3 traz a apresentação do Produto Educacional.

Figura 3 – Apresentação do Produto Educacional



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O produto foi enviado aos próprios servidores do IF Sul participantes da pesquisa, através do mesmo endereço de e-mail utilizado para envio do questionário, para leitura e avaliação. Essa avaliação ocorreu seguindo os 3 eixos elaborados por Kaplún (2003) citados anteriormente – Conceitual, Pedagógico e Comunicacional – e

buscou responder algumas questões referentes ao produto educacional (PE), como, por exemplo, clareza e funcionalidade.

O questionário de avaliação do PE foi enviado aos 16 (dezesesseis) colegas servidores que aceitaram participar da pesquisa. Destes, 11 colegas (68,75%) responderam.

A primeira seção foi destinada a uma breve apresentação do PE e ao aceite em participar da avaliação. Os resultados da primeira seção podem ser visualizados na Tabela 24.

Tabela 24 – Resultados da primeira seção do questionário de avaliação do PE

Pergunta	Sim	Não
Você aceita continuar colaborando com a pesquisa?	11	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A segunda seção, com dois questionamentos, buscou avaliar o eixo conceitual (Kaplún, 2003), ou seja, se o PE colabora para o entendimento dos temas abordados. As perguntas produzidas para chegar ao objetivo foram:

- O “layout” como o caderno está apresentado, está adequado? O formato é convidativo à leitura?

- A linguagem utilizada no caderno, permite a compreensão clara do conteúdo? Está alinhada à intencionalidade pedagógica do produto?

Essas duas perguntas apresentavam três opções de respostas cada: “Sim”, “Não” e “Em parte”. Os resultados estão expostos na Tabela 25.

Tabela 25 – Respostas das questões do eixo conceitual

Pergunta	Respostas		
	Sim	Não	Em parte
O “layout” como o caderno está apresentado, está adequado? O formato é convidativo à leitura?	07	0	04
A linguagem utilizada no caderno, permite a compreensão clara do conteúdo? Está alinhada à intencionalidade pedagógica do produto?	09	0	02

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Na análise do eixo conceitual, foram avaliados aspectos relacionados à contribuição do PE para a compreensão do tema. Além disso, verificou-se se a forma como a proposta está organizada proporciona um entendimento sobre o conteúdo.

De acordo com a Tabela 25, sete (07) respondentes (63,6%) afirmaram que o layout como o caderno está disposto é convidativo à leitura. Outros quatro (04) respondentes entendem que o formato apresentado é, em parte, adequado. Já na questão seguinte, nove (09) servidores (81,8%) responderam que a linguagem utilizada no caderno permite uma clara compreensão do conteúdo proposto, ao passo que, para outros dois (02) colegas, o caderno atende em parte a intencionalidade pedagógica do produto.

A avaliação referente ao eixo pedagógico (Kaplún, 2003) aparece nas respostas das três questões seguintes. As questões 04 e 05 também indicavam três opções de resposta, sendo “Sim”, “Não” e “Em parte”. Já a questão 06 perguntava de forma aberta a opinião dos respondentes e possibilitava a colocação de comentários. As perguntas foram:

- O conteúdo disposto no caderno, fortalece a ideia de formação pretendida?
- O produto educacional pode contribuir com o trabalho do administrador?
- O produto educacional é capaz de fortalecer o trabalho pedagógico do administrador e atingir o objetivo proposto? Se possível, comente sua resposta.

A Tabela 26 apresenta os resultados das questões relacionadas ao eixo pedagógico.

Tabela 26 – Respostas das questões do eixo conceitual

Pergunta	Respostas		
	Sim	Não	Em parte
O conteúdo disposto no caderno, fortalece a ideia de formação pretendida?	09	00	02
O produto educacional pode contribuir com o trabalho do administrador?	09	00	02
O produto educacional é capaz de fortalecer o trabalho pedagógico do administrador e atingir o objetivo proposto? Se possível, comente sua resposta.	11	00	00

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O eixo pedagógico buscou avaliar a contribuição do caderno para o fortalecimento do trabalho pedagógico do administrador a partir da aplicação da

proposta de formação desenvolvida e verificar se ela é capaz de atingir os objetivos propostos.

Como é possível observar na Tabela 26, nove (09) respondentes entendem que, no que se refere ao conteúdo proposto, o PE é capaz de fortalecer a ideia de formação pretendida e contribuir para o trabalho do administrador. Já para outros dois (02) respondentes, o caderno é capaz de atingir em parte seu objetivo. Esse resultado pode ser observado a partir da análise das duas primeiras questões ligadas ao eixo pedagógico (questões 04 e 05).

No entanto, todos os onze (11) respondentes da questão 06 entendem que o produto educacional proposto é capaz de atingir seu objetivo de fortalecer o trabalho pedagógico do administrador. Este resultado nos leva à seguinte reflexão: o trabalho do administrador precisa ser fortalecido em outras frentes além do viés pedagógico? Embora não seja possível responder a esse questionamento, fica a impressão de que sim. O trabalho do administrador, na visão do grupo de administradores do Instituto Federal Sul-rio-grandense, carece de alguma atenção.

O Quadro 12 traz alguns dos comentários observados pelos respondentes da questão 06:

Quadro 12 – Comentários observados na questão 06

1	Dentro das premissas expostas, acredito que pode fortalecer o trabalho pedagógico do administrador.
2	Sim, o produto apresentado é bastante objetivo, focado no conteúdo e convidativo à aplicação prática, características importantes para atingir o público alvo
3	Sim, visto que registra de forma organizada o importante papel do administrador na Instituição.
4	Os conceitos estão claros e bem relacionados no material, servindo como potente multiplicador de conhecimento dentre os profissionais, transformando os espaços administrativos e para além desse.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Na sequência, passamos à análise das questões ligadas ao eixo comunicacional (Kaplún, 2003). Essa seção do questionário foi composta por duas (02) indagações objetivas. As perguntas, numeradas como 07 e 08, foram as seguintes:

- Para você, a proposta de produto educacional apresentada pode ser desenvolvida e utilizada em outras instituições vinculadas à Rede Federal?
- Você recomendaria a formação proposta para colegas administradores?

A Tabela 27 apresenta os resultados das questões relacionadas ao eixo comunicacional.

Tabela 27 – Respostas das questões do eixo comunicacional

Pergunta	Respostas	
	Sim	Não
Para você, a proposta de produto educacional apresentada pode ser desenvolvida e utilizada em outras instituições vinculadas à Rede Federal?	09	02
Você recomendaria a formação proposta para colegas administradores?	11	00

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O eixo comunicacional buscou avaliar se a formação proposta pode ou não ser utilizada por outras instituições e se o respondente recomendaria a proposta de formação para colegas administradores.

Percebe-se que, para a questão 07, nove (09) respondentes (81,8%) entendem que sim, a proposta de formação pode ser aplicada a outras instituições. No entanto, dois (02) colegas entendem que não, a formação não pode ser aplicada fora do IFSul.

Já na questão 08, podemos perceber que todos os onze (11) respondentes recomendariam a formação proposta para seus colegas administradores.

No encerramento do questionário, foi oferecido um espaço para as sugestões de melhorias, críticas e comentários sobre o Produto Educacional. O resultado aparece no Quadro 13.

Quadro 13 – Sugestões, comentários e críticas ao PE

1	O produto ficou bonito, objetivo, interessante e bem organizado! Parabéns!
2	como qualquer processo, existem inputs e a outputs que, ao final dos mesmos, geram resultados - satisfatórios ou não satisfatórios. Dessa forma, considerando que a formação do Administrador em sua graduação aborda com profundidade aspectos de gestão de processos, pode-se sugerir a necessidade de ampliar a pesquisa, sob o prisma do método quantitativo, com aplicação de questionários fechados, buscando-se escalas de constructo que evidenciem o atingimento de resultados
3	Sugerir à Instituição o desenvolvimento de produtos semelhantes para outros cargos, como por exemplo, o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais.
4	Acredito que contextualizar o campo de trabalho do Administrador dentro dos IFs seja apropriado, buscando-se uma abordagem em como ele se insere no processo administrativo em uma instituição de ensino
5	E necessário conectar o caráter pedagógico, predominantemente marxista assinalado pela pesquisa, aos processos administrativos e educacionais existentes nos IFs

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

De forma geral, as respostas recebidas dos servidores acerca do questionário revelaram uma avaliação positiva do Produto Educacional. O fato de não haver unanimidade nas respostas de várias questões evidencia o olhar crítico e cuidadoso de uma categoria de trabalhadores que, ao que parece, tem muito mais a oferecer à instituição. Os comentários e as sugestões apresentados pelos participantes foram muito úteis para que fossem realizadas as correções necessárias visando a melhorar o nosso PE.

5.2 VALIDAÇÃO E REGISTRO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A validação do Produto Educacional ocorreu mediante a apresentação à banca de professores no mesmo momento da defesa da dissertação. Já o registro ocorreu no momento da inserção do PE no Portal eduCAPES¹⁰. O produto educacional pode ser acessado em <https://educapes.capes.gov.br/>.

¹⁰ eduCAPES. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em: 24/07/2025

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta dissertação retomam a análise realizada acerca da dimensão pedagógica do trabalho do administrador no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), investigando sua relação com os princípios político-pedagógicos que orientam a Educação Profissional e Tecnológica. A seguir, apresentam-se os principais resultados e reflexões derivados da pesquisa.

Considerando a importância do trabalho do administrador na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a dimensão político-pedagógica que constitui o trabalho desse profissional no Instituto Federal Sul-rio-grandense e o entendimento necessário desse grupo de servidores a respeito de sua identidade profissional e de seu papel na função social da instituição, este estudo voltou-se a encontrar formas de fortalecer o trabalho dos administradores do IFSul a partir da promoção dos Princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais.

Percebendo que o trabalho do administrador dentro dos Institutos Federais é pouco ou quase nada explorado a partir do ponto de vista pedagógico, essencial a uma instituição que tem, entre seus objetivos, ofertar formação humana integral, rumamos na investigação do trabalho desse profissional dentro do IFSul.

Na parte inicial do estudo, presumiu-se, a partir de observações do pesquisador e da análise da literatura, que o trabalho do administrador no IFSul passa ao largo dos princípios que norteiam os Institutos Federais. Essa condição pode fazer com que esses servidores tenham dificuldades em perceber os IFs como instrumentos de transformação importantes para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. O administrador, muitas vezes mergulhado em atividades propriamente ditas administrativas, pode encontrar inclusive dificuldades para distinguir as diferenças entre administração empresarial e administração em uma instituição pública de ensino.

Constituiu-se então propósito deste estudo investigar as relações entre o peculiar contexto dos administradores no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica e os sentidos atribuídos ao trabalho pelos sujeitos de estudo. Com base no exposto e pela percepção de que o trabalho do administrador possui características singulares talvez ainda não suficientemente compreendidas no âmbito da instituição, definiu-se como tema de estudo a dimensão pedagógica do trabalho do administrador.

Dessa forma, definiu-se os objetivos a serem alcançados com a realização desta pesquisa. Iniciou-se sistematizando os princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais por meio de diálogo entre embasamento teórico e pesquisa documental, passou-se por mapear as atribuições desses profissionais e suas percepções em relação ao seu trabalho pedagógico e aos princípios político-pedagógicos da instituição para que se pudesse, finalmente, desenvolver um Produto Educacional capaz de fortalecer o trabalho pedagógico dos administradores no IFSul.

O primeiro objetivo foi atingido a partir da pesquisa bibliográfica. Foi possível realizar a leitura de textos de diferentes autores de referência da EPT e, então, obter conhecimento sobre conceitos de trabalho, de educação, de trabalho pedagógico e do trabalho do técnico administrativo em educação, categoria na qual está inserido o cargo de administrador. Paralelamente às leituras, traçou-se um contraponto entre as diferentes visões de trabalho dentro e fora da rede federal de educação.

Durante o desenvolvimento da subseção 2.1, que traz o estado do conhecimento realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foi possível observar que, de fato, existe uma quantidade extremamente baixa de estudos que versam sobre o trabalho do técnico administrativo. Sobre o trabalho do administrador na rede federal, não foram encontrados trabalhos relevantes. Essa constatação fortaleceu o propósito deste estudo.

Os procedimentos metodológicos deste estudo trouxeram, além da pesquisa bibliográfica e da análise documental, a construção de um questionário semiestruturado, que foi utilizado para a coleta e a posterior análise de dados. Esse questionário foi enviado a todos os ocupantes do cargo de administrador no IFSul, totalizando 28 profissionais. Desse grupo, 16 servidores retornaram o questionário devidamente respondido, os quais se tornaram, então, os sujeitos dessa pesquisa.

Os questionários forneceram respostas capazes de enriquecer o estudo. A partir da análise de parte das questões, foi possível atingir o segundo objetivo desta pesquisa – mapear as atribuições profissionais e as percepções dos ocupantes do cargo de administrador no IFSul em relação ao seu trabalho pedagógico e aos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais.

Encontrou-se administradores lotados nas mais diversas funções, desde diretores gerais, chefias de departamento, coordenadorias e outros que não ocupam cargos de gestão. Notou-se, portanto, uma gama considerável no que se refere às atribuições profissionais do grupo na instituição.

Verificou-se também que parte significativa dos profissionais não percebe seu trabalho como sendo um trabalho pedagógico, tendo, inclusive, desconhecimento sobre os princípios político-pedagógicos da instituição. Essas percepções fazem com que parte do grupo evidencie, inclusive, dificuldade de entendimento sobre a função principal do local onde trabalham e exercem suas atividades.

Foi possível também, ao analisar as respostas, perceber, por exemplo, como os administradores avaliam de forma diversa a ligação entre sua formação em administração e o impacto dessa formação na realização do trabalho do servidor na instituição, uma demonstração clara de que o grupo não é coeso quanto ao entendimento do seu trabalho no IFSul. Evidenciamos ainda diferentes percepções sobre a forma como o administrador deve trabalhar quando inserido em um instituto federal, com respostas que inclusive entendem que o trabalho do administrador na rede federal não deve ser diverso do trabalho realizado pelo profissional em outras organizações, um cristalino exemplo da dicotomia enfrentada por esses profissionais e da dificuldade de percepção do local onde se está inserido.

Os questionários evidenciaram também que os administradores têm diferentes percepções sobre o conceito de trabalho, seja em relação ao entendimento, aos objetivos ou à necessidade. Todavia, grande parte das respostas se aproxima bastante dos conceitos de trabalho abordados nesta pesquisa, trazendo, por exemplo, traços do trabalho sob o ponto de vista ontológico. No entanto, as respostas também nos mostraram uma grande divergência de percepções à cerca do trabalho do administrador visto a partir do viés pedagógico. Parte do grupo entende claramente seu trabalho como um trabalho pedagógico, enquanto que, outra parte, também em número considerável, afirma que seu trabalho não é pedagógico e sim um trabalho de apoio voltado para as chamadas atividades-meio.

Toda essa construção de respostas obtidas nos questionários, alinhada à pesquisa bibliográfica e à análise documental, proporcionou-nos condições de responder ao problema de pesquisa – como fortalecer o trabalho do administrador à promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais?

A resposta veio a partir do momento em que foi possível atingir o terceiro objetivo, com a construção de um Produto Educacional, desenvolvido em formato de caderno contendo um curso de formação continuada composto de 08 etapas e perfazendo um total de 50 horas, com conteúdo capaz de fortalecer o trabalho do administrador na promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos

Federais e na disseminação de conhecimento sobre trabalho, sobre trabalho pedagógico e sobre o lugar desses profissionais dentro da instituição.

Espera-se que os resultados da pesquisa alcancem representantes institucionais para que estes possam aproveitar esta investigação e adaptá-la às suas realidades locais, com a finalidade de promover debates e o desenvolvimento de projetos com vistas ao fortalecimento do trabalho do administrador.

O Produto Educacional desenvolvido foi avaliado pelos servidores que participaram da pesquisa e mostrou-se uma aceitável ferramenta de apoio para o entendimento e fortalecimento do trabalho do administrador na instituição.

A utilização de uma linguagem acessível foi elogiada pelos avaliadores do caderno, os quais afirmaram que contribuiu para uma aprendizagem mais aprofundada da temática. O curso proposto pode colaborar com o acesso à informação e auxiliar no desenvolvimento do trabalho pedagógico dos servidores e na formação humana integral dos estudantes, podendo ser utilizado não somente em espaços formais de educação, mas também nos espaços não formais e informais. O PE constitui-se num forte instrumento para desenvolver a reflexão, o espírito investigativo e a capacidade de argumentação.

Em síntese, esta pesquisa evidenciou que, embora os Institutos Federais proponham uma formação integrada e emancipadora, a atuação administrativa ainda carece de uma compreensão pedagógica efetiva. O trabalho do administrador, para contribuir com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), precisa ser ressignificado como prática educativa, em consonância com os princípios político-pedagógicos da instituição. Como limite da pesquisa, destaca-se a ausência de entrevistas semiestruturadas, que poderiam aprofundar a compreensão sobre as percepções subjetivas dos administradores. Recomenda-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas qualitativas aprofundadas, combinando análise documental, entrevistas e observação participante, visando a compreender de forma mais densa as relações entre gestão administrativa e projeto pedagógico na EPT.

Para finalizar, esta pesquisa evidenciou que a dimensão pedagógica do trabalho do administrador permanece incipiente no âmbito do IFSul, revelando desafios importantes para a efetivação dos princípios político-pedagógicos da instituição. Tal constatação reforça a necessidade de implementação de estratégias formativas específicas e contínuas, capazes de fortalecer a identidade pedagógica dos técnicos administrativos em educação, em consonância com o projeto de

formação integral proposto pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Espera-se que este estudo e o produto educacional desenvolvido possam servir de referência para outras investigações e práticas que se proponham a aprofundar a análise acerca do papel do administrador nos Institutos Federais, reafirmando o compromisso com a educação pública e com a transformação social como elementos essenciais da ação pedagógica na Rede Federal do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARROYO, Miguel. Trabalho Educação e teoria pedagógica. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta a educação profissional e sua relação com o ensino médio. Brasília, DF: 17 abr. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2406, de 27 de novembro de 1997**. Regulamenta a Lei Federal nº 8948/94 (trata de Centros de Educação Tecnológica). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/DF2406_97.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.682, de 24 de setembro de 1942**. Dispõe sobre a organização do ensino médio. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 25 set. 1942.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006**. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Brasília, DF: 29 jun. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5825.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília, DF: 23 set. 1909. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 47.038, de 28 de novembro de 1960**. Regulamenta a Lei nº 3.552, de 14 de dezembro de 1959, que dispõe sobre a organização e o desenvolvimento da educação profissional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 29 nov. 1960. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d47038.htm. Acesso em 19 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.552, de 14 de dezembro de 1959**. Dispõe sobre a organização e o

desenvolvimento da educação profissional no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 dez. 1959. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3552-16-fevereiro-1959-354292-normaatualizada-pl.html>. Acesso em 19 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: 08 dez. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: 12 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Brasília, DF: 06 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: 25 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. **Concepções e Diretrizes**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**. Brasília, 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021**. Brasília, 2021. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em:

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. **Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFET - bases**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/3/ifet_bases.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2021.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e força de trabalho. *In*: BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Lamparina, CNPQ, FAPERJ, 2009.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidades**. 2. ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 2012.

CIAVATTA, Maria. A historicidade da formação de tecnólogos. *In*: MOURA, D. H. (Org.). **Produção de Conhecimento, políticas públicas e formação em Educação Profissional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2005.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 417-427.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/parte1.htm>. Acesso em: 2 jun. 2024.

FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho Pedagógico. In: OLIVEIRA, D. A. *et al.* (Orgs.). **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG; Faculdade de Educação, 2010.

FERREIRA, Liliana Soares. **Trabalho pedagógico**: dimensões e possibilidade de práxis pedagógica. Florianópolis: UFSC, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORNARI, Liamara Teresinha. **Emancipação humana e educação**: possibilidades e desafios para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Curitiba: Appris, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC; SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Concepção e experiências de ensino integrado**. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: Ensino médio integrado à educação profissional. Boletim 07, maio/junho de 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Saete. Apresentação. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História, Natureza, Trabalho e Educação**. Organização de Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Saete Caldart. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 287-291.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst; RIBAS, João Francisco Magno; FERREIRA, Lílina Soares. A relação trabalho-educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista. **Revista Educação**, v. 38, n. 3, p. 553-564, 2013.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Carlos M.; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Trabalho e Conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2012.

IFSUL. **Edital 150/2018 Concurso para Provimento de Cargos Técnicos Administrativos**. Disponível em: http://concursosantigo.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&id=365&Itemid=53. Acesso em: 06 maio 2023.

IFSUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSul**. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/documentos-institucionais>. Acesso em: 06 set. 2023.

IFSUL. **Projeto Pedagógico Institucional do IFSul (PPI)**. Pelotas: Reitoria, 2015. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/documentos-institucionais>. Acesso em: 06 set. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, n. 27, p. 46-60, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. *In*: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papyrus, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de João da Silva. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In: VII CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA. Anais [...]. Atas CIAIQ, v. 1, 2018, p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 28 fev. 2024.*

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOMBARDI, José Claudinei. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Educação contemporânea).

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Alínea, 2011.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Editora Alínea, 2017.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Trabalho e escola na perspectiva de Marx**. Tradução de Newton Ramos de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARX, Karl. A questão judaica. *In: MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 13-44.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MARX, Karl. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora X, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Reflexões de um jovem sobre a escolha de uma profissão (1835). *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História, Natureza, Trabalho e Educação**. Organização de Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Salette Caldart. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 437-441.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-29.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

MOREIRA, Marco Antonio; VEIT, Eliane Angela. **Ensino superior: bases teóricas e metodológicas**. São Paulo: E.P.U., 2010.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v. 5, n. 2, p.154-164, 2014.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento: sua contribuição à ruptura de pré-conceitos. **Educação**, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/326/Trabalho%20e%20Formacao%20Docente%20-%20livro%20IFPR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 out. 2023.

NETTO, José P. Introdução. *In*: NETTO, José P. **O Leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 07-35.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações**. [S. l.]: Escola de gestores, 2014.
OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reestruturação do trabalho docente: precarização e**

flexibilização. In:

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Educação e sociologia: temas contemporâneos.** Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 95–112.

OLIVEIRA, Tiago Fávero. Institutos Federais: entre o excesso de passado e a incerteza do futuro. **Vértices**, v. 25, n. 3, p. 1-23, 2023.

PACHECO, Eliezer João. **Educação profissional: os caminhos da construção de uma proposta.** Brasília: MEC/SETEC, 2007.

PACHECO, Eliezer; SILVA, Caetana J. R. Institutos Federais: um futuro por armar. In: SILVA, Caetana J. R. (Org.). **Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008, comentários e reflexões.** Brasília; Natal: IFRN, 2009. p. 7-11.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal: Editora IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora.** Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, Eliezer Moreira. **A originalidade da Proposta Político-Pedagógica dos IFs - IFPR Campus Paranaguá.** Youtube, 02 ago. 2021. 1 vídeo (52 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m2ogLipwZOg>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PAIVA, José Carlos. **Administração: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública.** São Paulo: Ática, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola.** São Paulo: Cortez, 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia.** v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PROFEPT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. **Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.** Vitória: Ifes, 2019. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/regulamentoprofep>. Acesso em: 05 fev. 2024.

RAMOS, Marise. **Administração educacional: introdução crítica.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZATTI, Ivanise Maria *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.

RÔÇAS, Giselle; MOREIRA, Maria Cristina do Amaral; PEREIRA, Marcus Vinicius. “Esquece tudo o que te disse”: os mestrados profissionais da área de ensino e o que esperar de um doutorado profissional. **Revista ENCITEC**, v. 8, n. 1, p. 59-74, 2018.
RODRIGUES, Melânia. Democratização da gestão educacional e participação: embate de projetos. *In*: NETO, Antônio Cabral. **Política educacional: desafios e tendências**. Porto Alegre, Sulina, 2004.

SANTOS, Franciele S.; MARTINS, Suely A. A relação trabalho e educação na Pedagogia Socialista Pedagogia Russa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 12, n. 1, p. 260-271, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

TARDIF, Maurice; LEVASSEUR, Louis. **A divisão do trabalho educativo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TLCE E QUESTIONÁRIO ENVIADOS

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Pesquisador: Patrick Coelho Vieira
 Orientador Responsável: Prof. Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior
 Endereço: Rua C, nº 74 – Nova Quinta, Rio Grande/RS
 Fone: (54) 99684 0490
 E-mail: patrickcoelhovieira@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a)

Você está sendo convidado(a) como **voluntário(a)** a participar da pesquisa: **“O TRABALHO DO ADMINISTRADOR NA EPT – UMA ABORDAGEM À PARTIR DO IFSul”**. Esta pesquisa está sendo realizada pelo pesquisador Patrick Coelho Vieira, pesquisador principal do projeto e orientada pelo Prof. Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT. O objetivo desta pesquisa é **fortalecer o trabalho do administrador na promoção dos princípios político-pedagógicos dos Institutos Federais**. O pesquisador principal será o responsável pela coleta e tratamento dos dados.

Esta pesquisa surgiu a partir das observações preliminares ao efetivo desenvolvimento do estudo, realizadas por este pesquisador ao longo dos últimos nove anos enquanto técnico administrativo em educação, ocupante do cargo de administrador, inserido na realidade da Educação Profissional e Tecnológica, que levaram à constatação de que a carência de discussão sobre o trabalho pedagógico do profissional administrador repercute em toda a

comunidade acadêmica, desde gestores, docentes, técnico-administrativos e estudantes.

Assim, motivado pelo exposto e pela percepção de que o trabalho do administrador possui características singulares às quais talvez ainda não estejam suficientemente compreendidas no âmbito da instituição, definiu-se como tema de estudo a dimensão pedagógica do trabalho do administrador. A escolha do tema se deve ao interesse do pesquisador em compreender como o administrador colabora com a função social da instituição, com base na dimensão pedagógica do seu trabalho no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

A coleta de dados junto aos participantes da pesquisa será realizada pelo pesquisador principal que pode ser contatado através do e-mail patrickcoelhovieira@gmail.com ou pelo telefone 54-990840490 e ainda no endereço residencial situado a rua C, 74 – Nova Quinta – Rio Grande/RS e pode ser iniciado após a obtenção da aprovação pelo Comitê de Ética através do parecer nº 8.961.425. O comitê responsável pela avaliação deste projeto foi o CEP-FURG. O Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Rio Grande (CEP-FURG) tem por finalidade defender os interesses dos participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas dentro dos padrões éticos consensualmente aceitos e legalmente preconizados, baseando-se nos princípios universalmente aceitos de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade. O CEP-FURG está localizado na Av. Itália KM 8 – Prédio das Pró Reitorias – Segundo andar, Rio Grande/RS e pode ser contatado pelo telefone 53-32373013 e pelo e-mail cep@furg.br.

Para realizar a pesquisa será aplicado um questionário aos ocupantes do cargo de administrador do IFSul, como resultado dessa pesquisa será desenvolvido um produto educacional que será pensado de modo a contribuir com o fortalecimento do trabalho deste profissional dentro da instituição.

Sua participação neste estudo é voluntária, e você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Os custos desta pesquisa

são de responsabilidade exclusiva do pesquisador. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e terá total liberdade para participar ou recusar-se a participar da pesquisa. Além disso, poderá retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. Da mesma forma, recusar-se a participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. Você terá direito a acessar o conteúdo e tomar conhecimento dos tópicos a serem abordados antes de decidir pela sua participação. Somente após seu consentimento em participar da pesquisa, você terá acesso ao questionário.

Não haverá riscos maiores na participação nesta pesquisa. No entanto, caso você sinta qualquer forma de desconforto ou mal-estar relacionado à rememoração de experiências passadas, poderá interromper sua participação neste estudo a qualquer momento. Os pesquisadores garantem assistência imediata, integral e gratuita aos participantes.

Os benefícios ao participante desta pesquisa guardam relação com o fortalecimento do trabalho do participante à luz de um melhor entendimento e compreensão a respeito dos princípios políticos-pedagógicos dos IFs, e de seu trabalho pedagógico enquanto profissional e agente da educação.

O pesquisador irá tratar a identidade dos participantes com padrões profissionais e sigilo total. Os resultados da pesquisa estarão à disposição dos participantes quando finalizada. Os nomes ou os materiais que indiquem a participação não serão liberados em hipótese alguma. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

Após esclarecidos a natureza e o objetivo do referido estudo, solicito sua manifestação e seu livre consentimento em participar da pesquisa. Reforço que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por sua participação e ainda que a qualquer momento você poderá solicitar novas informações

e modificar sua decisão de participar se assim desejar sem qualquer prejuízo a você.

_____, _____ de _____ de _____
(Cidade) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do(a) participante e data

PATRICK COELHO
VIEIRA:00201406063

Assinado de forma digital por
PATRICK COELHO
VIEIRA:00201406063
Dados: 2024.08.26 16:42:21 -03'00'

Assinatura da pesquisadora e data

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

* MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL

IFSul – Câmpus Charqueadas

Rua: General Balbão, 81, Centro,
Charqueadas/RS CEP: 96745-000

E-mail: profepifsul@gmail.com

O Trabalho do Administrador na EPT - Uma Abordagem a Partir do IFSul

** Indica uma pergunta obrigatória.*

1. 01 – Você aceita participar da pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

2. 02 – Como Você se Identifica?

Marcar apenas uma oval.

- Homem
 Mulher
 Outro
 Prefiro Não Responder

3. 03 – A sua Idade atual, em anos, é:

Marcar apenas uma oval.

- Inferior a 25 anos
 Entre 25 e 35 anos
 Entre 36 e 45 anos
 Entre 46 e 55 anos
 Acima de 55 anos

19/04/2025, 00:22

O Trabalho do Administrador na EPT - Uma Abordagem a Partir do IFBui

4. 04 – Qual sua Formação acadêmica?

Marcar apenas uma oval.

- Graduação
- Pós Graduação
- Mestrado
- Doutorado
- Pós Doutorado

5. 05 – O seu curso de graduação em administração possuía alguma habilitação ou ênfase específica? Por exemplo, habilitação em empresas, em recursos humanos ou hospitalar? Caso possua, qual a habilitação do seu curso?

TRABALHO

6. 06 – Onde você está lotado?

Marcar apenas uma oval.

- Campus
- Reitoria

7. 07 – Como você avalia que o conhecimento adquirido durante a graduação impacta na realização do seu trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- É essencial, pois aplico no dia a dia conceitos e métodos típicos da administração
- É importante, pois utilizo em grande parte do meu trabalho conceitos e métodos próprios da administração
- Colabora, pois mesmo que faça uso de conceitos e métodos tradicionais da administração, estes não perfazem a maior parte do meu trabalho
- Não impacta, pois os conceitos e métodos tradicionais da administração não se fazem presentes durante a maior parte do meu trabalho

19/04/2025, 00:22

O Trabalho do Administrador na EPT - Uma Abordagem a Partir do IFSul

8. 08 – Como você entende que o trabalho do administrador deve ser realizado no IFSul?

Marcar apenas uma oval.

- Acredito que deva ser realizado como em qualquer outra organização, buscando fins através da gestão de recursos materiais e humanos
- Penso que por ser uma escola, a gestão deve ser pautada na qualidade do ensino e preparação do aluno para o mercado de trabalho
- Penso que deve ser voltado para a formação integral e contrária a lógica do mercado

9. 09 – Há quanto tempo, em anos, você trabalha no IFSul?

Marcar apenas uma oval.

- Há menos de 05 anos
- Entre 05 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Há mais de 15 anos

10. 10 – Como você define a expressão "trabalho"?

11. 11 – Você acredita que o seu trabalho enquanto administrador(a) pode ser entendido como um trabalho pedagógico?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

19/04/2025, 00:22

O Trabalho do Administrador na EPT - Uma Abordagem a Partir do IFSul

12. 12 – Explique sua resposta para a questão anterior

13. 13 – Você considera que a sua atuação enquanto administrador(a) contribui para a atividade-fim da instituição?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. 14 – Explique sua resposta para a questão anterior:

GESTÃO

15. 15 – Você Ocupa, ou já ocupou, algum cargo de Gestão na Instituição?

Marcar apenas uma oval.

Sim, Já ocupei, mas no momento não ocupo

Sim, Ocupo

Não ocupo e nem ocupei

19/04/2025, 00:22

O Trabalho do Administrador na EPT - Uma Abordagem a Partir do IFSul

16. 16 – Se você respondeu sim para alguma das alternativas na questão anterior, qual cargo de gestão você ocupa ou já ocupou? (é possível assinalar mais de uma alternativa)

Marque todas que se aplicam.

- Pró- Reitoria
 Diretoria Sistêmica
 Diretoria Geral de Câmpus
 Chefia de Departamento
 Coordenadoria
 Outro – Descreva

17. 17 – Se você respondeu sim para alguma das alternativas na questão 15, por quanto tempo (no total) você ocupa, ou ocupou, cargo de gestão?

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 01 ano
 Entre 01 e 03 anos
 Entre 03 e 05 anos
 Por mais de 05 anos

18. 18 – Qual o seu setor de lotação atual?

19. 19 – Em linhas gerais, quais são as atividades que você executa?

O IFSUL

19/04/2025, 00:22

O Trabalho do Administrador na EPT - Uma Abordagem a Partir do IFSul

20. 20 – Na sua opinião, qual a principal função do IFSul?

Marcar apenas uma oval.

- Preparar jovens para o acesso à universidade
- Formar técnicos qualificados para o mercado de trabalho
- Propiciar uma melhor preparação para acesso ao mundo do trabalho

21. 21 – Você conhece os princípios políticos-pedagógicos que norteiam a atuação dos Institutos Federais?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

22. 22 – Se você respondeu "sim" para a questão anterior: Você acredita que estes princípios influenciam na forma como você executa seu trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

23. 23 - Em qual(is) dimensão(ões) do tripé (ensino pesquisa e extensão) você gostaria que o seu trabalho estivesse mais intensamente conectado? Comente sua resposta.

19/04/2025, 00:22

O Trabalho do Administrador na EPT - Uma Abordagem a Partir do IFSul

24. 24 – Qual o maior desafio que você encontra para a realização do seu trabalho, enquanto administrador, no IFSul?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL RIO-GRANDENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CAMPUS CHARQUEADAS

Ao Comitê de Ética em Pesquisa

Autorização para a Realização da Pesquisa

Eu, FLAVIO LUIS BARBOSA NUNES, Reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul, venho por meio desta informar que autorizo o pesquisador, PATRICK COELHO VIEIRA, aluno (a) do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – IFSul, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada "O TRABALHO DO ADMINISTRADOR NA EPT – UMA ABORDAGEM A PARTIR DO IFSul" sob orientação do Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior. Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/16. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso de resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Documento assinado digitalmente
 **PATRICK COELHO VIEIRA**
 Data: 05/06/2024 13:06:11 -0300
 Verifique em <https://validar.if.gov.br>

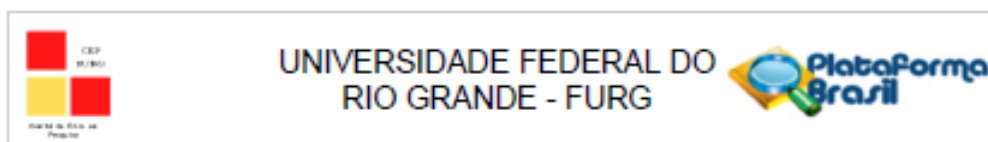
Documento assinado digitalmente
 **NEI JAIRO FONSECA DOS SANTOS JUNIOR**
 Data: 05/06/2024 15:00:00 -0300
 Verifique em <https://validar.if.gov.br>

Camaquã, 03 de junho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIO LUIS BARBOSA NUNES**
 Data: 03/06/2024 12:20:55 -0300
 Verifique em <https://validar.if.gov.br>

Assinatura e carimbo do responsável legal da instituição

APÊNDICE C – APROVAÇÃO COMITE DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP FURG



Continuação do Parecer: 8.981.425

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2354381.pdf	18/07/2024 21:12:50		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	18/07/2024 21:11:55	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEPPFURG.pdf	18/07/2024 21:11:01	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECEPFURG.pdf	18/07/2024 21:09:21	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	15/07/2024 10:49:15	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaRosto_assinado.pdf	19/06/2024 12:25:47	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito
Outros	Autorizacao_para_realizacao_da_pesquisa_assinada.pdf	07/06/2024 23:15:40	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito
Outros	carta_apresentacao_assinada.pdf	07/06/2024 15:38:03	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	07/06/2024 15:30:38	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	05/06/2024 17:29:29	PATRICK COELHO VIEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO GRANDE, 22 de Julho de 2024

Assinado por:
DUANE BARROS DA FONSECA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Itália, km 8, segundo andar do prédio das PRÓ-REITORIAS, Rio Grande, RS, Brasil.
Bairro: Campus Carreiros CEP: 96.203-900
UF: RS Município: RIO GRANDE
Telefone: (53)3237-3013 E-mail: cep@furg.br

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL – PE

03/06/2025, 16:14

Questionário para Avaliação do Produto Educacional

Questionário para Avaliação do Produto Educacional

Este material educativo é um dos resultados da pesquisa de mestrado chamada **O TRABALHO DO ADMINISTRADOR NA EPT – UMA**

ABORDAGEM A PARTIR DO IFSul realizada pelo mestrando Patrick Coelho Vieira sob orientação do Professor Dr. Nei Jairo Fonseca dos Santos Júnior. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica PROFEPT e só pode ser concluída graças a sua participação, colega administrador(a). Deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

Este produto educacional possui formato de caderno e tem como objetivo desenvolver um processo formativo para administradores pautado na consolidação do conhecimento acerca da educação profissional brasileira e na promoção dos princípios políticos pedagógicos dos Institutos Federais, na intenção de fortalecer o trabalho pedagógico do(a) administrador(a) compreender sua função social e contribuir para a formação de sua

identidade profissional. Convidamos você, participante desta pesquisa, a realizar a leitura do material e a responder as questões a seguir para que possamos realizar a avaliação do produto educacional proposto. O tempo médio para leitura e para responder as questões foi estimado em aproximadamente 20 minutos.

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. E-mail *

2. 1 - Você aceita continuar colaborando com a pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

SIM

NÃO

03/06/2025, 16:14

Questionário para Avaliação do Produto Educacional

3. 2 - O "layout" como o caderno está apresentado, está adequado? O formato é convidativo à leitura?

Marcar apenas uma oval.

- SIM
 NÃO
 Em parte

4. 3 - A linguagem utilizada no caderno, permite a compreensão clara do conteúdo? Está alinhada a intencionalidade pedagógica do produto?

Marcar apenas uma oval.

- SIM
 NÃO
 Em parte

5. 4 - O conteúdo disposto no caderno, fortalece a ideia de formação pretendida?

Marcar apenas uma oval.

- SIM
 NÃO
 Em parte

6. 5 - O produto educacional pode contribuir com o trabalho do administrador?

Marcar apenas uma oval.

- SIM
 NÃO
 Em parte

03/06/2025, 16:14

Questionário para Avaliação do Produto Educacional

7. 6 - O produto educacional é capaz de fortalecer o trabalho pedagógico do administrador e atingir o objetivo proposto? Se possível, comente sua resposta

8. 7 - Para você, a proposta de produto educacional apresentada pode ser desenvolvida e utilizada em outras instituições vinculadas à Rede Federal?

Marcar apenas uma oval.

SIM

NÃO

9. 8 - Você recomendaria a formação proposta para colegas administradores?

Marcar apenas uma oval.

SIM

NÃO

10. 9 - Para encerramento, propomos este espaço para sugestão de melhorias, críticas ou comentários sobre o produto educacional.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários